

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ABRE A LEGISLAÇÃO SOBRE DISTRIBUIÇÃO G	LEI N. 5.768, DE	ABRE A LEGISLAÇÃO SOBRE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE PRÊMIOS, MEDIANTE	RINDE DO
	ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR SENADOR ARN	DECRETO N. 1.459, DE	APROVA O REGULAMENTO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR SENADOR ARN	SAM.
	ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N	ADLNº 4.827/2017	ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 4.827 ALAGOAS - LEI Nº 7.372/2017	ALAGOAS,
	ACRESCENTA § 3º AO ART. 42 DA CONSTITUIÇÃO	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 12.063, DE	ACRESCENTA § 3º AO ART. 42 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA ESTENDER	ESTADO DE
	ACRESCENTA À LEI Nº 9.868, DE 10.11.199, O C	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 12.063, DE	ACRESCENTA À LEI Nº 9.868, DE 10.11.199, O CAPÍTULO II-A, QUE ESTABELECE	DE SUAS
	ACRESCENTA AO ART. 176 DA CONSTITUIÇÃO	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 12.063, DE	ACRESCENTA AO ART. 176 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS O § 1º	ESTABELECE
	ACRESCENTA O § 4º AO ART. 66 DA LEI ESTAD	LEI N. 8.146, DE 19.8.2019	ACRESCENTA O § 4º AO ART. 66 DA LEI ESTADUAL Nº 6.161, DE 26 DE JUNHO	ACÇÃO DO
	ACRESCENTA O ART. 177-A À CONSTITUIÇÃO	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 10.026, DE	ACRESCENTA O ART. 177-A À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL PARA AUTORIZAR A	SEU PRO
	ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 2º	DECRETO N. 1.787, DE	ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 2º DA LEI Nº 9.682, DE 14.10.2025,	RIAÇÃO DO
	ACUMULAÇÃO (CARGOS, FUNÇÕES E EMPRE	LEI N. 8.376, DE	ALTERA OS ARTIGOS 6º E 7º DO DECRETO Nº 38.382, DE 11 DE MAIO DE 2000,	E A ACUMU
	ADEQUAÇÃO DE PROVAS AOS PORTADORES	DECRETO N. 40.183, DE	DISPÕE SOBRE A ADEQUAÇÃO DE PROVAS AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA	ACÇÕES QU
	ADMINISTRAÇÃO DO CANAL ADUTOR DO CAN	DECRETO N. 37.609, DE	DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO CANAL ADUTOR DO CANAL DO SERTÃO	UI O COM
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (PODER EXECUTIV	DECRETO N. 37.978, DE	DISPÕE SOBRE ORGANIZAÇÃO, ATRIBUIÇÕES E FUNCIONAMENTO DA ADMINI	DO PODER
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (PODER EXECUTIV	LEI N. 6.159, DE 15.6.2000	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 37.609, DE 1º DE JANEIRO DE 2015, QUE DI	NIZAÇÃO,
	ALIENACÃO DE RECURSOS	LEI N. 8.580, DE 19.1.2022	AUTORIZA A ALIENACÃO DAS AÇÕES DE QUE TRATA, PERTENCENTES AOS ES	E DÁ OUT
	ALTERA A COMPETÊNCIA MATERIAL E A DENO	LEI N. 15.175, DE 23.7.2025	ALTERA A COMPETÊNCIA MATERIAL E A DENOMINAÇÃO DOS JUÍZADOS ESPE	AS AINDAS
	ALTERA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRAB	LEI N. 7.855, DE	ALTERA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, APROVADA PELO DECRE	IA DE ENM
	ALTERA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRAB	LEI N. 7.930, DE 4.10.2017	ALTERA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, ATUALIZA OS VALORES I	E IDESEN
	ALTERA, ACRESCENTA E REVOGA DISPOSITIV	DECRETO N. 4.221, DE	ALTERA, ACRESCENTA E REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI ESTADUAL Nº 5.346,	DE, QUE E
	ALTERA A DENOMINAÇÃO DA 3ª COMPANHIA	LEI N. 8.641, DE 28.3.2022	ALTERA A DENOMINAÇÃO DA 3ª COMPANHIA DO 8º BATALHÃO DE POLÍCIA MI	ANHIA DE
	ALTERA A ESTRUTURA DA CARREIRA DE DE	LEI N. 8.528, DE	ALTERA A ESTRUTURA DA CARREIRA DE DELEGADOS DE POLÍCIA CIVIL DO E	- PC/AL, E
	ALTERA A LEI 6.035, DE 02 DE JULHO DE 1998	LEI N. 8.605, DE 22.2.2022	ALTERA A LEI 6.035, DE 02 DE JULHO DE 1998, QUE ASSEGURA O PAGAMENTO	RMES, QU
	ALTERA A LEI 8.233, DE 10 DE JANEIRO DE 202	LEI	ALTERA A LEI 8.233, DE 10 DE JANEIRO DE 2020, PARA CRIAR A OBRIGACÃO D	KA DESER
	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 160, DE 07	LEI COMPLEMENTAR Nº 160, DE 07.08.2017	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 160, DE 07.08.2017, PARA PERMITIR A PE	ADÓ, SE
	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 15, DE 22 D	LEI COMPLEMENTAR Nº 15, DE 22.11.1996	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 15, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1996, A LEI C	DE 26 DE
	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 15, DE 22 D	LEI COMPLEMENTAR Nº 15, DE 22.11.1996	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 15, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1996 E A LEI C	4, DE 26 D

Seção de Informática

A GESTOR
DE RECURSOS
HUMANOS
ERÍCIA O
CUNHA
CUNHA
OS E AS C
DESEMPEN
E CUSTAS
LÍCIAS MIL
STADONALS
DE FICAND
NTE REDA
ÇAS DA A
OÇAS DA
ÇAS DA A
AÇÃO E T
NAD E DE
ORGANIZA
DESEMPEN
DO PROGR
O ESTADO
DESEMPEN
DESEMPEN
E CAÇÃO I
CA ALAGS

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.113 DE 29.05.20	LEI N. 8.321, DE	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.113 DE 29 DE MAIO DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE	SP/CONDA
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.135 DE 7 DE AG	LEI N. 8.560, DE	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.135 DE 7 DE AGOSTO DE 2019, QUE VEDA A NO	AR/COBES
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.669 DE 19 DE M	LEI N. 9.979, DE 2.07.2026	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.669 DE 19 DE MAIO DE 2022, QUE DISPÕE SOBRE	ET/PA/DAI
	ALTERA A LEI N. 10.406 DE 10.01.2002 (CÓDIG	LEI N. 14.405, DE 11.7.2022	ALTERA A LEI N. 10.406 DE 10.01.2002 (CÓDIGO CIVIL), PARA TORNAR EXIGÍVE	OS/DOSIO
	ALTERA A LEI N. 12.232 DE 29.04.2010 PARA D	LEI N. 14.356, DE 31.5.2022	ALTERA A LEI N. 12.232 DE 29.04.2010 PARA DISPOR SOBRE AS CONTRATAÇÕ	EG/ON/MARI
	ALTERA A LEI N. 13.475 DE 28.08.2017, QUE DI	LEI N. 14.163, DE 9.6.2021	ALTERA A LEI N. 13.475 DE 28.08.2017, QUE DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA	ULANTE D
	ALTERA A LEI N. 13.876 DE 20.09.2019 E A LEI	LEI N. 14.331, DE 4.5.2022	ALTERA A LEI N. 13.876 DE 20.09.2019 E A LEI Nº 8.213 DE 24.07.1991, PARA D	ME/NO/DE
	ALTERA A LEI N. 14.124 DE 10.03.2021, QUE DI	LEI N. 14.259, DE 7.12.2021	ALTERA A LEI N. 14.124 DE 10.03.2021, QUE DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS EXC	ÇA/DO/UB
	ALTERA A LEI N. 7.210 DE 11.07.1984 (LEI DE E	LEI N. 14.326, DE 12.4.2022	ALTERA A LEI N. 7.210 DE 11.07.1984 (LEI DE EXECUÇÃO PENAL), PARA ASSE	ES/IN/TESS
	ALTERA A LEI N. 8.069 DE 13.07.1990 (ESTATU	LEI N. 14.548, DE 13.4.2023	ALTERA A LEI N. 8.069 DE 13.07.1990 (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESC	OB/BAZ/AS
	ALTERA A LEI N. 8.069 DE 13.07.1990 (ESTATU	LEI N. 13.010, DE 26.6.2014	ALTERA A LEI N. 8.069 DE 13.07.1990 (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESC	RE/NCERIO
	ALTERA A LEI N. 8.429 DE 02.06.1992, QUE DIS	LEI N. 14.230, DE	ALTERA A LEI N. 8.429 DE 02.06.1992, QUE DISPÕE SOBRE A IMPROBIDADE AT	
	ALTERA A LEI N. 9.096 DE 19.09.1995 (LEI DOS	LEI N. 13.831, DE 17.5.2019	ALTERA A LEI N. 9.096 DE 19.09.1995 (LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS), A FIM D	DE/CONIRAQ
	ALTERA A LEI N. 9.096 DE 19.09.1995 (LEI DOS	LEI N. 14.291, DE 3.1.2022	ALTERA A LEI N. 9.096 DE 19.09.1995 (LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS), PARA D	AP/AGANDA
	ALTERA A LEI N. 9.394 DE 20.12.1996 (LEI DE D	LEI N. 14.333, DE 4.5.2022	ALTERA A LEI N. 9.394 DE 20.12.1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCA	PO/OS/POA
	ALTERA A LEI Nº 10.048 DE 08.11.2000, PARA	LEI N. 14.364, DE 1.6.2022	ALTERA A LEI Nº 10.048 DE 08.11.2000, PARA GARANTIR DIREITOS AOS ACOM	ES/QUE/EC
	ALTERA A LEI Nº 10.257 DE 10 DE JULHO DE 2	LEI N. 14.849, DE 2.5.2024	ALTERA A LEI Nº 10.257 DE 10 DE JULHO DE 2001 (ESTATUTO DA CIDADE), PA	DE/NO/BLZ
	ALTERA A LEI Nº 10.826 DE 22 DE DEZEMBRO	LEI N. 15.306, DE	ALTERA A LEI Nº 10.826 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003 (ESTATUTO DO DESAR	NO/DE/ER
	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 07.08.2006 (LEI MA	LEI N. 13.827, DE 13.5.2019	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA), PARA AUTORIZ	QUE ESPE
	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 07.08.2006 (LEI MA	LEI N. 13.772, DE	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA) E O DECRETO-J	940 (CÓDI
	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 07.08.2006 (LEI MA	LEI N. 14.310, DE 8.3.2022	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA), PARA DETERMI	ED/IAS/DE
	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE	LEI N. 15.384, DE 9.04.2026	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), O D	ODE, DEB
	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE	LEI N. 14.857, DE 21.5.2024	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), PA	GA/PO/AM
	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE	LEI N. 15.380, DE	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), PA	ED/OM/EST
	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE	LEI N. 15.125, DE 24.4.2025	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), PA	SS/CO/ADM
	ALTERA A LEI Nº 11.343, DE 23.08.2006 (LEI AN	LEI N. 14.322, DE 16.4.2022	ALTERA A LEI Nº 11.343, DE 23.08.2006 (LEI ANTIDROGAS), PARA EXCLUIR A PO	ENTE/DE/CA

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA A LEI Nº 11.350, DE 05.10.2006, A FIM DE	LEI N. 14.536, DE 20.1.2023	ALTERA A LEI Nº 11.350, DE 05.10.2006, A FIM DE CONSIDERAR OS AGENTES C	OFICIAIS
	ALTERA A LEI Nº 11.350, DE 5 DE OUTUBRO DE 2006, PARA DENOMINÁ-LA LEI	LEI N. 14.799, DE 5.1.2024	ALTERA A LEI Nº 11.350, DE 5 DE OUTUBRO DE 2006, PARA DENOMINÁ-LA LEI	DE
	ALTERA A LEI Nº 11.445, DE 05.01.2007 (LEI DE	LEI N. 14.546, DE 4.4.2023	ALTERA A LEI Nº 11.445, DE 05.01.2007 (LEI DE SANEAMENTO BÁSICO), PARA F	DA DE AB
	ALTERA A LEI Nº 11.664, DE 29.04.2008, PARA	LEI N. 11.707, DE 10.5.2022	ALTERA A LEI Nº 11.664, DE 29.04.2008, PARA DISPOR SOBRE A ATENÇÃO INT	EGURANÇ
	ALTERA A LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE O	LEI N. 14.913, DE 3.7.2024	ALTERA A LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE O	PREVENI
	ALTERA A LEI Nº 11.903, DE 14.01.2009, PARA	LEI N. 14.338, DE 11.5.2022	ALTERA A LEI Nº 11.903, DE 14.01.2009, PARA DISPOR SOBRE A BULA DIGITAL	ANTES, PA
	ALTERA A LEI Nº 12.318, DE 26.08.2010, PARA	LEI N. 14.340, DE 18.5.2022	ALTERA A LEI Nº 12.318, DE 26.08.2010, PARA MODIFICAR PROCEDIMENTOS R	ÃO CRIAR
	ALTERA A LEI Nº 12.587, DE 3 DE JANEIRO DE 2012, A FIM DE DISPOR SOBRE O	LEI N. 14.748, DE 5.12.2023	ALTERA A LEI Nº 12.587, DE 3 DE JANEIRO DE 2012, A FIM DE DISPOR SOBRE O	BÓRASÇ
	ALTERA A LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012, PARA DISPOR SOBRE O F	LEI N. 14.723, DE 17.7.2023	ALTERA A LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012, PARA DISPOR SOBRE O F	ÃO SUPR
	ALTERA A LEI Nº 13.146, DE 06.07.2015, ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	LEI N. 14.624, DE 17.7.2023	ALTERA A LEI Nº 13.146, DE 06.07.2015, ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	PARA BO
	ALTERA A LEI Nº 13.667, DE 17.05.2018, PARA	LEI N. 14.542, DE 3.4.2023	ALTERA A LEI Nº 13.667, DE 17.05.2018, PARA DISPOR SOBRE A PRIORIDADE N	MUNICIP
	ALTERA A LEI Nº 13.675, DE 11.06.2018, PARA	LEI N. 14.330, DE 4.5.2022	ALTERA A LEI Nº 13.675, DE 11.06.2018, PARA INCLUIR O PLANO NACIONAL DE	REMENTE
	ALTERA A LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018, PARA DISPOR SOBRE A E	LEI N. 13.853, DE 8.7.2019	ALTERA A LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018, PARA DISPOR SOBRE A E	SOBRE SÇ
	ALTERA A LEI Nº 13.869, DE 05.09.2019, PARA	LEI N. 14.321, DE 31.3.2022	ALTERA A LEI Nº 13.869, DE 05.09.2019, PARA TIPIFICAR O CRIME DE VIOLÊNCIA	TO DOR
	ALTERA A LEI Nº 13.960, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019, PARA POSTERGAR A I	LEI N. 14.680, DE 18.9.2023	ALTERA A LEI Nº 13.960, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019, PARA POSTERGAR A I	COORDEN
	ALTERA A LEI Nº 14.113, DE 25.12.2020, PARA	LEI N. 14.325, DE 12.4.2022	ALTERA A LEI Nº 14.113, DE 25.12.2020, PARA DISPOR SOBRE A UTILIZAÇÃO D	COORDEN
	ALTERA A LEI Nº 14.151, DE 12.05.2021, PARA	LEI N. 14.311, DE 9.3.2022	ALTERA A LEI Nº 14.151, DE 12.05.2021, PARA DISCIPLINAR O AFASTAMENTO D	COORDEN
	ALTERA A LEI Nº 14.232, DE 28 DE OUTUBRO DE 2021, PARA DETERMINAR A P	LEI N. 15.336, DE 8.01.2026	ALTERA A LEI Nº 14.232, DE 28 DE OUTUBRO DE 2021, PARA DETERMINAR A P	COORDEN
	ALTERA A LEI Nº 14.597, DE 14 DE JUNHO DE 2023 (LEI GERAL DO ESPORTE), E	LEI N. 14.911, DE 3.7.2024	ALTERA A LEI Nº 14.597, DE 14 DE JUNHO DE 2023 (LEI GERAL DO ESPORTE), E	COORDEN
	ALTERA A LEI Nº 5.247, DE 26 DE JULHO DE 1991, PARA ASSEGUIRAR À SERVIR	LEI Nº 9.962, DE 10.4.2025	ALTERA A LEI Nº 5.247, DE 26 DE JULHO DE 1991, PARA ASSEGUIRAR À SERVIR	COORDEN
	ALTERA A LEI Nº 5.900, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996, APLICAR-SE A ALÍQUOTA	LEI N. 9.519, DE 20.9.2023	ALTERA A LEI Nº 5.900, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996, APLICAR-SE A ALÍQUOTA	COORDEN
	ALTERA A LEI Nº 5.900, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996, PARA REDUZIR A ALÍQUOTA	LEI N. 8.355, DE 12.12.2020	ALTERA A LEI Nº 5.900, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996, PARA REDUZIR A ALÍQUOTA	COORDEN
	ALTERA A LEI Nº 6.161, DE 26 DE JUNHO DE 2000, PARA DAR PODERES AO AD	LEI N. 8.203, DE 3.12.2019	ALTERA A LEI Nº 6.161, DE 26 DE JUNHO DE 2000, PARA DAR PODERES AO AD	COORDEN
	ALTERA A LEI Nº 6.514, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, DISPÕE SOBRE OS CR	LEI N. 10.023, DE 11.5.2022	ALTERA A LEI Nº 6.514, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, DISPÕE SOBRE OS CR	COORDEN

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA A LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984 (LEI DE EXECUÇÃO PENAL), PARA DISPOR SOBRE AS CONDIÇÕES DE	LEI N. 15.295, DE 20.6.2023	ALTERA A LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984 (LEI DE EXECUÇÃO PENAL), PARA DISPOR SOBRE AS CONDIÇÕES DE	
	ALTERA A LEI Nº 7.498, DE 25.06.1986, PARA DISPOR SOBRE AS CONDIÇÕES DE	LEI N. 14.602, DE 20.6.2023	ALTERA A LEI Nº 7.498, DE 25.06.1986, PARA DISPOR SOBRE AS CONDIÇÕES DE	
	ALTERA A LEI Nº 8.080, DE 19.11.1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE), PARA AMPLIAR O	LEI N. 14.737, DE 20.6.2023	ALTERA A LEI Nº 8.080, DE 19.11.1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE), PARA AMPLIAR O	
	ALTERA A LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE), PARA AMPLIAR O	LEI N. 14.912, DE 3.7.2024	ALTERA A LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE), PARA AMPLIAR O	
	ALTERA A LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE), PARA AMPLIAR O	LEI N. 14.847, DE 25.4.2024	ALTERA A LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE), PARA AMPLIAR O	
	ALTERA A LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE), PARA AMPLIAR O	LEI N. 15.126, DE 28.4.2025	ALTERA A LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE), PARA AMPLIAR O	
	ALTERA A LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE), PARA AMPLIAR O	LEI N. 14.820, DE 16.1.2024	ALTERA A LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE), PARA AMPLIAR O	
	ALTERA A LEI Nº 9.394, DE 20.12.1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO BÁSICA), PARA	LEI N. 14.644, DE 2.8.2023	ALTERA A LEI Nº 9.394, DE 20.12.1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO BÁSICA), PARA	
	ALTERA A LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO	LEI N. 14.952, DE 6.8.2024	ALTERA A LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO	
	ALTERA A LEI Nº 9.434, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997, QUE DISPÕE SOBRE A REGULAÇÃO DO	LEI N. 14.858, DE 21.5.2024	ALTERA A LEI Nº 9.434, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997, QUE DISPÕE SOBRE A REGULAÇÃO DO	
	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO), PARA DISPOR SOBRE	LEI N. 14.071, DE 10.7.2024	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO), PARA DISPOR SOBRE	
	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, QUE INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, PARA	LEI N. 12.760, DE 10.7.2024	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, QUE INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, PARA	
	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO), PARA	LEI N. 14.861, DE 27.5.2024	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO), PARA	
	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO), PARA	LEI N. 14.921, DE 10.7.2024	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO), PARA	
	ALTERA A LEI Nº 9.696, DE 01.09.1998, QUE DISPÕE SOBRE A REGULAÇÃO DO	LEI N. 14.386, DE 27.6.2022	ALTERA A LEI Nº 9.696, DE 01.09.1998, QUE DISPÕE SOBRE A REGULAÇÃO DO	
	ALTERA A LEI ORDINÁRIA Nº 7.858, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016, QUE ESTABELECE O	LEI N. 8.589, DE 20.1.2022	ALTERA A LEI ORDINÁRIA Nº 7.858, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016, QUE ESTABELECE O	
	ALTERA A LEI ORDINÁRIA Nº 8.062, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018, DETERMINA O	LEI N. 8.350, DE 20.1.2022	ALTERA A LEI ORDINÁRIA Nº 8.062, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018, DETERMINA O	
	ALTERA A PORTARIA Nº 343/2020 - MEC - DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DA	PORTARIA Nº 343/2020	ALTERA A PORTARIA Nº 343/2020 - MEC - DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DA	
	ALTERA A PORTARIA NORMATIVA Nº 660, DE 10.05.2009, QUE APROVA O REGULAMENTO	PORTARIA Nº 660, DE 10.05.2009	ALTERA A PORTARIA NORMATIVA Nº 660, DE 10.05.2009, QUE APROVA O REGULAMENTO	
	ALTERA A REDAÇÃO DA ALÍNEA "A" DO ARTIGO 39 E DOS ARTIGOS 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, DE 13.09.1998, DE 13.09.1998,	LEI N. 4.422, DE 10.7.2024	ALTERA A REDAÇÃO DA ALÍNEA "A" DO ARTIGO 39 E DOS ARTIGOS 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, DE 13.09.1998, DE 13.09.1998,	
	ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTS. 2º E 65 DA LEI Nº 6.399, DE 15 DE AGOSTO DE 1973, DE 15 DE AGOSTO DE 1973,	LEI N. 6.543, DE 10.7.2024	ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTS. 2º E 65 DA LEI Nº 6.399, DE 15 DE AGOSTO DE 1973, DE 15 DE AGOSTO DE 1973,	
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.385, DE 16.08.2012, PARA DISCIPLINAR A DEFINIÇÃO DE	RESOLUÇÃO Nº 23.385, DE 16.08.2012	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.385, DE 16.08.2012, PARA DISCIPLINAR A DEFINIÇÃO DE	
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.605/TSE, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE ESTABELECE O	RESOLUÇÃO Nº 23.605/TSE, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.605/TSE, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE ESTABELECE O	
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.607, DE 17.12.2019, QUE DISPÕE SOBRE A ABREVIATURA	RESOLUÇÃO Nº 23.607, DE 17.12.2019	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.607, DE 17.12.2019, QUE DISPÕE SOBRE A ABREVIATURA	
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.607, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE A	RESOLUÇÃO Nº 23.607, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.607, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE A	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.608/TSE DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.608/TSE DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	SPONSOR
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.609 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.609 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	ELIÇÕES
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.610/TSE DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.610/TSE DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	GANDA EL
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.669/2021 - TSE QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.669/2021 - TSE DE 14.12.2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	DO PROC
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.673 DE 14.12.2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.673 DE 14.12.2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	TAÇÃO
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.673/TSE DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.673/TSE DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	EMAS ELE
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.673/TSE DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.673/TSE DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	S ELEITOR
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.751 DE 26.02.2026 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.751 DE 26.02.2026 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	ESSO ELEI
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.760 02.03.2026 QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.760 02.03.2026 QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	AS ELEIÇ
	ALTERA A RESOLUÇÃO - TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO - TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	COEDIR
	ALTERA A RESOLUÇÃO TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	EDIR
	ALTERA A RESOLUÇÃO TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	EDIR
	ALTERA AS LEIS COMPLEMENTARES ESTADUAIS NºS 44 DE 13 DE JUNHO DE 2000 QUE ESTABELECEM AS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	LEI COMPLEMEN	ALTERA AS LEIS COMPLEMENTARES ESTADUAIS NºS 44 DE 13 DE JUNHO DE 2000 QUE ESTABELECEM AS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	DEZEMB
	ALTERA AS LEIS ESTADUAIS NºS 6.197 DE 26 DE SETEMBRO DE 2000 QUE ESTABELECEM AS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	LEI N. 8.533, DE	ALTERA AS LEIS ESTADUAIS NºS 6.197 DE 26 DE SETEMBRO DE 2000 QUE ESTABELECEM AS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	DE CARC
	ALTERA AS LEIS ESTADUAIS NºS 6.540 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004 E 7.820 DE 20 DE SETEMBRO DE 2008 QUE ESTABELECEM AS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	LEI N. 8.647, 31.3.2022	ALTERA AS LEIS ESTADUAIS NºS 6.540 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004 E 7.820 DE 20 DE SETEMBRO DE 2008 QUE ESTABELECEM AS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	DEZEMB
	ALTERA AS LEIS Nº 13.675 DE 11.06.2018 QUE CRIA A POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR	LEI N. 14.531, 10.1.2023	ALTERA AS LEIS Nº 13.675 DE 11.06.2018 QUE CRIA A POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR	DA QUER
	ALTERA AS LEIS Nº 7.116 DE 29.08.1983 E 9.454 DE 07.04.1997 E 13.444 DE 11.05.2004 QUE ESTABELECEM AS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	LEI N. 14.534, 11.1.2023	ALTERA AS LEIS Nº 7.116 DE 29.08.1983 E 9.454 DE 07.04.1997 E 13.444 DE 11.05.2004 QUE ESTABELECEM AS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	NOBOSQU
	ALTERA AS LEIS Nº 9.096 DE 19.09.1995 E LEI Nº 9.504 DE 30.09.1997 E LEI Nº 4.736 DE 16.05.2006 QUE ESTABELECEM AS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	LEI N. 13.877, 27.9.2019	ALTERA AS LEIS Nº 9.096 DE 19.09.1995 E LEI Nº 9.504 DE 30.09.1997 E LEI Nº 4.736 DE 16.05.2006 QUE ESTABELECEM AS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	DISCÃO E
	ALTERA AS LEIS Nº 9.504 DE 30.09.1997 E LEI Nº 9.096 DE 19.09.1995 E LEI Nº 4.736 DE 16.05.2006 QUE ESTABELECEM AS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	LEI N. 13.165, 29.9.2015	ALTERA AS LEIS Nº 9.504 DE 30.09.1997 E LEI Nº 9.096 DE 19.09.1995 E LEI Nº 4.736 DE 16.05.2006 QUE ESTABELECEM AS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	305 DE
	ALTERA AS LEIS NºS 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA) E 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA) QUE ESTABELECEM AS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	LEI N. 15.383, 9.04.2026	ALTERA AS LEIS NºS 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA) E 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA) QUE ESTABELECEM AS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	ZENABO
	ALTERA AS LEIS NºS 11.794 DE 8 DE OUTUBRO DE 2008 E 6.360 DE 23 DE SETEMBRO DE 2008 QUE ESTABELECEM AS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	LEI N. 15.183, 30.7.2025	ALTERA AS LEIS NºS 11.794 DE 8 DE OUTUBRO DE 2008 E 6.360 DE 23 DE SETEMBRO DE 2008 QUE ESTABELECEM AS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	ROSHDA
	ALTERA AS LEIS NºS 5.785 DE 23.06.1972 E LEI Nº 9.612 DE 19.02.1998 E LEI Nº 4.736 DE 16.05.2006 QUE ESTABELECEM AS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	LEI N. 13.424, 28.3.2017	ALTERA AS LEIS NºS 5.785 DE 23.06.1972 E LEI Nº 9.612 DE 19.02.1998 E LEI Nº 4.736 DE 16.05.2006 QUE ESTABELECEM AS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	SONDEB
	ALTERA AS LEIS NºS 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983 E 9.454 DE 7 DE ABRIL DE 1997 QUE ESTABELECEM AS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	LEI N. 14.534, 11.1.2023	ALTERA AS LEIS NºS 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983 E 9.454 DE 7 DE ABRIL DE 1997 QUE ESTABELECEM AS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	A DEOMAR
	ALTERA A TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE QUE TRATA O ANEXO II A LEI Nº 3.514 DE 1980	LEI N. 4.212, 5.12.1980	ALTERA A TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE QUE TRATA O ANEXO II A LEI Nº 3.514 DE 1980	ABEAXO
	ALTERA A TABELA DE SALÁRIOS DO PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRUTURA	DECRETO N. 4.514 DE	ALTERA A TABELA DE SALÁRIOS DO PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRUTURA	ESTALAG
	ALTERA DA LEI ESTADUAL Nº 6.251, DE 20 DE JULHO DE 2001, QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	LEI N. 8.636, 28.3.2022	ALTERA DA LEI ESTADUAL Nº 6.251, DE 20 DE JULHO DE 2001, QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	ESTABEIR

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA DISPOSIÇÕES DAS LEIS QUE MENCIONA	LEI N. 4.330, 30.3.1982	ALTERA DISPOSIÇÕES DAS LEIS QUE MENCIONA E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI ESTADUAL Nº 536 DE 8 DE MAIO DE 1992	LEI N. 9.090, DE 8.670, 31.5.2022	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI ESTADUAL Nº 536 DE 8 DE MAIO DE 1992 PARA	
	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI ESTADUAL Nº 7159 DE 17 DE JUNHO DE 2010	LEI N. 8.670, 31.5.2022	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI ESTADUAL Nº 7159 DE 17 DE JUNHO DE 2010 E	
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 7 DE 18 DE JULHO DE 2004	LEI COMPLEMENTAR Nº 7	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 7 DE 18 DE JULHO DE 2004	
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	LEI DELEGADA Nº 48	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022 QUE INSTITUI	
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	LEI DELEGADA Nº 48	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	LEI DELEGADA Nº 48	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	LEI DELEGADA Nº 48	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	LEI DELEGADA Nº 48	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	LEI DELEGADA Nº 48	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.421 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1974	LEI Nº 3.421 DE 20.12.1974	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.421 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1974 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	ALTERA DISPOSITIVOS QUE MENCIONA DO DECRETO Nº 2.468 DE 02 DE DEZEMBRO DE 1974	DECRETO Nº 2.468 DE 02.12.1974	ALTERA DISPOSITIVOS QUE MENCIONA DO DECRETO Nº 2.468 DE 02 DE DEZEMBRO DE 1974	
	ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI Nº 5.247 DE 26 DE JULHO DE 1990	LEI Nº 8.391, 10.3.2021	ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI Nº 5.247 DE 26 DE JULHO DE 1990	
	ALTERA O § 3º DO ART. 98 DA LEI Nº 8.112 DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990	LEI Nº 13.370, 12.6.2023	ALTERA O § 3º DO ART. 98 DA LEI Nº 8.112 DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990 PARA ESTENDER O	
	ALTERA O ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 6.442 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2003	LEI Nº 6.502, 14.7.2004	ALTERA O ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 6.442 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2003 QUE	
	ALTERA O ANEXO ÚNICO DO DECRETO ESTADUAL Nº 25.212 DE 6 DE MARÇO DE 2004	DECRETO Nº 29.258 DE 15.12.2025	ALTERA O ANEXO ÚNICO DO DECRETO ESTADUAL Nº 25.212 DE 6 DE MARÇO DE 2004	
	ALTERA O ART. 10 DA LEI ESTADUAL Nº 6.456 DE 20 DE JANEIRO DE 2004	LEI Nº 8.177, DE 15.12.2025	ALTERA O ART. 10 DA LEI ESTADUAL Nº 6.456 DE 20 DE JANEIRO DE 2004	
	ALTERA O ART. 147-B DO DECRETO Nº 2.848 DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940	LEI Nº 15.123, 24.4.2025	ALTERA O ART. 147-B DO DECRETO Nº 2.848 DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940	
	ALTERA O ART. 261 DA LEI ESTADUAL Nº 6.564 DE 5 DE JANEIRO DE 2005	LEI Nº 8.867, 12.6.2023	ALTERA O ART. 261 DA LEI ESTADUAL Nº 6.564 DE 5 DE JANEIRO DE 2005	
	ALTERA O ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA PERMITIR A ACUMULAÇÃO DE CARGOS	EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1	ALTERA O ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA PERMITIR A ACUMULAÇÃO DE CARGOS	
	ALTERA O ART. 5º DA LEI DELEGADA Nº 21 DE 04 DE ABRIL DE 2003	LEI Nº 8.552, DE 15.12.2025	ALTERA O ART. 5º DA LEI DELEGADA Nº 21 DE 04 DE ABRIL DE 2003 QUE DISPÕE	
	ALTERA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL PARA AGRAVAR A PENA DO FURTO	LEI Nº 15.272, DE 15.12.2025	ALTERA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL PARA AGRAVAR A PENA DO FURTO	
	ALTERA O CÓDIGO PENAL PARA AGRAVAR A PENA DO FURTO	LEI Nº 15.280, 5.12.2025	ALTERA O CÓDIGO PENAL PARA AGRAVAR A PENA DO FURTO	
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.018 DE 17 DE JANEIRO DE 2014	DECRETO Nº 83.071 DE 15.12.2025	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.018 DE 17 DE JANEIRO DE 2014	
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.019 DE 17 DE JANEIRO DE 2014	DECRETO Nº 83.070 DE 15.12.2025	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.019 DE 17 DE JANEIRO DE 2014	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.019	DECRETO N. 69.581 DE	ALTERA OS §§ 1º, 2º, 3º E CAPUT DO ART. 1º DO DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.019	DE 20
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 17.760 DE	DECRETO N. 23.086 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 17.760 DE 16 DE JANEIRO DE 2012, QUE R	DE 20
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 35.142 DE	DECRETO N. 95.540 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 35.142 DE 15 DE AGOSTO DE 2014, QUE R	DE 20
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 35.142 DE	DECRETO N. 83.069 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 35.142 DE 15 DE AGOSTO DE 2014, QUE R	DE 20
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 36.615 DE	DECRETO N. 71.978 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 36.615 DE 21 DE JUNHO DE 1995, QUE RE	DE 20
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 2.081 DE 2	DECRETO Nº	ALTERA O DECRETO Nº 2.081 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE ESTABELE	DE 20
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 4.804 DE 2	DECRETO Nº	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 4.804 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2010, A FIM	DE 20
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 57.008 DE	DECRETO N. 74.007 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 57.008 DE 2 DE JANEIRO DE 2018, QUE INS	DE 20
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.145 DE	DECRETO Nº	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.145 DE 22 DE JUNHO DE 2020, QUE INS	DE 20
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.145 DE	DECRETO N. 74.341 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.145 DE 22 DE JUNHO DE 2020	DE 20
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.912, OI	DECRETO N. 94.872 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.912, QUE DISPÕE SOBRE A AVERBACÃO	DE 20
	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 07 DE DE	LEI N. 15.245, DE	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	DE 20
	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 7 DE DE	LEI N. 15.397, DE	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	DE 20
	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 7 DE DE	LEI N. 15.353, DE	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	DE 20
	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 3.689 DE 03.10.19	LEI N. 14.752, DE	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 3.689 DE 03.10.1941 (CÓDIGO DE PROCESSO PEN	DE 20
	ALTERA O DECRETO N. 10.177 DE 16.12.2019	DECRETO N. 10.841 DE	ALTERA O DECRETO N. 10.177 DE 16.12.2019, QUE DISPÕE SOBRE O CONSEL	DE 20
	ALTERA O DECRETO Nº 11.514 DE 1º DE MAIO	DECRETO N. 11.881 DE	ALTERA O DECRETO Nº 11.514 DE 1º DE MAIO DE 2023, QUE INSTITUI GRUPO	DE 20
	ALTERA O DECRETO Nº 11.722 DE 28 DE SETE	DECRETO N. 11.880 DE	ALTERA O DECRETO Nº 11.722 DE 28 DE SETEMBRO DE 2023, QUE DISPÕE SO	DE 20
	ALTERA O DECRETO Nº 2.181 DE 20.03.1997	DECRETO Nº	ALTERA O DECRETO Nº 2.181 DE 20.03.1997, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZ	DE 20
	ALTERA O DECRETO Nº 4.074 DE 04.01.2002	DECRETO N. 11.040 DE	ALTERA O DECRETO Nº 4.074 DE 04.01.2002, PARA DISPOR SOBRE O ENVASE	DE 20
	ALTERA O DECRETO Nº 6.268 DE 22.11.2007	DECRETO N. 11.130 DE	ALTERA O DECRETO Nº 6.268 DE 22.11.2007, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 9.9	DE 20
	ALTERA O DECRETO Nº 6.514 DE 22.07.2008	DECRETO N. 11.080 DE	ALTERA O DECRETO Nº 6.514 DE 22.07.2008, PARA DISPOR SOBRE AS INERAC	DE 20
	ALTERA O DECRETO Nº 8.750 DE 09.05.2016	DECRETO N. 11.481 DE	ALTERA O DECRETO Nº 8.750 DE 09.05.2016, QUE INSTITUI O CONSELHO NAC	DE 20
	ALTERA O DECRETO Nº 9.489 DE 30.08.2018	DECRETO N. 11.107 DE	ALTERA O DECRETO Nº 9.489 DE 30.08.2018, PARA DISPOR SOBRE O PROGRA	DE 20
	ALTERA O DECRETO Nº 9.492 DE 05.12.2018	DECRETO Nº	ALTERA O DECRETO Nº 9.492 DE 05.12.2018 E O DECRETO Nº 10.153 DE 03	DE 20
	ALTERA O DECRETO Nº 9.579 DE 22.11.2018	DECRETO N. 11.479 DE	ALTERA O DECRETO Nº 9.579 DE 22.11.2018, PARA DISPOR SOBRE O DIREITO	DE 20

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA O DECRETO Nº 9.847 DE 25 DE JANEIRO DE 2019	DECRETO Nº 9.981 DE 25.06.2019	ALTERA O DECRETO Nº 9.847 DE 25.06.2019 QUE REGULAMENTA A LEI Nº 10.241 DE 2001	ARA DISPO
	ALTERA O DECRETO Nº 8.033 DE 27.06.2013	DECRETO Nº 8.033 DE 27.06.2013	ALTERA O DECRETO Nº 8.033 DE 27.06.2013 QUE REGULAMENTA O DISPO	DE 05.06.2
	ALTERA O INCISO I DO CAPUT DO ART. 51 DA LEI Nº 8.126, DE 11.7.2019	LEI Nº 8.126, DE 11.7.2019	ALTERA O INCISO I DO CAPUT DO ART. 51 DA LEI Nº 8.126, DE 11.7.2019	DISPÕE
	ALTERA O INCISO V DO ART. 15 DA LEI Nº 8.178, DE 11.7.2019	LEI Nº 8.178, DE 11.7.2019	ALTERA O INCISO V DO ART. 15 DA LEI Nº 8.178, DE 11.7.2019	RODUBÓ
	ALTERA O INCISO XIV DO ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO ALAGOAS	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 14, DE 11.11.2023	ALTERA O INCISO XIV DO ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO ALAGOAS	DAS DISPO
	ALTERA OS ARTS. 8º E 10 DA LEI Nº 8.069 DE 13.07.1990	LEI Nº 8.069 DE 13.07.1990	ALTERA OS ARTS. 8º E 10 DA LEI Nº 8.069 DE 13.07.1990 (ESTATUTO DA CRIAN	NIÇE, PAR
	ALTERA OS DECRETOS, LEIS NºS 2.848 DE 07.12.1940 (CÓDIGO PENAL) E 3.688 DE 07.12.1940	LEI Nº 14.245, DE 17.7.2025	ALTERA OS DECRETOS, LEIS NºS 2.848 DE 07.12.1940 (CÓDIGO PENAL) E 3.688 DE 07.12.1940	ALCO DESP
	ALTERA OS PARÁGRAFOS 2º E 3º DO ART. 63 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO ALAGOAS	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 14, DE 11.11.2023	ALTERA OS PARÁGRAFOS 2º E 3º DO ART. 63 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO ALAGOAS	STANDER
	ALTERA O VALOR E OS BENEFICIÁRIOS DA VERBA DE CANCELAMENTO DE PASSAGENS	DECRETO Nº 15.160, DE 3.7.2025	ALTERA OS §§ 1º, 2º, 3º E CAPUT DO ART. 1º DO DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.000, DE 19.12.2019	IRO DE 20
	ALTERAR CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE E VERBA DE CANCELAMENTO DE PASSAGENS	DECRETO Nº 15.160, DE 3.7.2025	MODIFICA OS ARTS. 65 E 115 DO DECRETO, LEI Nº 2.848 DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940	MAL, PAR
	ALTERA RESOLUÇÃO Nº 606 DE 03 DE SETEMBRO DE 2019	RESOLUÇÃO Nº 606 DE 03 DE SETEMBRO DE 2019	ALTERA RESOLUÇÃO Nº 606 DE 03 DE SETEMBRO DE 2019 - INSTITUÍDA A "COMISSÃO DE	INDICAÇÃO
	AMPLIA O DIREITO DAS MULHERES À CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE	LEI Nº 15.171, DE 17.7.2025	ALTERA A LEI Nº 9.797 DE 6 DE MAIO DE 1999 E A LEI Nº 9.656 DE 3 DE JANEIRO DE 2019	PLIAR O DI
	ANEXO 1 LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS	FORMULÁRIO Nº 12.249, DE 11.6.2010	ANEXO 1 LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS - ANEXO 2 EDITAL DE	ÇÃO DE D
	ANULOU A EXIGÊNCIA DE MULTA ANTES DE RECORRER EM SEGUNDA INSTÂNCIA	LEI Nº 13.964, DE 11.6.2010	ANULOU A EXIGÊNCIA DE MULTA ANTES DE RECORRER EM SEGUNDA INSTÂNCIA	
	APERFEIÇOAMENTO A LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL	DECRETO Nº 12.540, DE 12.5.2010	APERFEIÇOAMENTO A LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL	
	APRESENTAÇÃO E USO DE DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO	LEI Nº 5.553, DE 6.12.1968	DISPÕE SOBRE A APRESENTAÇÃO E USO DE DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO	
	APROVA A ESTRUTURA REGIMENTAL E O QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS	DECRETO Nº 12.540, DE 12.5.2010	APROVA A ESTRUTURA REGIMENTAL E O QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS	A UNIDADE
	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE EMPREGO	PORTARIA Nº 167/2024	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE EMPREGO	PROBOSA
	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE EMPREGO	PORTARIA Nº 167/2024	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE EMPREGO	PROBOSA
	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE EMPREGO	PORTARIA Nº 167/2024	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE EMPREGO	PROBOSA
	APROVA A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI Nº 6.230, DE 19.4.2001	APROVA A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	PROVIDÊNC
	APROVA A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI Nº 6.399, DE 15.8.2003	APROVA A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	PROVIDÊNC
	APROVA AS INSTRUÇÕES GERAIS PARA APLICAÇÃO DO REGULAMENTO DE CARGOS	PORTARIA Nº 167/2024	APROVA AS INSTRUÇÕES GERAIS PARA APLICAÇÃO DO REGULAMENTO DE CARGOS	PROVIDÊNC
	APROVA AS NORMAS DO CERIMONIAL PÚBLICO	DECRETO Nº 70.274, DE 10.11.2010	APROVA AS NORMAS DO CERIMONIAL PÚBLICO E A ORDEM GERAL DE PRECEDÊNCIA	PROVIDÊNC
	APROVA AS NORMAS PARA AQUISIÇÃO REGIMENTAL	PORTARIA Nº 167/2024	PORTARIA Nº 167/2024 - COLOG/CEX DE 22 DE JANEIRO DE 2024 - APROVA A	PROVIDÊNC
	APROVA O ESTATUTO DO SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO DO AL-PROVIDÊNCIA	DECRETO Nº 14.265, DE 17.7.2025	APROVA O ESTATUTO DO SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO DO AL-PROVIDÊNCIA	PROVIDÊNC

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO	DECRETO N. 3.700/DE	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA	
	APROVA O REGULAMENTO DE CONTINÊNCIAS	PORTARIA N. 10.030/DE	APROVA O REGULAMENTO DE CONTINÊNCIAS, HONRAS, SINAIS DE RESPEITO	TAR DAS
	APROVA O REGULAMENTO DE PRODUTOS	DECRETO N. 10.030/DE	APROVA O REGULAMENTO DE PRODUTOS CONTROLADOS	
	APROVA O REGULAMENTO PARA AS POLÍCIAS MILITARES E CORPOS DE BOMBEIROS	DECRETO Nº	APROVA O REGULAMENTO PARA AS POLÍCIAS MILITARES E CORPOS DE MILITARES (R-200)	
	APROVA O VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR	PORTARIA - 10.022/DE	APROVA O VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO - PASSAGEM	0-VM-12.00
	ASSEGURA AOS PAIS E RESPONSÁVEIS O DIREITO DE VEDAR A PARTICIPAÇÃO	LEI N. 9.172, 12.3.2024	ASSEGURA AOS PAIS E RESPONSÁVEIS O DIREITO DE VEDAR A PARTICIPAÇÃO	EM ATIVID
	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES MEL	LEI N. 15.181, 28.7.2025	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES MEL	S PÚBLICO
	ALIMENTAR AS PENAS APLICADAS AO FURTO	LEI N. 14.064, 29.9.2020	ALIMENTAR AS PENAS APLICADAS AO FURTO	SÃO PEN
	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME	LEI N. 13.800, 4.1.2019	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME	S-TRATOS
	AUTORIZA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA A FIRMAR INSTRUMENTOS DE PARCE	LEI N. 8.838, 4.4.2023	AUTORIZA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA A FIRMAR INSTRUMENTOS DE PARCE	ES DE AD
	AUTORIZA A CRIAÇÃO DE LIMA CENTRAL DE EMPREGOS PARA PESSOAS POB	LEI N. 15.069, 12.4.2022	AUTORIZA A CRIAÇÃO DE LIMA CENTRAL DE EMPREGOS PARA PESSOAS POB	ÊNCIA - C
	AUTORIZA A CRIAÇÃO DO CADASTRO NACIONAL DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	LEI N. 10.027, 4.8.2023	AUTORIZA A CRIAÇÃO DO CADASTRO NACIONAL DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	
	AUTORIZA A CRIAÇÃO DO PROGRAMA CUIDANDO DE QUEM CUIDA DA MENTE	LEI N. 14.648, 12.4.2022	AUTORIZA A CRIAÇÃO DO PROGRAMA CUIDANDO DE QUEM CUIDA DA MENTE	ADO DE A
	AUTORIZA A OZONIOTERAPIA NO TERRITÓRIO NACIONAL	LEI N. 14.323, 20.1.2023	AUTORIZA A OZONIOTERAPIA NO TERRITÓRIO NACIONAL	É REDE
	AUTORIZA A PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS POR TEMPO DETERMINADO NO	LEI N. 8.810, 27.2.1996	AUTORIZA A PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS POR TEMPO DETERMINADO NO	OS, OUB
	AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS TESTE TÉCNICO-CIENTÍFICOS, ESPOR	LEI N. 8.652, 13.4.2022	AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS TESTE TÉCNICO-CIENTÍFICOS, ESPOR	OS, OUB
	AUTORIZA A TRANSEERÊNCIA DE CADETES OU ASPIRANTES A OFICIAL DA PO	LEI N. 8.398, 25.3.2021	AUTORIZA A TRANSEERÊNCIA DE CADETES OU ASPIRANTES A OFICIAL DA PO	SR, DE
	AUTORIZA E REGULAMENTA AS ASSEMBLEIAS CONDOMINIAIS NO FORMATO	LEI N. 9.513, 1.4.2025	AUTORIZA E REGULAMENTA AS ASSEMBLEIAS CONDOMINIAIS NO FORMATO	BO, DOR
	AUTORIZA O ESTADO DE ALAGOAS A CELEBRAR OPERAÇÃO CONTRATUAL P	LEI N. 9.455, 21.6.2022	AUTORIZA O ESTADO DE ALAGOAS A CELEBRAR OPERAÇÃO CONTRATUAL P	DE VACIN
	AUTORIZA O GOVERNO DO ESTADO A CRIAR COTA PARA MULHERES EM SIT	LEI N. 8.691, 21.6.2022	AUTORIZA O GOVERNO DO ESTADO A CRIAR COTA PARA MULHERES EM SIT	PRO, DOR
	AUTORIZA O GOVERNO DO ESTADO A CRIAR O PROGRAMA JOÃO E MARIA OI	LEI N. 8.680, 9.6.2022	AUTORIZA O GOVERNO DO ESTADO A CRIAR O PROGRAMA JOÃO E MARIA OI	ER DIRETR
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXT	LEI N. 8.601, 22.2.2022	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXT	SO, ANTE
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO UN	LEI N. 9.450, 1.4.2025	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO UN	ICA FEDE
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR O PROGRAMA "HORTA ESCOLAR" C	LEI N. 9.450, 1.4.2025	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR O PROGRAMA "HORTA ESCOLAR" C	DE, SE
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO E	LEI N. 9.450, 1.4.2025	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO E	OS, OUB
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DAR TRATAMENTO IGUALITÁRIO AOS SER	LEI N. 58, DE	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DAR TRATAMENTO IGUALITÁRIO AOS SER	CONTEMP

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A IMPLANTAR	LEI N. 14.643, 28.2023	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A IMPLANTAR SERVIÇO DE MONITORAMENTO	
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR	LEI N. 6.120, 22.9.1999	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O QUADRO ESPECIAL PECULIAR	
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROMOVER	LEI N. 8.133, 7.8.2019	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROMOVER A ALIENAÇÃO DE BENS PÚBLICOS	
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR	LEI N. 8.418, 19.5.2021	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR EXAME DE VISTA NA CRIANÇA COM	
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A TRANSFERIR	LEI N. 9.279, 20.6.2024	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A TRANSFERIR RECURSOS PROVENIENTES	
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DO ESTADO	LEI N. 8.970, 20.9.2023	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DO ESTADO DE ALAGOAS A CRIAR CURSO DE	
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO FEDERAL A	LEI N. 14.343, 19.5.2022	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO FEDERAL A DOAR IMUNIZANTES CONTRA CO	
	BAIXA AS ESPECIFICAÇÕES DOS CARGOS RE	DECRETO N. 4.462, DE	BAIXA AS ESPECIFICAÇÕES DOS CARGOS REESTRUTURADOS NOS TERMOS	
	BEBIDA ALCOÓLICA (PROIBIÇÃO PARA MENOR	DECRETO N. 27.039, DE	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.329, DE 5 DE JANEIRO DE 2012, QUE PRO	
	BEBIDA ALCOÓLICA (PROIBIÇÃO PARA MENOR	LEI N. 7.329, 5.1.2012	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA VENDA, OFERTA, FORNECIMENTO, ENTREGA	
	CADASTRO ELEITORAL PARA ELEIÇÕES 2020	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL E	
	CALENDÁRIO ELEITORAL 2020	RESOLUÇÃO	CALENDÁRIO ELEITORAL 2020 - ELEIÇÕES 2020	
	CALENDÁRIO ELEITORAL - ELEIÇÕES 2024	RESOLUÇÃO	CALENDÁRIO ELEITORAL - ELEIÇÕES 2024	
	CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO	DECRETO N. 17.439, DE	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.294, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011	
	CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO	LEI N. 7.294, DE	CRIA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, NO ÂMBITO DO PODER EXEC	
	CARTILHA AGU - ELEIÇÕES 2026	MANUAL DA	CARTILHA AGU - ELEIÇÕES 2026 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - CONDUTAS	
	CARTILHA MPM - ELEIÇÕES 2024 - O MINISTÉRI	CARTILHA MPM	CARTILHA MPM - ELEIÇÕES 2024 - O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR E AS ELEI	
	CARTILHA PGE - CARTILHA DA CÂMARA DE PRE	CARTILHA PGE - CPRAC	CARTILHA PGE - CARTILHA DA CÂMARA DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO ADMI	
	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AG	CARTILHA PGE	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODO	
	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AG	CARTILHA PGE	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODO	
	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AG	CARTILHA PGE	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODO	
	CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOVERNO (ES	LEI N. 6.210, DE	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DA CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOVERNO E	
	CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOVERNO (ES	LEI N. 6.179, 8.8.2000	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DA CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOVERNO	
	CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEÇOAMENT	DECRETO N. 1.818, DE	APROVA O REGULAMENTO DO CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEÇOAMENTO	
	CLASSIFICA A VISÃO MONOCULAR COMO DEF	LEI Nº 14.126	CLASSIFICA A VISÃO MONOCULAR COMO DEFICIÊNCIA SENSORIAL DO TIPO	
	CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CO	DECRETO Nº	DETERMINA A CLASSIFICAÇÃO NO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLAN	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	CLASSIEICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CO	DECRETO Nº	DETERMINA A CLASSIEICAÇÃO NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEO	
	CLASSIEICA OS CARGOS DO SERVICO CIVIL D	LEI N. 2.249, 15.6.1960	CLASSIEICA OS CARGOS DO SERVICO CIVIL DO PODER EXECUTIVO E DÁ OUT	
	CÓDIGO BRASIL EIRO DE TELECOMUNICACÔE	LEI N. 4.117, 27.8.1962	INSTITUI O CÓDIGO BRASIL EIRO DE TELECOMUNICACÔES	
	CÓDIGO CIVIL	LEI N. 10.406, 10.1.2002	INSTITUI O CÓDIGO CIVIL	
	CÓDIGO DE ÁGUAS	DECRETO N. 24.643 DE	INSTITUI O CÓDIGO DE ÁGUAS	
	CÓDIGO DE DEFEESA DO CONSUMIDOR	LEI N. 8.078, 11.9.1990	DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	LEI N. 13.105, 16.3.2015	INSTITUI O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	
	CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	DECRETO LEI N. 3.689	INSTITUI O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	
	CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR	DECRETO LEI N. 1.002	INSTITUI O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR	
	CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASIL EIRO	LEI N. 9.503, 23.9.1997	INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASIL EIRO	
	CÓDIGO ELEITORAL	LEI N. 4.737, 15.7.1965	INSTITUI O CÓDIGO ELEITORAL	
	CÓDIGO FLORESTAL	LEI N. 12.651, 25.5.2012	INSTITUI O CÓDIGO FLORESTAL - DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DA VEGETAC	
	CÓDIGO PENAL	DECRETO LEI N. 2.848	INSTITUI O CÓDIGO PENAL	
	CÓDIGO PENAL MILITAR	DECRETO LEI N. 1.001	INSTITUI O CÓDIGO PENAL MILITAR	
	COMISSÃO MISTA ESPECIAL (DIAGNÓSTICO D	DECRETO N. 35.707 DE	CONSTITUI COMISSÃO MISTA ESPECIAL PARA O FIM QUE MENCIONA	
	COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES	DECRETO N. 40.941 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE	
	COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES	DECRETO N. 40.054 DE	CONSTITUI COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE DEFEESA AGROPE	
	COMITÊ DE MEDIAÇÃO DE CONELITOS AGRÁE	DECRETO N. 11.054 DE	INSTITUI O COMITÊ DE MEDIAÇÃO DE CONELITOS AGRÁRIOS	
	COMITÊ DE MEDIAÇÃO DE CONELITOS AGRÁE	DECRETO N. 39.672 DE	DESIGNA OS NOVOS MEMBROS DO COMITÊ DE MEDIAÇÃO DE CONELITOS AG	
	COMITÊ INTEGRADO DE SEGURANCA NO TRÂ	DECRETO N. 17.450 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO COMITÊ INTEGRADO DE SEGURANCA NO TRÂNSI	
	COMITÊ INTEGRADO PARA A REDUÇÃO DA M	DECRETO N. 29.273 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO COMITÊ QUE MENCIONA	
	COMPENSACÃO FINANCEIRA	LEI N. 6.035, 2.7.1998	ASSEGURA NA FORMA QUE ESTIPULA A PAGA DE COMPENSACÃO FINANCEI	
	COMPETÊNCIA AO MINISTRO DE ESTADO DA	DECRETO Nº	DELEGA A COMPETÊNCIA AO MINISTRO DE ESTADO DA DEFEESA PARA APROV	
	COMUNICAÇÃO SOBRE INDISPONIBILIDADE D	NP Nº 313901	TRANSCRICÃO DE OEÍCIO CIRCULAR Nº E-41/2025/SEPLAG - COMUNICAÇÃO S	
	CONCEDE INDULTO NATALINO E COMUTACÃO	DECRETO N. 12.338 DE	CONCEDE INDULTO NATALINO E COMUTACÃO DE PENA E DÁ OUTRAS PROVI	
	CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO	LEI N. 8.618, 22.2.2022	CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS AO	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	CONCEDER ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA	PORTARIA N.º 23.198 DE 23.12.1980	CONCEDER ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	ABRIL/2012
	CONCURSO PÚBLICO 2012 (COMISSÃO MISTA)	DECRETO N.º 17.528 DE 17.12.2011	DESIGNA MEMBROS DA COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO 2012	DA SECRE
	CONCURSO PÚBLICO 2012 (COMISSÃO MISTA)	DECRETO N.º 24.505 DE 24.12.2011	CONSTITUI COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO NO ÂMBITO DA SE	RIA DE ES
	CONCURSO PÚBLICO 2012 (COMISSÃO MISTA)	LEI N.º 9.722, DE 19.12.2011	ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO	TO DA SE
	CONCEDE A PROFISSIONAIS DO SEXO FEMININO	LEI N.º 4.000, DE 19.12.2011	CONCEDE A PROFISSIONAIS DO SEXO FEMININO A EXCLUSIVIDADE NOS CURSOS DE	ÊNCRAS
	CONSELHO DE DISCIPLINA DA PMAL	LEI N.º 4.218, DE 19.12.2011	DISPÕE SOBRE O CONSELHO DE DISCIPLINA DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS	
	CONSELHO DE JUSTIFICAÇÃO NA PMAL	DECRETO N.º 6.369 DE 19.12.2011	DISPÕE SOBRE O CONSELHO DE JUSTIFICAÇÃO NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO	DÁ OUTRA
	CONSELHO DELIBERATIVO DO AL-PREVIDÊNCIA	LEI N.º 5.336, DE 19.12.2011	DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO DELIBERATIVO DO AL-PREVIDÊNCIA	
	CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DA CRIANÇA	LEI N.º 5.812, DE 27.2.1996	NORMATIZA O CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	ADOTA PR
	CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DA CRIANÇA	LEI N.º 5.974, DE 19.12.1997	DÁ NOVA REDAÇÃO A LEI ESTADUAL Nº 5.336 DE 08 DE MAIO DE 1992 E ADO	ÊNCIAS.
	CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS HUMANOS	LEI N.º 5.974, DE 19.12.1997	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS	
	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	DELEGADA	ALTERA A DENOMINAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE JUSTIÇA E SEGURANÇA	E SUAS CO
	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	DECRETO N.º 11.226 DE 11.12.2007	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 2º E 5º DA LEI DELEGADA Nº 42 DE 14 DE MAIO	RA A DEN
	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	DECRETO N.º 33.328 DE 31.12.2007	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 3.700 DE 31 DE AGOSTO DE 2007 QUE AP	INTERNO
	CONSELHO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE ALAGOAS	DECRETO N.º 1.756 DE 19.12.2011	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE ALAGOAS	N-AL.
	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA	DECRETO N.º 18.512 DE 18.12.2011	DESIGNA OS NOVOS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA	ESCENTE
	CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE DEFESA SOCIAL	DECRETO N.º 21.454 DE 21.12.2011	AUTORIZA A SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL EM PARCERIA COM	S DE GEST
	CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE DEFESA SOCIAL	DECRETO N.º 10.812 DE 10.12.2011	ESTIMULA A CRIAÇÃO DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE DEFESA SOCIAL	DÊNCIAS.
	CONSIDERA A LIGA DE QUADRILHAS JUNINAS	LEI N.º 8.583, DE 19.1.2022	CONSIDERA A LIGA DE QUADRILHAS JUNINAS DE ALAGOAS - LIGAAL COMO PA	L E IMATE
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO	LEI N.º 8.686, DE 21.6.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO ALAGOANA DE SURDEZ	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO	LEI N.º 8.690, DE 21.6.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO COMUM	IAL OSMAN
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO	LEI N.º 8.656, DE 13.4.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E RECREATIVA	LMARES.
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO	LEI N.º 8.660, DE 25.4.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO EM BUSCA DE SORRISOS	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL	LEI N.º 8.571, DE 4.1.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO DE HEMOELÍTI	OCALIZAD
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL	LEI N.º 8.705, DE 6.7.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO VIDA E CIDAD	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL	LEI N.º 8.572, DE 4.1.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A LIGA DE QUADRILHA JUNINA	AL.

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL	LEI N. 8.689, 21.6.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL O INSTITUTO ABRACE	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O CLUBE	LEI N. 8.693, 21.6.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O CLUBE DE REGATAS BRASIL – CRR	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO	LEI N. 8.703, 6.7.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO ANIMAL ESPERANÇA	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO	LEI N. 8.556, DE	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	DESC.
	CONSOLIDA ATOS NORMATIVOS EDITADOS PELO	DECRETO N. 9.579 DE	CONSOLIDA ATOS NORMATIVOS EDITADOS PELO PODER EXECUTIVO FEDERAL	BRASIL
	CONSTITUIÇÃO ESTADUAL	CONSTITUIÇÃO	CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS DE 1989 EMENDA CONSTITUCIONAL	
	CONSTITUIÇÃO ESTADUAL	CONSTITUIÇÃO	CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS DE 1989 EMENDA CONSTITUCIONAL	
	CONSTITUIÇÃO FEDERAL	CONSTITUIÇÃO	CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 EMENDA CONSTITUCIONAL	7, DE 2022
	CONSTITUI COMISSÃO ESTADUAL NO ÂMBITO DA	PORTARIA SE	CONSTITUI COMISSÃO ESTADUAL NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE	GESTÃO DE
	CONSTITUI COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO	DECRETO N. 105.357 DE	CONSTITUI COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO NO ÂMBITO	MILITAR DE
	CONSTITUI COMISSÃO ORGANIZADORA COM A	DECRETO N. 83.887 DE	CONSTITUI COMISSÃO ORGANIZADORA COM A FINALIDADE DE REALIZAR A T	AL DA ALA
	CREDENCIAMENTO DE SEGURANÇA E TRATAMENTO	DECRETO N. 7.845 DE	REGULAMENTA PROCEDIMENTOS PARA CREDENCIAMENTO DE SEGURANÇA	INFORMAÇÃO
	CRIA A CAMPANHA PERMANENTE DE COMBATE À	LEI N. 9.612, 18.7.2025	CRIA A CAMPANHA PERMANENTE DE COMBATE À MISOGINIA NO ESTADO DE	RAS PROV
	CRIA A CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁRIO	LEI N. 10.693, 25.6.2003	CRIA A CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁRIO FEDERAL NO QUADRO DE PESSOAL	O DA JUSTI
	CRIA A MEDALHA DO SERVIÇO MILITAR E ALTERA O	DECRETO N. 10.981 DE	CRIA A MEDALHA DO SERVIÇO MILITAR E ALTERA O DECRETO Nº 40.556 DE 1993	RECURSO USU
	CRIA A ORDEM DO MÉRITO DO MINISTÉRIO DA	DECRETO N. 11.089 DE	CRIA A ORDEM DO MÉRITO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	
	CRIA A POLÍTICA ESTADUAL DE VALORIZAÇÃO DA	LEI N. 9.499, 14.4.2025	CRIA A POLÍTICA ESTADUAL DE VALORIZAÇÃO DA ESCRITÓRIA E DO ESCRITÓRIO	E INCENTIV
	CRIA APP EM IMÓVEL DO BPMON DA PMAL	DECRETO N. 70.396 DE	CRIA A ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM IMÓVEL DO REGIMENTO DO	CONTADO D
	CRIAÇÃO DA 29ª VARA CÍVEL DA CAPITAL - CO	LEI N. 6.895, DE	CRIA NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL A 29ª VARA CÍVEL DA CAPITAL	AGRÁRIOS
	CRIAÇÃO DA DELEGACIA ESPECIAL DOS CRIMES	LEI N. 8.364, DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA DELEGACIA ESPECIAL DOS CRIMES CONTRA V	OUTRAS P
	CRIAÇÃO DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA (BO) DA	DECRETO N. 1407 DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA (BO) DA POLÍCIA MILITAR	S E ADOTA
	CRIAÇÃO DO COMITÊ DE GERENCIAMENTO DE	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO COMITÊ DE GERENCIAMENTO DE IMPACTOS E	SE DO CO
	CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE	LEI Nº 9.390	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE AVIAÇÃO – DE	OMAS RES
	CRIAÇÃO DO SERVIÇO VOLUNTÁRIO REMUNE	DECRETO N. 35.142 DE	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.581 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014 QUE	MTAÇÃO D
	CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO GABINETE DE	DECRETO N. 69.463 DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO GABINETE DE CRISE DA S	ÊNCIA – G
	CRIA CARGO ISOLADO DE PROVIMENTO EFETIVO	LEI N. 4.350, 17.5.1982	CRIA CARGO ISOLADO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	BISLATIVO

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	cria cargos de procurador de justiça	LEI N. 4.333, 13.4.1982	cria cargos de procurador de justiça e adota providências corre	
	cria causa de aumento de pena para o crime de vender, fornecer	LEI N. 15.234, 7.10.2025	cria causa de aumento de pena para o crime de vender, fornecer	REFORMA
	cria multa administrativa no âmbito do estado de alagoas para pe	LEI N. 9.500, 1.4.2025	cria multa administrativa no âmbito do estado de alagoas para pe	REFORMA
	cria no âmbito do estado de alagoas a comissão de prevenção e re	LEI	cria no âmbito do estado de alagoas a comissão de prevenção e re	REFORMA
	cria o cadastro de condenados por estupro e o cadastro de con	LEI N. 9.599, 18.7.2025	cria o cadastro de condenados por estupro e o cadastro de con	REFORMA
	cria o cadastro nacional de craincas e adolescentes desapareci	LEI N. 12.127, 1.10.2020	cria o cadastro nacional de craincas e adolescentes desapareci	REFORMA
	cria o cadastro nacional de pessoas condenadas por crime de	LEI N. 14.069, 1.10.2020	cria o cadastro nacional de pessoas condenadas por crime de	REFORMA
	cria o fundo estadual de combate ao câncer	LEI N. 8.396, 19.3.2021	cria o fundo estadual de combate ao câncer	REFORMA
	cria o índice de avaliação da qualidade do atendimento nas deleg	LEI N. 10.015, 4.12.1962	cria o índice de avaliação da qualidade do atendimento nas deleg	REFORMA
	cria o instituto de previdência e assistência dos servidores do es	LEI N. 2.509, 4.12.1962	cria o instituto de previdência e assistência dos servidores do es	REFORMA
	cria o mistério do trabalho e previdência	LEI N. 14.261, 19.1.2022	cria o mistério do trabalho e previdência	REFORMA
	cria o programa de incentivo ao melhoramento genético do reba	LEI N. 8.582, 19.1.2022	cria o programa de incentivo ao melhoramento genético do reba	REFORMA
	cria o programa pró-leitos, com aplicação enquanto perdurar a	LEI Nº 14.147, 19.1.2022	cria o programa pró-leitos, com aplicação enquanto perdurar a	REFORMA
	cria o protocolo "não é não" para prevenção ao constrangiment	LEI N. 14.786, 19.1.2022	cria o protocolo "não é não" para prevenção ao constrangiment	REFORMA
	cria o selo tolerância zero com assédio a ser concedido a estab	LEI Nº 9.603, 19.1.2022	cria o selo tolerância zero com assédio a ser concedido a estab	REFORMA
	crime de denunciação caluniosa	LEI N. 14.110, 31.3.2021	altera o art. 339 do decreto-lei nº 2.848, de 07.12.1940 (código penal)	REFORMA
	crime de perseguição	LEI N. 14.132, 31.3.2021	acrescenta o art. 147-A ao decreto-lei nº 2.848, de 07.12.1940 (código	REFORMA
	crimes ambientais	LEI N. 9.605, 12.2.1998	dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de co	REFORMA
	crimes de violação de dispositivo informático	LEI N. 14.155, 27.5.2021	altera o decreto-lei nº 2.848, de 07.12.1940 (código penal), para tornar	REFORMA
	cultura (dia do músico alagoano)	LEI N. 7.783, 22.1.2016	dispõe sobre a criação do dia do músico alagoano e dá outras pr	REFORMA
	dá nova redação ao § 1º e cria os § 7º, 8º e 9º do artigo 244 e cria o	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 14, 19.1.2022	dá nova redação ao § 1º e cria os § 7º, 8º e 9º do artigo 244 e cria o	REFORMA
	dá nova redação ao art. 13 da lei nº 3.541, de 29 de dezembro de 1975	LEI N. 5.883, 19.1.2022	dá nova redação ao art. 13 da lei nº 3.541, de 29 de dezembro de 1975	REFORMA
	dá nova redação ao art. 5º e parágrafo único do art. 6º da lei esta	LEI N. 9.743, 19.1.2022	dá nova redação ao art. 5º e parágrafo único do art. 6º da lei esta	REFORMA
	dá nova redação ao artigo 2º da lei delegada nº 42, de 14 de maio de	DECRETO N. 4.140, 19.1.2022	dá nova redação ao artigo 2º da lei delegada nº 42, de 14 de maio de	REFORMA
	dá nova redação aos artigos 79, 81 e ao inciso VII do artigo 93 da l	LEI N. 3.846, 19.1.2022	dá nova redação aos artigos 79, 81 e ao inciso VII do artigo 93 da l	REFORMA
	dá nova redação aos arts. 1º e 2º da lei nº 4.125, de 26.03.1980, e revol	LEI N. 4.170, 19.1.2022	dá nova redação aos arts. 1º e 2º da lei nº 4.125, de 26.03.1980, e revol	REFORMA

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTS. 1º E 2º DA LEI Nº 4.171, DE 3.10.1980	LEI N. 4.171, DE 3.10.1980	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTS. 1º E 2º DA LEI Nº 4.126 DE 26.03.1980 E REVOC	CONTRÁRI
	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTS. 2º E 3º DA LEI Nº 8.527, DE 11.22.6	LEI N. 8.527, DE 11.22.6	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTS. 2º E 3º DA LEI Nº 6.943 DE 12 DE JUNHO DE 20	REUNIR
	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTS. 2º E 5º DA LEI Nº 4.922, DE 1.7.1987	DECRETO N. 11.226 DE 1.7.1987	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTS. 2º E 5º DA LEI Nº 4.922 DE 14 DE MAIO	FAZ DE
	DÁ NOVA REDACÇÃO AO SELL ART. 78 E AO SELL INCISO XII DA ALÍNEA "C" DO	LEI N. 8.356, DE 2.12.2020	DÁ NOVA REDACÇÃO AO SELL ART. 78 E AO SELL INCISO XII DA ALÍNEA "C" DO	NS 3016, CI
	DAR PODERES AO CONTADOR CONSTITUÍDO	LEI N. 14.759, DE 1.8.2023	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO NA LEI Nº 6.161 DE 26 JUNHO DE 2000 PARA D	NTADOR C
	DECLARA FERIADO NACIONAL O DIA NACIONAL DE ZUMBE DA CONSCIÊNCIA	LEI N. 14.641, DE 1.8.2023	DECLARA FERIADO NACIONAL O DIA NACIONAL DE ZUMBE DA CONSCIÊNCIA	
	DECLARA MANIFESTAÇÃO DA CULTURA NACIONAL A TRADIÇÃO DO USO EM	DECRETO Nº	DECLARA MANIFESTAÇÃO DA CULTURA NACIONAL A TRADIÇÃO DO USO EM	MS, DO TR
	DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL CARACTERIZADA COMO ESTADO DE CALAMIDADE	PORTARIA Nº	DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL CARACTERIZADA COMO ESTADO DE CALAMIDADE	ODO O TE
	DEEINE A METODOLOGIA DE CONSOLIDAÇÃO DAS MORTES VIOLENTAS INTER	LEI N. 14.768, DE 22.7.1997	DEEINE A METODOLOGIA DE CONSOLIDAÇÃO DAS MORTES VIOLENTAS INTER	INDICAÇ
	DEEINE DEFICIÊNCIA AUDITIVA E ESTABELECE VALOR REFERENCIAL DA LIMITE	LEI N. 9.474, DE 22.7.1997	DEEINE DEFICIÊNCIA AUDITIVA E ESTABELECE VALOR REFERENCIAL DA LIMITE	
	DEEINE MECANISMOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO ESTATUTO DOS REELIGIA	LEI N. 810, DE 6.9.1949	DEEINE MECANISMOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO ESTATUTO DOS REELIGIA	ERMINA O
	DEEINE O ANO CIVIL	DECRETO N. 11.123 DE 30.6.2021	DEEINE O ANO CIVIL	
	DELEGA COMPETÊNCIA PARA A PRÁTICA DE ATOS ADMINISTRATIVOS, DISCIPLI	LEI N. 8.463, DE 30.6.2021	DELEGA COMPETÊNCIA PARA A PRÁTICA DE ATOS ADMINISTRATIVOS, DISCIPLI	
	DENOMINA "BATALHÃO ASPIRANTE FRANCISCO FERREIRA DE MELO" O 9º BA	LEI N. 7.134, DE 9.12.2009	DENOMINA "BATALHÃO ASPIRANTE FRANCISCO FERREIRA DE MELO" O 9º BA	MILITAR D
	DENOMINACÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS A SER	LEI N. 6.623, DE 22.7.2025	DENOMINACÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS A SER	
	DENOMINA O CANIL DO BATALHÃO DE OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS - ROPE DE ALAGO	LEI N. 9.623, DE 22.7.2025	DENOMINA O CANIL DO BATALHÃO DE OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS - ROPE DE ALAGO	ITE ABRAÇ
	DENOMINA O CANIL DO BATALHÃO DE OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS - B	LEI N. 8.788, DE 19.033 DE 5.879 DE	DENOMINA O CANIL DO BATALHÃO DE OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS - B	E CANIL TE
	DENOMINA RODOVIA DE PLTADO ARNALDO PINTO GUEDES DE PAIVA A AL 40	DECRETO N. 19.033 DE 5.879 DE	DENOMINA RODOVIA DE PLTADO ARNALDO PINTO GUEDES DE PAIVA A AL 40	IMPRES
	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE ALAGOAS (REGIMENTO	DECRETO N. 10.622 DE 98.836 DE	DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE	AGOAS.
	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE	DECRETO N. 10.622 DE 107.466 DE	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNS	DETRAN/A
	DESIGNA A AUTORIDADE CENTRAL FEDERAL DE QUE TRATA A LEI Nº 13.812	DECRETO N. 98.836 DE 107.466 DE	DESIGNA A AUTORIDADE CENTRAL FEDERAL DE QUE TRATA A LEI Nº 13.812	EL PESSOM
	DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DRO	DECRETO N. 107.466 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DRO	
	DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇ	DECRETO Nº	DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇ	ITE - CEDO
	DETERMINA A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLAN	DECRETO Nº	DETERMINA A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLAN	ENTO SOCI
	DETERMINA A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLAN	DECRETO N. 3.545 DE	DETERMINA A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLAN	ITO SOCIA
	DETERMINA O RETORNO DOS SERVIDORES MILITARES À CORPORAÇÃO DA P		DETERMINA O RETORNO DOS SERVIDORES MILITARES À CORPORAÇÃO DA P	OTA PROV

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DETERMINA QUE AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	LEI N. 8.622, 18.3.2022	DETERMINA QUE AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS DE ENSINO NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	ALAGOAS
	DETERMINA QUE AS MATERNIDADES PÚBLICAS	LEI N. 8.062, DE	DETERMINA QUE AS MATERNIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS NO ESTADO DE ALAGOAS	MENTRE EN
	DETERMINA QUE OS AGRESSORES QUE COMETEREM CRIME DE MAUS-TRATAMENTO CONTRA O	LEI N. 8.597, 22.2.2022	DETERMINA QUE OS AGRESSORES QUE COMETEREM CRIME DE MAUS-TRATAMENTO CONTRA O	AFROQUEM
	DIA DA POLICIAL MILITAR FEMININA	LEI N. 8.118, 21.6.2019	INSTITUI O DIA DA POLICIAL MILITAR FEMININA DO ESTADO DE ALAGOAS	
	DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL - LDB	LEI N. 9.394, DE	ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL - LDB	
	DISCIPLINA A APLICAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	LEI N. 9.494, 10.9.1997	DISCIPLINA A APLICAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	. 7.347, DE
	DISCIPLINA A CONVERSÃO DAS FÉRIAS EM ABONO DE CUMPRIMENTO DE OBRIGATIONS	LEI N. 8.367, DE	DISCIPLINA A CONVERSÃO DAS FÉRIAS EM ABONO DE CUMPRIMENTO DE OBRIGATIONS	COMETER
	DISCIPLINA A DISPOSIÇÃO DE POLICIAIS CIVIS E MILITARES NA SEGURANÇA	DECRETO N. 3.987 DE	DISCIPLINA A DISPOSIÇÃO DE POLICIAIS CIVIS E MILITARES NA SEGURANÇA	ADAS E D
	DISCIPLINA A JORNADA DE TRABALHO E O TEMPO DE SERVIÇO	LEI N. 13.103, 2.3.2015	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE MOTORISTA - ALTERA A CONDIÇÃO DE	S DO TRAB
	DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	LEI N. 13.675, 11.6.2018	DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	NÇA PÚBL
	DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	LEI N. 13.675, 11.6.2018	DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	NÇA PÚBL
	DISCIPLINA O FLUXO DE PROCEDIMENTOS PARA A EXECUÇÃO DE RECURSOS	PORTARIA N. 12.016, 7.8.2009	DISCIPLINA O FLUXO DE PROCEDIMENTOS PARA A EXECUÇÃO DE RECURSOS	A MODALID
	DISCIPLINA O MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI N. 12.016, 7.8.2009	DISCIPLINA O MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	DISCIPLINA O USO DAS DENOMINAÇÕES "CARTÓRIO" E "CARTÓRIO EXTRAJURISDIÇÃO	LEI N. 9.059, DE	DISCIPLINA O USO DAS DENOMINAÇÕES "CARTÓRIO" E "CARTÓRIO EXTRAJURISDIÇÃO	O ESTADO
	DISCIPLINA O USO DOS INSTRUMENTOS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO PARA A	LEI N. 13.060, DE	DISCIPLINA O USO DOS INSTRUMENTOS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO PARA A	EGURANÇ
	DISPENSA O PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULO	LEI N. 8.469, 15.7.2021	DISPENSA O PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULO	IPVA COR
	DISPÕE ACERCA DE REGRAS ATINENTES AOS ATIRADORES DESPORTIVOS N	LEI N. 8.655, 13.4.2022	DISPÕE ACERCA DE REGRAS ATINENTES AOS ATIRADORES DESPORTIVOS N	O DE ALA
	DISPÕE A RESPEITO DAS DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL HOSPITAIS E INSTITUIÇÕES	LEI N. 7.195, 28.7.2010	DISPÕE A RESPEITO DAS DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL HOSPITAIS E INSTITUIÇÕES	SÕES CA
	DISPÕE DIRETRIZES PARA CRIAÇÃO DE UM TREINAMENTO SOBRE VIOLÊNCIA	LEI N. 9.594, 15.7.2025	DISPÕE DIRETRIZES PARA CRIAÇÃO DE UM TREINAMENTO SOBRE VIOLÊNCIA	SÃO ACO
	DISPÕE NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE	LEI Nº 8.407, DE	DISPÕE NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE	AS NOS ES
	DISPÕE SOBRE A ACESSIBILIDADE NAS PRAIAS LOCALIZADAS NO ESTADO DE	LEI N. 8.781, DE	DISPÕE SOBRE A ACESSIBILIDADE NAS PRAIAS LOCALIZADAS NO ESTADO DE	
	DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS DE SEGURANÇA PELAS INSTITUIÇÕES	LEI N. 9.858, DE	DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS DE SEGURANÇA PELAS INSTITUIÇÕES	COLPES
	DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE PRÁTICAS MÉTODOS SUSTENTÁVEIS NA CONSERVAÇÃO	LEI N. 8.521, 7.10.2021	DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE PRÁTICAS MÉTODOS SUSTENTÁVEIS NA CONSERVAÇÃO	RAS EXEC
	DISPÕE SOBRE A ALIENACÃO A CESSÃO A TRANSFERÊNCIA A DESTINAÇÃO	LEI N. 9.373, 11.5.2018	DISPÕE SOBRE A ALIENACÃO A CESSÃO A TRANSFERÊNCIA A DESTINAÇÃO	IAL AMBIE
	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI ESTADUAL Nº 6.285, DE 23 DE JANEIRO	LEI N. 8.640, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI ESTADUAL Nº 6.285, DE 23 DE JANEIRO	ÇÃO E IN
	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ART. 12º DA LEI Nº 6.568, DE 06 DE JANEIRO	LEI N. 8.388, 10.3.2021	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ART. 12º DA LEI Nº 6.568, DE 06 DE JANEIRO	TO INSTA

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO DECRETO N. 37.143, DE 1997	DECRETO N. 37.143, DE 1997	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO DECRETO N. 37.119, DE 18.3.1997 (ESTABE	SESV DO
	DISPÕE SOBRE A ANTECIPACÃO DO ABONO A 11.947, DE 1997	DECRETO N. 11.947, DE 1997	DISPÕE SOBRE A ANTECIPACÃO DO ABONO ANUAL DEVIDO AOS SEGURADOS	A PREVID
	DISPÕE SOBRE A ANTECIPACÃO DO PAGAME 95.095, DE 1997	DECRETO N. 95.095, DE 1997	DISPÕE SOBRE A ANTECIPACÃO DO PAGAMENTO DA GRATIFICACÃO NATALI	BLICO E I
	DISPÕE SOBRE A ANTECIPACÃO DO PAGAME 100.550, DE 1997	DECRETO N. 100.550, DE 1997	DISPÕE SOBRE A ANTECIPACÃO DO PAGAMENTO DA GRATIFICACÃO NATALI	BLICO E P
	DISPÕE SOBRE A ARRECADAÇÃO DE RECURS 4.5.2022	LEI N. 14.332, DE 4.5.2022	DISPÕE SOBRE A ARRECADAÇÃO DE RECURSOS POR ENTIDADES BENEFEICE	IA SOCIAL
	DISPÕE SOBRE A ASSOCIAÇÃO DE REPRESENT 18.5.2022	LEI N. 14.341, DE 18.5.2022	DISPÕE SOBRE A ASSOCIAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE MUNICÍPIOS E ALTE	DE 16.03.20
	DISPÕE SOBRE A ATENÇÃO À SAÚDE OCUPAC 1.4.2025	LEI N. 9.510, DE 1.4.2025	DISPÕE SOBRE A ATENÇÃO À SAÚDE OCUPACIONAL DOS PROFISSIONAIS DE	E ESTADU
	DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DOS VALORE 10.922, DE 1997	DECRETO N. 10.922, DE 1997	DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DOS VALORES ESTABELECIDOS NA LEI Nº 14	DE LICITAÇ
	DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO VOLUNTÁRIA 10.035, DE 1997	LEI N. 10.035, DE 1997	DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO VOLUNTÁRIA DE SERVICOS ADMINISTRATIV	PLÓDE MD
	DISPÕE SOBRE A CAPACITAÇÃO ESCOLAR DE 10.009, DE 1997	LEI N. 10.009, DE 1997	DISPÕE SOBRE A CAPACITAÇÃO ESCOLAR DE CRIANCAS E ADOLESCENTES	AB PREVID
	DISPÕE SOBRE A CASSAÇÃO DE ALVARÁ DE 9.479, DE 1997	LEI N. 9.479, DE 1997	DISPÕE SOBRE A CASSAÇÃO DE ALVARÁ DE LICENÇA E ELI NCIONAMENTO DE	ZAÇÕES SM
	DISPÕE SOBRE A CESSÃO DE SERVIDORES D 34.899, DE 1997	DECRETO N. 34.899, DE 1997	DISPÕE SOBRE A CESSÃO DE SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA IND	AL PÚBLIC
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO 75.263, DE 1997	DECRETO Nº 75.263, DE 1997	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEORME O P	MENTO SC
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO 75.263, DE 1997	DECRETO Nº 75.263, DE 1997	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEORME O P	MENTO SC
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO 75.263, DE 1997	DECRETO Nº 75.263, DE 1997	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEORME O P	MENTO, S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO 75.953, DE 1997	DECRETO N. 75.953, DE 1997	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEORME O F	AMENTO S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO 75.696, DE 1997	DECRETO N. 75.696, DE 1997	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEORME O F	AMENTO S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO 75.824, DE 1997	DECRETO N. 75.824, DE 1997	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEORME O F	AMENTO S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO 75.861, DE 1997	DECRETO N. 75.861, DE 1997	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEORME O F	AMENTO S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO 75.743, DE 1997	DECRETO N. 75.743, DE 1997	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEORME O F	AMENTO S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO 76.147, DE 1997	DECRETO Nº 76.147, DE 1997	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEORME O F	AMENTO S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO 75.665, DE 1997	DECRETO N. 75.665, DE 1997	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEORME O F	AMENTO S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO 75.760, DE 1997	DECRETO N. 75.760, DE 1997	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEORME O F	AMENTO S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO 75.760, DE 1997	DECRETO Nº 75.760, DE 1997	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEORME O P	AMENTO SC
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO 75.760, DE 1997	DECRETO Nº 75.760, DE 1997	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEORME O P	AMENTO SC

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	MENTO S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	DECRETO N. 77.621 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	AMENTO S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	AMENTO S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	AMENTO S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	AMENTO S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	AMENTO S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	AMENTO S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	AMENTO S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	AMENTO S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	AMENTO S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	AMENTO S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	AMENTO S
	DISPÕE SOBRE A COMISSÃO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	DECRETO N. 10.148 DE	INSTITUI A COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	OS DA ADM
	DISPÕE SOBRE A COMUNICAÇÃO AOS PAIS OU RESPONSÁVEIS ACERCA DAS UNIDADES DE ENSINO	LEI N. 8.519, 7.10.2021	DISPÕE SOBRE A COMUNICAÇÃO AOS PAIS OU RESPONSÁVEIS ACERCA DAS UNIDADES DE ENSINO	UNIDADES DE ENSINO
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ANTECIPAÇÃO DE REMUNERAÇÃO MENSAL	DECRETO N. 106.823 DE	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ANTECIPAÇÃO DE REMUNERAÇÃO MENSAL	AVOS MENSAL
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BOLSAS OU DIÁRIAS	LEI N. 9.723, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BOLSAS OU DIÁRIAS	639, DE 28
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BOLSAS OU DIÁRIAS	LEI N. 8.639, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BOLSAS OU DIÁRIAS	639, DE 28
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BOLSAS OU DIÁRIAS	LEI N. 9.171, 26.2.2024	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BOLSAS OU DIÁRIAS	639, DE 28
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BOLSAS OU DIÁRIAS	LEI N. 8.437, 30.6.1992	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BOLSAS OU DIÁRIAS	639, DE 28
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BOLSAS OU DIÁRIAS	LEI N. 7.313, 26.2.2024	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BOLSAS OU DIÁRIAS	639, DE 28
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BOLSAS OU DIÁRIAS	LEI N. 8.692, 21.6.2022	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BOLSAS OU DIÁRIAS	639, DE 28
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BOLSAS OU DIÁRIAS	LEI N. 8.692, 21.6.2022	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BOLSAS OU DIÁRIAS	639, DE 28
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BOLSAS OU DIÁRIAS	DECRETO N. 101.094 DE	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BOLSAS OU DIÁRIAS	639, DE 28
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BOLSAS OU DIÁRIAS	LEI N. 14.075, 2.04.2020,	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BOLSAS OU DIÁRIAS	639, DE 28
	DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER	LEI N. 7.966, 9.1.2018	DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER	EMPREGADO
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁRIO DO SE	LEI N. 6.682 10.1.2006	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁRIO DO SE	ER EXECU
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMENDA IRMÃ DULCE PARA PESSOAS E ENT	RESOLUÇÃO DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMENDA IRMÃ DULCE PARA PESSOAS E ENT	STAQUEM
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA ESCOLA DE TECNOLOGIA E INTELIGÊNCIA ART	LEI N. 10.030, 2.04.2020,	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA ESCOLA DE TECNOLOGIA E INTELIGÊNCIA ART	S NO EST
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA PATRULHA PET NO ÂMBITO DO ESTADO DE AL	LEI N. 8.773, 2.04.2020,	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA PATRULHA PET NO ÂMBITO DO ESTADO DE AL	S NO EST

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGOS DE DEFENSOR PÚBLICO ESTADUAL	LEI N. 8.699, 30.6.2022	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGOS DE DEFENSOR PÚBLICO ESTADUAL	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA	LEI N. 8.787, 27.6.2022	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA	DANTES D
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CADASTRO ESTADUAL DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	LEI N. 9.715, 7.11.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CADASTRO ESTADUAL DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	CAEPED
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CARTÃO DIGITAL DE VACINAÇÃO DO ESTADO	LEI N. 8.694, 27.6.2022	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CARTÃO DIGITAL DE VACINAÇÃO DO ESTADO	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE PENITENCIÁRIO NO ESTADO	LEI N. 9.682, 1.4.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE PENITENCIÁRIO NO ESTADO	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA "CASTRA ALAGOAS" QUE ESTABELECE O REGIME DE	LEI N. 9.512, 1.4.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA "CASTRA ALAGOAS" QUE ESTABELECE O REGIME DE	STOWAST
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DA POLÍCIA MILITAR DA "PATRULHA DO MUNDO"	LEI Nº 9.817, 1.4.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DA POLÍCIA MILITAR DA "PATRULHA DO MUNDO"	EL CRIANÇ
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA "DAQUI PRA O MUNDO" QUE VISA A INCLUSÃO DE	LEI N. 8.783, 1.4.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA "DAQUI PRA O MUNDO" QUE VISA A INCLUSÃO DE	BASE PÚBLI
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE INCENTIVO À TÉCNICA DE DEFICIÊNCIA	LEI N. 9.498, 1.4.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE INCENTIVO À TÉCNICA DE DEFICIÊNCIA	TRAL MÉR
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA DO TURISMO QUE VISA A CRIAÇÃO DE	LEI N. 8.789, 1.4.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA DO TURISMO QUE VISA A CRIAÇÃO DE	ERVAÇOS
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA JOVEM CIDADÃO DO MUNDO QUE VISA A CRIAÇÃO DE	LEI N. 8.683, 14.6.2022	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA JOVEM CIDADÃO DO MUNDO QUE VISA A CRIAÇÃO DE	OGEMAS
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SELO "AMIGO DOS ENTREGADORES" PARA OS ENTREGADORES	LEI N. 9.508, 1.4.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SELO "AMIGO DOS ENTREGADORES" PARA OS ENTREGADORES	DOES DE
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO ININTERRUPTO DE DELEGACIA DE ATENDIMENTO	LEI N. 14.541, 3.4.2023	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO ININTERRUPTO DE DELEGACIA DE ATENDIMENTO	S DE ATEN
	DISPÕE SOBRE A CUSTÓDIA COMPARTILHADA DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO NÃO DOMÉSTICA	LEI N. 15.392, 21.6.2022	DISPÕE SOBRE A CUSTÓDIA COMPARTILHADA DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO NÃO DOMÉSTICA	LUÇÃO DE
	DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E DE UTILIDADE PÚBLICA	LEI N. 8.688, 21.6.2022	DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E DE UTILIDADE PÚBLICA	DESTATAM
	DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA RODOVIA QUE LIGA O POVOADO PALMA RIOS	LEI N. 8.553, 16.5.2023	DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA RODOVIA QUE LIGA O POVOADO PALMA RIOS	S RIACHOS
	DISPÕE SOBRE A DIFUSÃO POR ÓRGÃOS PÚBLICOS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	LEI N. 14.583, 16.5.2023	DISPÕE SOBRE A DIFUSÃO POR ÓRGÃOS PÚBLICOS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	DEBUOTA
	DISPÕE SOBRE A DISPENSA DO PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE	INSTRUÇÃO Nº 11.2020	DISPÕE SOBRE A DISPENSA DO PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE	S AUTOMO
	DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DO DISQUE DENÚNCIA NOS MEIOS QUE ESPECIFICAR	LEI N. 8.337, 5.11.2020	DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DO DISQUE DENÚNCIA NOS MEIOS QUE ESPECIFICAR	S PROVID
	DISPÕE SOBRE A ELABORAÇÃO, A REDAÇÃO, A ALTERAÇÃO E A CONSOLIDAÇÃO DO REGIMENTO	LEI Nº 8.576, 19.1.2022	DISPÕE SOBRE A ELABORAÇÃO, A REDAÇÃO, A ALTERAÇÃO E A CONSOLIDAÇÃO DO REGIMENTO	ORMEIDE
	DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO PELO ATRIBUTO DE DIRETOR DO E	LEI N. 8.638, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO PELO ATRIBUTO DE DIRETOR DO E	DOR DO E
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DOS PROFISSIONAIS DE	LEI N. 9.272, 11.6.2024	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DOS PROFISSIONAIS DE	BADESA
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS	LEI N. 8.623, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS	CA DIRETA
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO E O SISTEMA DE REMUNERAÇÃO DAS CARREIRAS	LEI N. 6.540, 7.12.2004	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO E O SISTEMA DE REMUNERAÇÃO DAS CARREIRAS	ERACIÓRI
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - SE	LEI Nº 6.268, 7.12.2004	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - SE	EMÉDOR

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A EXIGÊNCIA DE CICLOVIA EM	LEI N. 8.529, DE	DISPÕE SOBRE A EXIGÊNCIA DE CICLOVIA EM TODAS AS NOVAS RODOVIAS	
	DISPÕE SOBRE A EXPLORACÃO DIRETA E IND	LEI N. 12.815, DE 5.6.2013	DISPÕE SOBRE A EXPLORACÃO DIRETA E INDIRETA PELA UNIÃO DE PORTOS	
	DISPÕE SOBRE A EXTENSÃO DO PRAZO DE V	LEI Nº 14.152	DISPÕE SOBRE A EXTENSÃO DO PRAZO DE VALIDADE DE PRESCRIÇÕES MÉD	
	DISPÕE SOBRE A FIXACÃO DO FEETIVO DA P	LEI N. 6.400, DE	DISPÕE SOBRE A FIXACÃO DO FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE	
	DISPÕE SOBRE A FIXACÃO DO FEETIVO DA P	LEI N. 8.669, DE 19.5.2022	DISPÕE SOBRE A FIXACÃO DO FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE	
	DISPÕE SOBRE A FIXACÃO OBRIGATÓRIA DE	LEI N. 8.588, DE 20.1.2022	DISPÕE SOBRE A FIXACÃO OBRIGATÓRIA DE CARTAZES EM DEPENDÊNCIAS	
	DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE ACESSO À IN	LEI Nº 14.172	DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE ACESSO À INTERNET, COM FINS EDUCACION	
	DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE ACESSO E PE	LEI N. 9.470, DE	DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE AMBOS OS PAIS	
	DISPÕE SOBRE A IMPENHORABILIDADE DE BE	LEI N. 14.334, DE 10.5.2022	DISPÕE SOBRE A IMPENHORABILIDADE DE BENS DE HOSPITAIS E IL ANTRÓPIC	
	DISPÕE SOBRE A IMPLANTACÃO DE ASSISTÊN	LEI N. 8.297, DE 20.8.2020	DISPÕE SOBRE A IMPLANTACÃO DE ASSISTÊNCIA PSICOPEDAGOGICA EM TO	
	DISPÕE SOBRE A IMPLANTACÃO DE ESTUDOS	LEI N. 8.672, DE 7.6.2022	DISPÕE SOBRE A IMPLANTACÃO DE ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA, OS COSTU	
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA EMPRESA BR	DECRETO N. 10.674, DE	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉ	
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA EXPO BACIA	LEI N. 8.561, DE	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA EXPO BACIA LEITEIRA DA CIDADE DE BATALH	
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DAS PESSOAS C	LEI N. 8.293, DE 18.8.2020	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM ELROMIALGIA NAS ILAS PE	
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO ENSINO DE N	LEI N. 8.675, DE 7.6.2022	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO ENSINO DE NOÇÕES BÁSICAS SOBRE A LEI	
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO TEMA "EDUC	LEI N. 8.992, DE 2.10.2023	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO TEMA "EDUCAÇÃO FINANCEIRA" NAS PROPO	
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO NO CALENDÁRIO	LEI N. 8.530, DE	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO NO CALENDÁRIO ESCOLAR DA REALIZAÇÃO ANI	
	DISPÕE SOBRE A INEFICÁCIA DE CLÁUSULA	LEI N. 8.292, DE 20.8.2020	DISPÕE SOBRE A INEFICÁCIA DE CLÁUSULA PENAL DE FIDELIDADE EM CONT	
	DISPÕE SOBRE A INSTITUCIONALIZACÃO DA	LEI Nº 9.619	DISPÕE SOBRE A INSTITUCIONALIZACÃO DA POLÍTICA PÚBLICA CORAÇÕES E	
	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA SEMANA E	LEI N. 8.695, DE 27.6.2022	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA SEMANA ESTADUAL DE CONSCIENTIZACÃO	
	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE PROGRAM	LEI Nº 9.438	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE PROGRAMA DE RECUPERACÃO FISCAL – E	
	DISPÕE SOBRE A ISENCÃO DE PAGAMENTO D	LEI N. 6.873, DE	DISPÕE SOBRE A ISENCÃO DE PAGAMENTO DE TAXA DE INSCRIÇÃO EM CON	
	DISPÕE SOBRE A ISENCÃO DO IMPOSTO SOB	LEI N. 8.300, DE 20.8.2020	DISPÕE SOBRE A ISENCÃO DO IMPOSTO SOBRE A TRASMISSÃO CAUSA MOR	
	DISPÕE SOBRE A ISENCÃO DO PAGAMENTO D	LEI N. 8.542, DE	DISPÕE SOBRE A ISENCÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE INSCRIÇÃO EM CO	
	DISPÕE SOBRE A LICENÇA PATERNIDADE- IN	LEI N. 15.371, DE	DISPÕE SOBRE A LICENÇA PATERNIDADE- INSTITUI O SALÁRIO PATERNIDADE	
	DISPÕE SOBRE A MANUTENÇÃO DAS OPERAÇ	LEI N. 8.306, DE 2.9.2020	DISPÕE SOBRE A MANUTENÇÃO DAS OPERAÇÕES DO SERVIÇO DE TRANSP	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A NECESSIDADE DOS POLICIAIS	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE A NECESSIDADE DOS POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES O	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGACÃO DAS EMPRESAS	LEI N. 9.151, 19.1.2024	DISPÕE SOBRE A OBRIGACÃO DAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE ENER	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGACÃO DOS PAIS DE A	LEI N. 8.335, 4.11.2020	DISPÕE SOBRE A OBRIGACÃO DOS PAIS DE ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICA	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA EXE	LEI N. 8.374, 12.1.2021	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA EXECUÇÃO DO HINO DO ESTADO D	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA PUB	LEI N. 9.525, 16.4.2025	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA PUBLICAÇÃO DOS CÁLCULOS DE RE	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DAS CO	LEI N. 10.028, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE AFI	LEI N. 8.353, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE AFIXAÇÃO DE CARTAZ EM ESTABEI	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE APR	LEI N. 9.764, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAÇÃO DA CERTIDÃO DE	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE DIS	LEI N. 10.025, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE DISPONIBILIZAÇÃO DE ACESSO GR	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE EXIB	LEI N. 9.159, 20.2.2024	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE EXIBIÇÃO DE PROPAGANDAS EDUC	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE FOR	LEI N. 9.522, 10.4.2025	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE FORMAÇÃO EM PRIMEIROS SOCOR	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INST	LEI N. 8.340, 5.11.2020	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE DISPENSADORES E	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE MAN	LEI N. 8.323, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE MANTER NAS DEPENDÊNCIAS DE LO	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE OS	LEI N. 8.324, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE OS HOSPITAIS PÚBLICOS E PRIVAD	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE REA	LEI N. 8.402, 13.4.2021	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE REALIZAÇÃO DA LOGÍSTICA RESER	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS CA	LEI N. 8.985, 26.9.2023	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS CARTÓRIOS COM SEDE NO ÂMBIT	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE NO ÂM	LEI N. 8.574, 10.1.2022	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	
	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA P	LEI N. 3.541, DE	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE	
	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA P	DECRETO N. 93.446 DE	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE	
	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES	LEI N. 6.259, DE	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGIC	
	DISPÕE SOBRE A PADRONIZAÇÃO DO DOCUM	PORTARIA M	DISPÕE SOBRE A PADRONIZAÇÃO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO E INC	
	DISPÕE SOBRE A PERMANÊNCIA E OBRIGATO	LEI N. 10.036, DE	DISPÕE SOBRE A PERMANÊNCIA E OBRIGATORIEDADE DO PROFISSIONAL EIS	
	DISPÕE SOBRE A PESQUISA COM SERES HUM	LEI N. 14.874, 28.5.2024	DISPÕE SOBRE A PESQUISA COM SERES HUMANOS E INSTITUIÇÃO SISTEMA N	
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO DOCL	LEI N. 9.278, DE	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO DOCUMENTAL DO ESTADO DE ALAGO	
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE SEGURANÇA D	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (PSI) NO ÂMBITO	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE AR	DECRETO N. 4.073, DE	REGULAMENTA A LEI Nº 8.159, DE 8 DE JANEIRO DE 1991, QUE DISPÕE SOBRE	
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE TR	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE TRÂNSITO, SEUS EINS E APLICACÃO	
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DO ME	LEI N. 6.938, 31.8.1981	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, SEUS EINS E MEC	
	DISPÕE SOBRE A POSSIBILIDADE DE OS ÓRG	LEI Nº 8.413,	DISPÕE SOBRE A POSSIBILIDADE DE OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA A	
	DISPÕE SOBRE A PREFERÊNCIA NA ALOCAC	LEI N. 9.509, 14.2.2025	DISPÕE SOBRE A PREFERÊNCIA NA ALOCAÇÃO DE ASSENTOS PARA MULHER	
	DISPÕE SOBRE A PRESTACÃO DE SERVIÇOS	LEI N. 14.744, DE	DISPÕE SOBRE A PRESTACÃO DE SERVIÇOS POSTAIS E DE COMUNICAÇÃO M	
	DISPÕE SOBRE A PRESTACÃO DE SERVIÇOS	DECRETO N. 12.624, DE	DISPÕE SOBRE A PRESTACÃO DE SERVIÇOS POSTAIS E DE TELEGRAMA NO	
	DISPÕE SOBRE A PRIORIDADE PARA ATENDIM	LEI N. 8.285, 5.8.2020	DISPÕE SOBRE A PRIORIDADE PARA ATENDIMENTO E EMISSÃO DE LAUDOS E	
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA ELIMINAC	LEI N. 14.228, DE	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA ELIMINACÃO DE CÃES E GATOS PELOS ÓRG	
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA EXIGÊNCIA	LEI N. 8.681, 10.6.2022	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA EXIGÊNCIA DE APRESENTACÃO DO CARTÃO	
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DAS OPERADOR	LEI N. 9.476, DE	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DAS OPERADORAS DE PLANOS DE SAÚDE LIMIT	
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA SUSPENS	LEI N. 8.559, DE	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA SUSPENSÃO DE SERVIÇOS BÁSICOS E ESSE	
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE EXPORTAC	LEI N. 13.993, 23.4.2020	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS MÉDICOS, H	
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE PARTICIPAC	LEI N. 9.806, DE	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCEN	
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE UTILIZAC	LEI N. 9.486, DE	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE BLOQUEADORES HORMONA	
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO, NO ESTADO DE	LEI N. 9.146, 10.1.2024	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO, NO ESTADO DE ALAGOAS, DE COMÉRCIO, TRA	
	DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E	LEI N. 15.211, DE	DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTE EM AMBIENTES	
	DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE EXAMES E	LEI N. 14.598, 14.6.2023	DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE EXAMES EM GESTANTES	
	DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE TESTES VO	LEI N. 8.676, 7.6.2022	DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE TESTES VOCACIONAIS PARA ESTUDANTES	
	DISPÕE SOBRE A REDE NACIONAL DE CIDADE	PORTARIA M	DISPÕE SOBRE A REDE NACIONAL DE CIDADES ACOIHELORAS	
	DISPÕE SOBRE A REDENOMINACÃO DA CAR	LEI N. 8.650, 31.3.2022	DISPÕE SOBRE A REDENOMINACÃO DA CARREIRA DE AGENTES PENITENCIÁ	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DA CAR	LEI N. 7.993, 15.2.2018	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DA CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁ	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DA CAR	LEI N. 8.629, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DA CARREIRA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DA CAR	LEI N. 8.634, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DA CARREIRA DE MÉDICOS, NO ÂMBITO	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DA CAR	LEI N. 8.648, 31.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DA CAR	LEI N. 8.626, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.624, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.632, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.635, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.637, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.631, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.625, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.628, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAS	LEI N. 5.882, DE	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOV	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DAS CA	LEI N. 8.633, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DE TÉCNICO SUPERIO	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DAS CA	LEI N. 7.889, 16.6.2017	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DOS SERVIDORES DO	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO PL	LEI N. 11.784, 22.9.2008	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO PLANO GERAL DE CARGOS DO POD	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO REG	LEI N. 7.114, 5.11.2009	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DOS TR	LEI N. 102331 DE	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DOS TRANSPORTES AQUAVIÁRIO E TER	
	DISPÕE SOBRE A REMISSÃO DE DÉBITO DE IM	LEI Nº 8.427	DISPÕE SOBRE A REMISSÃO DE DÉBITO DE IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDAD	
	DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO E DEPÓSITO DE	LEI N. 7.197, 28.7.2010	DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO E DEPÓSITO DE VEÍCULOS ENVOLVIDOS EM ACI	
	DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIZAÇÃO ADMI	LEI N. 12.846, 1.8.2013	DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E CIVIL DE PESSOA	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PLANO PLURI	LEI N. 8.369, 12.1.2021	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2020-2023 INSTITUÍDO PE	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E	LEI N. 9.852, DE	LEI Nº 9.852 DE 31.03.2026 - DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VEN	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E	LEI N. 8.649, 31.3.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDOR	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E	LEI N. 9.551, 28.5.2025	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDOR	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E	LEI N. 8.947, 24.8.2023	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDOR	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DA	LEI N. 8.700, 30.6.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES DOS CARGO	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DA	LEI N. 8.585, 19.1.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES DOS CARGO	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DO	LEI N. 8.674, 7.6.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E REMUNERAÇÃO	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DO	LEI N. 8.678, 9.6.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DO	LEI Nº 8.419	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE AS ATRIBUIÇÕES ORGÂNICAS	LEI N. 9.007, DE	DISPÕE SOBRE AS ATRIBUIÇÕES ORGÂNICAS, COMPETÊNCIAS FUNCIONAIS	
	DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES E O PROCEDIMENTO APLICÁVEIS À CONCESSÃO	RESOLUÇÃO LEI N. 8.080, 19.9.1990	DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES E O PROCEDIMENTO APLICÁVEIS À CONCESSÃO	
	DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES PARA A PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO	LEI N. 8.296, DE	DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES PARA A PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO	
	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DA LEI	LEI N. 14.791, DE	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DA LEI	
	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A EVOLUÇÃO DO SISTEMA BRASILEIRO	DECRETO N. 11.484, DE	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A EVOLUÇÃO DO SISTEMA BRASILEIRO	
	DISPÕE SOBRE AS FINALIDADES E AS DIRETRIZES DA POLÍTICA ESTADUAL DE	LEI N. 8.868, 12.6.2023	DISPÕE SOBRE AS FINALIDADES E AS DIRETRIZES DA POLÍTICA ESTADUAL DE	
	DISPÕE SOBRE AS INTERAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS AO MEIO AMBIENTE	DECRETO N. 6.514, DE	DISPÕE SOBRE AS INTERAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS AO MEIO AMBIENTE	
	DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE	DECRETO N. 69.530, DE	DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE	
	DISPÕE SOBRE AS MISSÕES NO EXTERIOR DOS MILITARES DO ESTADO DE A	LEI N. 6.605, 30.6.2005	DISPÕE SOBRE AS MISSÕES NO EXTERIOR DOS MILITARES DO ESTADO DE A	
	DISPÕE SOBRE AS NORMAS PROCEDIMENTAIS A SEREM ADOPTADAS PELOS S	DECRETO N. 33.870, DE	DISPÕE SOBRE AS NORMAS PROCEDIMENTAIS A SEREM ADOPTADAS PELOS S	
	DISPÕE SOBRE AS NORMAS SANITÁRIAS E ESTABELECE TRATAMENTO SIMPLIFICADO	LEI N. 9.060, DE	DISPÕE SOBRE AS NORMAS SANITÁRIAS E ESTABELECE TRATAMENTO SIMPLIFICADO	
	DISPÕE SOBRE AS PENSÕES MILITARES	LEI N. 3.765, 4.5.1960	DISPÕE SOBRE AS PENSÕES MILITARES	
	DISPÕE SOBRE AS PROMOÇÕES DOS OFICIAIS DA ATIVA DAS FORÇAS ARMADAS	LEI N. 5.821, DE	DISPÕE SOBRE AS PROMOÇÕES DOS OFICIAIS DA ATIVA DAS FORÇAS ARMADAS	
	DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES APLICÁVEIS EM VIRTUDE DA PRÁTICA DE ATOS	LEI N. 8.429, 2.6.1992	DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES APLICÁVEIS EM VIRTUDE DA PRÁTICA DE ATOS	
	DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DAS AULAS PRESENCIAIS POR AULAS EM M	PORTARIA N. 33.861, DE	DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DAS AULAS PRESENCIAIS POR AULAS EM M	
	DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DA PUBLICIDADE DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES	LEI N. 8.087, 11.1.2019	DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DA PUBLICIDADE DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES	
	DISPÕE SOBRE A TRANSPARÊNCIA E O ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA NO	PORTARIA N. 33.861, DE	DISPÕE SOBRE A TRANSPARÊNCIA E O ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA NO	
	DISPÕE SOBRE A UNIFICAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DAS CLASSIFICAÇÕES E O	PORTARIA N. 33.861, DE	DISPÕE SOBRE A UNIFICAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DAS CLASSIFICAÇÕES E O	
	DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE INTEGRANTES DAS FORÇAS POLICIAIS EST	RESOLUÇÃO LEI N. 15.100, 13.1.2025	DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE INTEGRANTES DAS FORÇAS POLICIAIS EST	
	DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO POR ESTUDANTES DE APARELHOS ELETRO	LEI N. 9.511, 1.4.2025	DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO POR ESTUDANTES DE APARELHOS ELETRO	
	DISPÕE SOBRE A VALIDADE DA DECLARAÇÃO DE ESTÁGIO EMITIDO PELOS Ó	LEI N. 10.012, DE	DISPÕE SOBRE A VALIDADE DA DECLARAÇÃO DE ESTÁGIO EMITIDO PELOS Ó	
	DISPÕE SOBRE A VALIDADE DO LAUDO MÉDICO QUE ATESTA A SÍNDROME DE	LEI N. 9.028, DE	DISPÕE SOBRE A VALIDADE DO LAUDO MÉDICO QUE ATESTA A SÍNDROME DE	
	DISPÕE SOBRE A VEDACÃO AO USO DE IMAGENS DE INVESTIGAÇÃO E OPER	LEI N. 8.522, DE	DISPÕE SOBRE A VEDACÃO AO USO DE IMAGENS DE INVESTIGAÇÃO E OPER	
	DISPÕE SOBRE A VEDACÃO DE INAUGURAÇÃO PARCIAL OU INCOMPLETA DE	LEI N. 15.117, 2.4.2025	DISPÕE SOBRE A VEDACÃO DE INAUGURAÇÃO PARCIAL OU INCOMPLETA DE	
	DISPÕE SOBRE A VEICULAÇÃO GRATUITA DE INFORMAÇÃO EDUCATIVA ACE		DISPÕE SOBRE A VEICULAÇÃO GRATUITA DE INFORMAÇÃO EDUCATIVA ACE	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A VENDA DE UNIFORMES DAS	LEI N. 12.664, 5.6.2012	DISPÕE SOBRE A VENDA DE UNIFORMES DAS FORÇAS ARMADAS DOS ÓRGÃ	
	DISPÕE SOBRE DIRETRIZES PARA DISTRIBUIÇÃO	LEI N. 8.503, 27.9.2021	DISPÕE SOBRE DIRETRIZES PARA DISTRIBUIÇÃO DE VACINAS CONTRA O NO	
	DISPÕE SOBRE ESTÍMULOS AO DESENVOLVIM	LEI N. 13.243, 11.1.2016	DISPÕE SOBRE ESTÍMULOS AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO À PESQUISA	
	DISPÕE SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS AD	LEI N. 5.237, 17.7.1991	DISPÕE SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E DÁ PROVIDE	
	DISPÕE SOBRE NORMAS DE CONCURSOS PÚBL	LEI N. 8.539, DE	DISPÕE SOBRE NORMAS DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA PROFISSIONAIS D	
	DISPÕE SOBRE O ACESSO A INFORMAÇÕES E	DECRETO N. 26.320 DE	DISPÕE SOBRE O ACESSO A INFORMAÇÕES PÚBLICAS DE QUE TRATA A LEI	
	DISPÕE SOBRE O ACESSO UNIVERSAL DE SA	LEI N. 8.754, 8.11.2022	DISPÕE SOBRE O ACESSO UNIVERSAL DE SAÚDE COM PRODUTOS DE CANN	
	DISPÕE SOBRE O ACOMPANHAMENTO INTEG	LEI N. 14.254, DE	DISPÕE SOBRE O ACOMPANHAMENTO INTEGRAL PARA EDUCANDOS COM DI	
	DISPÕE SOBRE O AFASTAMENTO DA EMPREG	LEI Nº 14.151	DISPÕE SOBRE O AFASTAMENTO DA EMPREGADA GESTANTE DAS ATIVIDADE	
	DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DA ENER	LEI N. 8.315, 22.9.2020	DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DA ENERGIA SOLAR E INSTALAÇÃO DE	
	DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DE ARM	LEI N. 8.291, 5.8.2020	DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DE ARMAS DE FOGO APREENHIDAS EM	
	DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO PREFERENC	LEI N. 8.738, 2.8.2022	DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO PREFERENCIAL AOS PROFISSIONAIS DA CO	
	DISPÕE SOBRE O CADASTRO ESTADUAL DE	LEI Nº 9.433	DISPÕE SOBRE O CADASTRO ESTADUAL DE PEDÔNELOS NO ESTADO DE ALAC	
	DISPÕE SOBRE O COMBATE À EROTIZAÇÃO IN	LEI N. 9.874, DE	DISPÕE SOBRE O COMBATE À EROTIZAÇÃO INFANTIL E PROÍBE A EXPOSICÃO	
	DISPÕE SOBRE O COMPARECIMENTO DE MILI	LEI N. 9.521, 10.4.2025	DISPÕE SOBRE O COMPARECIMENTO DE MILITARES ESTADUAIS À JUSTIÇA E	
	DISPÕE SOBRE O CONCURSO PÚBLICO NACIO	DECRETO N. 11.722 DE	DISPÕE SOBRE O CONCURSO PÚBLICO NACIONAL UNIFICADO E INSTITUI SE	
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DA	DECRETO N. 11.833 DE	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE	
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE COMANDANTES GERAIS DE POLÍ	
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE	DECRETO N. 11.482 DE	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE	DECRETO N. 11.480 DE	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS	
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DOS	DECRETO N. 11.483 DE	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA - C	
	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACION	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL E	
	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACION	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL E	
	DISPÕE SOBRE O DIREITO DE TODA MULHER	LEI N. 8.352, DE	DISPÕE SOBRE O DIREITO DE TODA MULHER À REALIZAÇÃO DO EXAME GEN	
	DISPÕE SOBRE O ENCERRAMENTO E MANUT	PORTARIA Nº	DISPÕE SOBRE O ENCERRAMENTO E MANUTENÇÃO DE CONTAS BANCÁRIAS	
	DISPÕE SOBRE O ENSINO NO EXÉRCITO BR	LEI N. 9.786, 8.2.1999	DISPÕE SOBRE O ENSINO NO EXÉRCITO BRASILEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDE	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA ADVOCACIA	LEI N. 8.906, 4.7.1994	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA ADVOCACIA E A ORDEM DOS ADVOGADOS D	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CIDADE	LEI N. 10.257, 10.7.2001	REGULAMENTA OS ARTS. 182 E 183 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL ESTABELECE	IS DA POL
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA TERRA	LEI N. 4.504, DE	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA TERRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DE DEFESA DO	LEI N. 10.671, 15.5.2003	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DE DEFESA DO TORCEDOR E DÁ OUTRAS PROV	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO ÍNDIO	LEI N. 6.001, DE	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO ÍNDIO	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS FUNCIONÁRI	LEI N. 1.806, 18.9.1954	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO ESTAD	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES	LEI N. 6.880, 9.12.1980	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS POLICIAIS	LEI N. 5.346, 26.5.1992	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE ALAG	PROVIDÊN
	DISPOE SOBRE O ESTATUTO DOS POLICIAIS DO ESTADO DE ALAGOAS - 1976	LEI N. 3.696, DE	DISPOE SOBRE O ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE ALAG	PROVIDÊN
	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO	LEI N. 13.103, 2.03.2015	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE MOTORISTA: ALTERA A CON	S DO TRAB
	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO	LEI N. 13.475, 28.8.2017	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE TRIPLANTE DE AERONAVE	ONAUTA; E
	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO E ACÚMULO EX	LEI N. 9.592, 14.7.2025	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO E ACÚMULO EXTRAORDINÁRIO DE FUNCÕES P	RATIVAS P
	DISPÕE SOBRE O FLUXO DO ACESSO A HIERA	LEI N. 8.668, 19.5.2022	DISPÕE SOBRE O FLUXO DO ACESSO A HIERARQUIA NO CORPO DE BOMBEI	ADO DE AL
	DISPÕE SOBRE O FUNDO NACIONAL DE SEGU	LEI N. 13.756, DE	DISPÕE SOBRE O FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (ENSP) E SOB	O PRODUT
	DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAME	DECRETO N. 37.615 DE	DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES	VIDEIA
	DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE OPERACÔ	LEI N. 5.900, DE	DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO	ESTABELE
	DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE ARAPELUS	LEI N. 8.685, 21.6.2022	DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE ARAPELUS DE MONITORAMENTO ELETR	OS, APENA
	DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE FIANCA VIA	LEI N. 9.428, DE	DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE FIANCA VIA PIX NO ÂMBITO DO ESTADO D	UTRAS PRO
	DISPÕE SOBRE O PARTO CESÁREA E O ACES	LEI N. 8.518, 7.10.2021	DISPÕE SOBRE O PARTO CESÁREA E O ACESSO AO USO DE ANALGESIA NO	À OUTRAS
	DISPÕE SOBRE O PLANO DE MÍDIA DO HORÁR	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE O PLANO DE MÍDIA DO HORÁRIO ELEITORAL GRATUITO REL	GO DE PR
	DISPÕE SOBRE O PLANTIO DE ORGANISMOS	LEI N. 11.460, 21.3.2007	DISPÕE SOBRE O PLANTIO DE ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS	DE 18/2
	DISPÕE SOBRE O PORTE E PAGAMENTO DE T	LEI N. 8.311, 9.9.2020	DISPÕE SOBRE O PORTE E PAGAMENTO DE TRIBUTOS, TAXA E MULTAS DE V	DRES, PRO
	DISPÕE SOBRE O PRAZO DE VALIDADE DO LA	LEI N. 8.488, DE	DISPÕE SOBRE O PRAZO DE VALIDADE DO LAUDO MÉDICO PERICIAL QUE AT	O DO ESP
	DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIV	DECRETO N. 58.689 DE	DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DO PODER EXEC	E ALAGO
	DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIV	LEI N. 6.771, DE	DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - PAT. E DÁ OUT	
	DISPÕE SOBRE O PROCESSO E JULGAMENTO	LEI N. 9.868, DE	DISPÕE SOBRE O PROCESSO E JULGAMENTO DA AÇÃO DIRETA DE INCONST	RAÇÃO D

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE INCENTIVO	LEI N. 8.984, 26.9.2023.	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE INCENTIVO À UTILIZAÇÃO DA MUSICOTERAPIA	NOTÍCIA
	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE REUTILIZAÇÃO	DECRETO N. 109.405, DE 10.12.2023.	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE REUTILIZAÇÃO DE BENS MÓVEIS - REMOBILIZAÇÃO	ÓRGÃOS E
	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA ESTADUAL DE	LEI N. 9.615, 18.7.2025.	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA ESTADUAL DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO PERDIDOS	ADOÇÃO
	DISPÕE SOBRE O PROTOCOLO INDIVIDUALIZADO	LEI N. 9.613, 18.7.2025.	DISPÕE SOBRE O PROTOCOLO INDIVIDUALIZADO DE AVALIAÇÃO - RIA PARA	SESTORIAN
	DISPÕE SOBRE O QUADRO ESPECÍFICO DE P	LEI N. 8.646, 31.3.2022.	DISPÕE SOBRE O QUADRO ESPECÍFICO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO	RAÇÃO DA
	DISPÕE SOBRE O RATEIO DAS SOBRAS DE RE	LEI N. 8.567, 18.7.2025.	DISPÕE SOBRE O RATEIO DAS SOBRAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUT	PROFISSO
	DISPÕE SOBRE O RATEIO DAS SOBRAS DE RE	LEI N. 8.368, 6.1.2021.	DISPÕE SOBRE O RATEIO DAS SOBRAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUT	PROFISSO
	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS	LEI N. 8.151, 17.9.2019.	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS DOS MILITARES INTEGRANTES	DEPM/AGE
	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS	LEI N. 8.627, 28.3.2022.	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS DOS PROFISSIONAIS DO MAGIS	ADUAL, E
	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS	LEI N. 8.643, 30.3.2022.	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS DOS PROFISSIONAIS DO MAGIS	ADUAL, E
	DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS SER	LEI N. 8.112, 18.7.2025.	DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES CIVIS DA UNIÃO DAS	FUNDAÇÃO
	DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO EMERGE	LEI Nº 8.406, 18.7.2025.	DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO EMERGENCIAL E TRANSITÓRIO DE PAGA	IOS, E DÁ
	DISPÕE SOBRE O REGISTRO, POSSE E COME	LEI N. 10.826, 18.7.2025.	DISPÕE SOBRE O REGISTRO, POSSE E COMERCIALIZAÇÃO DE ARMAS DE FO	RE O SIN
	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DA RESERVA	DECRETO N. 10.986, DE 10.12.2023.	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DA RESERVA DA AERONÁUTICA	
	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DE UNIFORM	DECRETO N. 74.020, DE 10.12.2023.	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DE UNIFORMES DA POLÍCIA MILITAR DO ES	RUPMAL, E
	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCES	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCESSO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES	Nº 23.669,
	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCES	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCESSO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES	
	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCES	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCESSO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES	2024.
	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES	LEI N. 5.626, 15.6.1994.	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS OEC	ISSO DA R
	DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE LOTERIAS	DECRETO N. 11.625, DE 10.12.2023.	DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE LOTERIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	DISPÕE SOBRE O SERVIÇO MILITAR INICIAL E	DECRETO N. 12.154, DE 10.12.2023.	DISPÕE SOBRE O SERVIÇO MILITAR INICIAL FEMININO	
	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E E	DECRETO Nº 76.819, DE 10.12.2023.	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	ONTOS FA
	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E E	DECRETO N. 86.020, DE 10.12.2023.	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	ONDIOS E
	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E E	DECRETO N. 95.021, DE 10.12.2023.	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	ONDIOS E
	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E E	DECRETO N. 100.540, DE 10.12.2023.	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	ONDIOS E

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E E	DECRETO N. 106.093, DE	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	ONEROS
	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS ES	DECRETO N. 9.359, DE	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS PARA O	PRIVILEGIOS
	DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE PROTEÇÃO SO	LEI N. 8.671, 7.6.2022	DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES DO ESTAD	SMIAL, E D
	DISPÕE SOBRE OS LIMITES DE GASTOS PARA	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS LIMITES DE GASTOS PARA OS CARGOS ELETIVOS EM DIS	GERAIS 2
	DISPÕE SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS	LEI N. 9.096, 19.9.1995	DISPÕE SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS	
	DISPÕE SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS - AN	LEI N. 9.096, DE 19.9.1995	DISPÕE SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS - ANOTADO	
	DISPÕE SOBRE OS PRINCÍPIOS, OS OBJETIVO	DECRETO N. 11.821, DE	DISPÕE SOBRE OS PRINCÍPIOS, OS OBJETIVOS, OS EIXOS ESTRATÉGICOS E	DEQUANTIA
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS ADMINIS	INSTRUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA APLICAÇÃO E	3.07.2020
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS A SERE	INSTRUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS NO PROCESSO D	SEM PRINCIP
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE FISC	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E AUDITORIA DO SIS	DE VOTAÇ
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE FISC	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 00.070/2005, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2004, QUE DIS	CEDIMEN
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A	DECRETO N. 40, DE	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS	GÃOS E E
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS REFERE	DECRETO N. 69.225, DE	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS REFERENTES À ADMINISTRAÇÃO, A ME	BOARDA
	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS MÍNIMOS DE	LEI N. 14.327, 13.4.2022	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS MÍNIMOS DE SEGURANÇA PARA A FABRICAÇ	ARRESTA
	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS PARA INGRES	LEI N. 12.705, 8.8.2012	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS PARA INGRESSO NOS CURSOS DE FORMAC	CARREIRA
	DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO	LEI Nº 8.467	DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO FAVORECIDO À PESSOA JURÍDI	INTEC
	DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO	LEI N. 6.555, DE	DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO RELATIVO AO IMPOSTO SOBRE	VEÍCULOS
	DISPÕE SOBRE O USO DA TELEMEDICINA DUR	LEI N. 13.989, 15.4.2020	DISPÕE SOBRE O USO DA TELEMEDICINA DURANTE A CRISE CAUSADA PELO	(S-COV-2).
	DISPÕE SOBRE O USO DE ASSINATURAS ELE	LEI N. 14.063, DE	DISPÕE SOBRE O USO DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS EM INTERAÇÕES CO	EM A SOB
	DISPÕE SOBRE O VALOR DO SALÁRIO-MÍNIMO	LEI N. 14.358, 1.6.2022	DISPÕE SOBRE O VALOR DO SALÁRIO-MÍNIMO A VIGORAR A PARTIR DE 01.01	
	DISPÕE SOBRE PARTICIPAÇÃO, PROTEÇÃO E	LEI N. 13.460, 26.6.2017	DISPÕE SOBRE PARTICIPAÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DO USU	S PÚBLICO
	DISPÕE SOBRE PRINCÍPIOS, REGRAS E INSTR	LEI N. 14.129, 29.3.2021	DISPÕE SOBRE PRINCÍPIOS, REGRAS E INSTRUMENTOS PARA O GOVERNO D	MENTE DO
	DISPÕE SOBRE PROGRAMA DE PROTEÇÃO À	LEI N. 9.271, 11.6.2024	DISPÕE SOBRE PROGRAMA DE PROTEÇÃO À POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR	ESTANTE E
	DISPÕE SOBRE RECOMENDAÇÕES QUANTO À	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE RECOMENDAÇÕES QUANTO À DISPONIBILIZAÇÃO DE EFETIV	DES/2020
	DISPÕE SOBRE REESTRUTURAÇÃO DA CARRE	LEI N. 8.630, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO IN	S E REFOR
	DISPÕE SOBRE TAXAS PELO EXERCÍCIO DE P	LEI N. 6.442, DE	DISPÕE SOBRE TAXAS PELO EXERCÍCIO DE PODER DE POLÍCIA E POR SERVI	COMPETÊN

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPOR SOBRE A NATUREZA TÉCNICA E SING	LEI N. 14.039, 17.8.2020	ALTERA A LEI Nº 8.906 DE 04.07.1994 (ESTATUTO DA OAB) E O DECRETO-LEI	46, PARA D
	DISPOR SOBRE A REMESSA DE PATRIMÔNIO	LEI N. 14.141, 19.4.2021	ALTERA O ART. 16 DA LEI Nº 8.080 DE 19.09.1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE)	BAIACREMES
	DOAÇÃO DE ÓRGÃOS	LEI N. 10.211, 23.3.2001	ALTERA OS DISPOSITIVOS DA LEI N. 9.434 DE 4.2.1997 QUE DISPÕE SOBRE A	OS, TECID
	DOAÇÃO (PATRIMÔNIO)	LEI N. 5.659, DE	AUTORIZA A DOAÇÃO DE TERRENO QUE MENCIONA E DÁ PROVIDÊNCIAS CO	
	EDUCAÇÃO AMBIENTAL - POLÍTICA ESTADUAL	LEI N. 7.804, 17.6.2016	DISPÕE SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL - INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE	TAL, E DÁ
	EDUCAÇÃO (OBRIGATORIEDADE DE DIVULGA	LEI N. 7.790, 22.1.2016	TORNA OBRIGATÓRIO ÀS ESCOLAS DAS REDES ESTADUAL E MUNICIPAL DE	AS ESCO
	EDUCAÇÃO (OBRIGATORIEDADE DO REGISTRO	LEI N. 7.788, 22.1.2016	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO REGISTRO DE HISTÓRICO MÉDICO	OLAS DAS
	EDUCAÇÃO (PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	LEI N. 7.795, 22.1.2016	APROVA O PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - PEE E DÁ OUTRAS PROVIDÊN	
	EDUCAÇÃO (PROGRAMA ESCOLA LIVRE)	LEI N. 7.800, 5.5.2016	INSTITUI NO ÂMBITO DO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO O PROGRAMA "ESC	zada pelo C
	EFEETIVO ENSINO QUADRO DE PESSOAL E PR	LEI N. 3.791, 5.12.1977	DISPÕE SOBRE OS QUADROS DE OFICIAIS DE ADMINISTRAÇÃO E ESPECIALIS	TAR DE A
	EMBRIAGUEZ AO VOLANTE	LEI N. 11.275, 7.2.2006	ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTS. 165, 277 E 302 DA LEI Nº 9.503 DE 23.09.1997 QUE	DE TRÂNS
	ENSINO - ESTATUTO - PROMOÇÃO - SUBSÍDIOS	LEI N. 7.358, 6.6.2012	FIXA NOVA TABELA DE SUBSÍDIOS PARA OS SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR	MBEIROS M
	ENSINO - PROMOÇÃO	LEI N. 4.984, 11.5.1988	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 30 DA LEI Nº 4.345 DE 07 DE MAIO DE 1982 - ACRE	AO INCIS
	ESTABELECE A CRIAÇÃO DE UM CADASTRO E	LEI N. 8.538, DE	ESTABELECE A CRIAÇÃO DE UM CADASTRO ESTADUAL - JUNTO AO PROCON/A	DO DE FISC
	ESTABELECE ADMINISTRATIVAS ÀS PENALIDA	LEI N. 8.885, 18.7.2025	ESTABELECE ADMINISTRATIVAS ÀS PENALIDADES PESSOAS NATURAIS OU P	FAÇÃO DE
	ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DA PREST	LEI N. 15.133, 6.5.2025	ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DA PRESTAÇÃO DE CIRURGIA RECONSTE	DE (SUOS)
	ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DE MENS	LEI N. 12.006, 29.7.2009	ACRESCENTA ARTIGOS À LEI Nº 9.503 DE 23.09.1997 QUE INSTITUI O CÓDIGO	SILEIRO, P
	ESTABELECE A POLÍTICA DE GESTÃO PARA U	DECRETO N. 95.022 DE	ESTABELECE A POLÍTICA DE GESTÃO PARA UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS DA ER	INSUAOMD
	ESTABELECE AS DIRETRIZES PARA IMPLANTA	DECRETO N. 88.653 DE	ESTABELECE AS DIRETRIZES PARA IMPLANTACÃO DE PROCEDIMENTOS PEL	RESUNCEA
	ESTABELECE AS NORMAS E AS DIRETRIZES E	DECRETO N. 9.191 DE	ESTABELECE AS NORMAS E AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO - REDAÇÃO	DEMAÇÃO
	ESTABELECE AS NORMAS RELATIVAS À CON	DECRETO N. 23.532 DE	ESTABELECE AS NORMAS RELATIVAS À CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE EI	PLAS NO A
	ESTABELECE CRITÉRIOS PARA VACINAÇÃO D	LEI N. 8.536, DE	ESTABELECE CRITÉRIOS PARA VACINAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS	
	ESTABELECE DE ACORDO COM O ART. 14 § 4	COMPLEMEN	ESTABELECE DE ACORDO COM O ART. 14 § 9º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	NOVADENC
	ESTABELECE DE ACORDO COM O ART. 14 § 4	COMPLEMEN	ESTABELECE DE ACORDO COM O ART. 14 § 9º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	NOVADENC
	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ELABORAC	RESOLUÇÃO	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO D	TRATIVAS
	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ELABORAC	RESOLUÇÃO	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO, C	DE TRAC

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A REALIZAÇÃO DE	RESOLUÇÃO	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A REALIZAÇÃO DO RECONHECIMENTO DE PE	
	ESTABELECE DIRETRIZES SOBRE O USO DE C	PORTARIA Nº	ESTABELECE DIRETRIZES SOBRE O USO DE CÂMERAS CORPORAIS PELOS Ó	
	ESTABELECE ESTRATÉGIAS DESTINADAS À P	PORTARIA M	ESTABELECE ESTRATÉGIAS DESTINADAS À PROTEÇÃO DA SAÚDE DOS CONS	
	ESTABELECE INCENTIVOS À INDÚSTRIA DA R	LEI N. 14.260, 8.12.2021	ESTABELECE INCENTIVOS À INDÚSTRIA DA RECICLAGEM E CRIA O FUNDO D	
	ESTABELECE MULTAS E SANÇÕES ADMINISTR	LEI N. 8.986, 26.9.2023	ESTABELECE MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS A QUEM PRATICAR INV	
	ESTABELECE NORMAS E DIRETRIZES PARA A	DECRETO Nº	ESTABELECE NORMAS E DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO, A REDACÇÃO, A A	
	ESTABELECE NORMAS E PROCEDIMENTOS P	PORTARIA Nº	ESTABELECE NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA O TRATO DE EXPLOSIVOS	
	ESTABELECE NORMAS GERAIS PARA REALIZA	LEI N. 7.858, DE	ESTABELECE NORMAS GERAIS PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E	
	ESTABELECE NORMAS PARA AS ELEIÇÕES - A	LEI N. 9.504, DE 30.9.1997	ESTABELECE NORMAS PARA AS ELEIÇÕES - ANOTADO	
	ESTABELECE NORMAS RELATIVAS À CONCES	DECRETO N. 37.119 DE	ESTABELECE NORMAS RELATIVAS À CONCESSÃO DE ADIANTAMENTO DE NUL	
	ESTABELECE O CALENDÁRIO DE PAGAMENTO	DECRETO N. 95.480 DE	ESTABELECE O CALENDÁRIO DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS (	
	ESTABELECE O CALENDÁRIO ELEITORAL PAR	RESOLUÇÃO	ESTABELECE O CALENDÁRIO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES 2022 - TSE	
	ESTABELECE O DIREITO DAS MÃES AMAMENT	LEI N. 8.829, 21.3.2023	ESTABELECE O DIREITO DAS MÃES AMAMENTAREM SEUS FILHOS DURANTE	
	ESTABELECE O DIREITO DO IDOSO, DA PESS	LEI N. 9.740, DE	ESTABELECE O DIREITO DO IDOSO, DA PESSOA COM DEEFICIÊNCIA E DA MUL	
	ESTABELECE O ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MON	DECRETO N. 54.976 DE	ESTABELECE O ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA NOS DÉBITOS E PARCE	
	ESTABELECE OS CRITÉRIOS DE PROGRESSÃO	LEI N. 7.820, 27.9.2016	ESTABELECE OS CRITÉRIOS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR CLASSE DA C	
	ESTABELECE O SEXO BIOLÓGICO COMO O ÚN	LEI N. 9.518, 10.4.2025	ESTABELECE O SEXO BIOLÓGICO COMO O ÚNICO CRITÉRIO PARA DEEFINIÇÃO	
	ESTABELECE OS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES P	LEI Nº 9.095	ESTABELECE OS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES PARA O USO DA INTELIGÊNCIA A	
	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS E AS NOR	DECRETO Nº	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS E AS NORMAS A SEREM ADOTADAS PELO C	
	ESTABELECE O VALOR DAS HORAS/AULAS PA	DECRETO N. 1.846 DE	ESTABELECE O VALOR DAS HORAS/AULAS PARA O EXERCÍCIO DE REGÊNCIA	
	ESTABELECE PENALIDADES PARA QUEM DIVU	LEI N. 8.266, 9.6.2020	ESTABELECE PENALIDADES PARA QUEM DIVULGAR POR MEIO ELETRÔNICO	
	ESTABELECE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO	LEI N. 8.103, 16.4.2019	ESTABELECE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO AOS POLICIAIS MILITARES INT	
	ESTABELECE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO	LEI N. 7.906, 26.7.2017	ESTABELECE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO AOS POLICIAIS MILITARES INT	
	ESTABELECE PRINCÍPIOS, GARANTIAS, DIREI	LEI N. 12.965, 23.4.2014	ESTABELECE PRINCÍPIOS, GARANTIAS, DIREITOS E DEVERES PARA O USO D	
	ESTABELECE PRIORIDADE DE ATENDIMENTO	LEI N. 9.441, DE	ESTABELECE PRIORIDADE DE ATENDIMENTO PSICOTERÁPICO E CIRURGIA P	
	ESTABELECE PROCEDIMENTO VIRTUAL DE IN	LEI N. 8.329, DE	ESTABELECE PROCEDIMENTO VIRTUAL DE INFORMAÇÕES E ACOLHIMENTO	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ESTABELECE QUE AS IGREJAS E OS TEMPLOS	LEI N. 8.657, 25.4.2022	ESTABELECE QUE AS IGREJAS E OS TEMPLOS DE QUALQUER CULTO, COMO	ALAGOAS
	ESTABELECE QUE OS HOSPITAIS E AS MATER	LEI N. 9.473, 20.1.2025	ESTABELECE QUE OS HOSPITAIS E AS MATERNIDADES PÚBLICAS E PRIVADA	VAIS DE BR
	ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DE USO	LEI N. 11.910, 18.3.2008	ALTERA O ART. 105 DA LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, QUE INSTITUI O CÓDIGO D	FIRO, PARA
	ESTABELECE REGRAS PARA TRÂNSITO DE DE	LEI N. 9.622, 21.7.2025	ESTABELECE REGRAS PARA TRÂNSITO DE DETERMINADAS RACAS DE ANIMA	E INTERAÇ
	ESTABELECIMENTO PRISIONAL DA POLÍCIA M	DECRETO N. 41.375, DE	DENOMINA "MAJOR JOÃO KYLLDERIS CARDOSO MOREIRA" O ESTABELECIME	POLÍCIA MI
	ESTADO DE URGÊNCIA EM TODOS OS ÓRGÃO	DECRETO N. 24.129, DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO DECRETO EST	27 DE JUL
	ESTADO DE URGÊNCIA EM TODOS OS ÓRGÃO	DECRETO N. 20.785, DE	DECRETA ESTADO DE URGÊNCIA EM TODOS OS ÓRGÃOS QUE COMPÕEM O S	ANÇA PÚBL
	ESTATUI NORMAS GERAIS DE DIREITO FINAN	LEI N. 4.320, 17.3.1964	ESTATUI NORMAS GERAIS DE DIREITO FINANCEIRO PARA ELABORAÇÃO E CO	MEIOS E F
	ESTATUTO	LEI N. 5.751, DE	ALTERA O § 1º DO ART. 18 E O INCISO VI DO ART. 81 DA LEI Nº 5.346, DE 26 DE	
	ESTATUTO	LEI N. 6.150, 11.5.2000	MODIFICA AS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NOS ARTIGOS 80, 86 E 88 DA LEI Nº 5	DE 1992 (
	ESTATUTO	LEI N. 5.941, 31.7.1997	ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO VI DO ART. 81 DA LEI 5.346, DE 26 DE MAIO DE	PELA LEI 5
	ESTATUTO	LEI N. 6.290, 3.4.2002	REVOGA OS PARÁGRAFOS 2º E 3º DO ART. 90 DA LEI ESTADUAL Nº 5.346, D	92, E DÁ O
	ESTATUTO	LEI N. 5.358, 1.7.1992	ALTERA A LEI Nº 5.346 DE MAIO DE 1992, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	ESTATUTO	LEI N. 7.126, DE	ALTERA A REDAÇÃO DO § 3º DO ART. 51 DA LEI Nº 5.346, DE 26 DE MAIO DE 19	LEI Nº 6.51
	ESTATUTO	LEI N. 5.729, 18.9.1995	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 5.346, DE 26 DE MAIO DE 1992, E ADOTA OUT	S. (Em dec
	ESTATUTO	LEI N. 7.657, 10.9.2014	ALTERA OS INCISOS II E III DO § 1º DO ART. 7º E ACRESCENTA O INCISO VIII	IGO, DA LE
	ESTATUTO	LEI N. 6.803, 14.2.2007	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTIGOS 7º E 8º DA LEI Nº 5.346, DE 26 DE MAIO DE 1	S POLICIAI
	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	LEI N. 8.069, 13.7.1990	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS	
	ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	LEI N. 13.146, 6.7.2015	INSTITUI A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - EST	COM DEFI
	ESTATUTO DO IDOSO	LEI N. 10.741, 1.10.2003	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	ESTATUTO PESSOAL REMUNERAÇÃO	LEI N. 5.046, DE	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS DISPOSITIVOS QUE MENCIONA DA LEI Nº 3.696, DE 2	1976, DA L
	ESTENDE A BENEFICIÁRIOS QUE MENCIONA	LEI N. 4.423, DE	ESTENDE A BENEFICIÁRIOS QUE MENCIONA A PERCEPÇÃO DA COMPLEMENT	OS INSTIT
	ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO EST	LEI N. 9.454, 3.1.2025	ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE ALAGOAS PARA O EXE	DE 2025.
	EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES	LEI N. 9.051, 18.5.1995	DISPÕE SOBRE A EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES PARA A DEFESA DE DIREITOS E	S DE SITU
	EXTINGUE E CRIA CARGOS DE PROVIMENTO	LEI N. 8.661, 26.4.2022	EXTINGUE E CRIA CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO E DE PROVIMENTO EM	CONVITE A
	EXTINGUIR A PENA DE PRISÃO DISCIPLINAR	LEI Nº 13.967	ALTERA O ART. 18 DO DECRETO-LEI Nº 667, DE 2 DE JULHO DE 1969, PARA EX	PRISÃO D

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	EIXACÃO DE FEETIVO	LEI N. 6.231, 19.4.2001	EIXA O FEETIVO E OS QUADROS DE ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO E	PARA OS
	EIXACÃO DE FEETIVO	LEI N. 7.372, 3.7.2012	DISPÕE SOBRE A EIXACÃO DO FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE	AS PROVI
	EIXACÃO DE FEETIVO	LEI N. 5.476, DE	EIXA O FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS	evogada pe
	EIXACÃO DE FEETIVO	LEI N. 6.400, 15.8.2003	DISPÕE SOBRE A EIXACÃO DO FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE	AS PROVI
	EIXACÃO DE FEETIVO	LEI N. 5.285, DE	EIXA O FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS	
	EIXACÃO DE FEETIVO	LEI N. 5.030, 2.12.1988	EIXA O FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNC	
	EIXACÃO DE FEETIVO	LEI N. 5.178, DE	EIXA O FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS	
	EIXACÃO DE FEETIVO	LEI N. 5.339, 18.5.1992	AL TERA A LEI Nº 5.285 DE 13 DE DEZEMBRO DE 1991 QUE EIXA O FEETIVO D	O ESTADO
	EIXA O FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTA	LEI N. 4.420, DE	EIXA O FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS	ADO EM 5
	EIXA OS SUBSÍDIOS DOS DEPUTADOS ESTAD	LEI N. 9.056, 8.11.2023	EIXA OS SUBSÍDIOS DOS DEPUTADOS ESTADUAIS NOS TERMOS DOS §§ 1º E	INSTITUIÇ
	EIXA OS SUBSÍDIOS DOS INTEGRANTES DA C	LEI N. 8.317, 23.9.2020	EIXA OS SUBSÍDIOS DOS INTEGRANTES DA CARREIRA DA PERÍCIA OEICIAL D	AS – PO/A
	EIXA VENCIMENTOS DO CARGO DE "MOT	LEI N. 4.179, DE	EIXA VENCIMENTOS DO CARGO DE "MOTORISTA MECÂNICO" DO OI	DE JUSTI
	FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSION	DECRETO N. 24.647 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	GOAS - FO
	ELUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE POLÍCIA	ACÓRDÃO N	ELUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE POLÍCIA - IMPLANTACÃO E ADEQUACÃO	ERVIÇO N
	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO (FUNERPOL)	LEI N. 4.178, DE	AL TERA A REDACÃO DOS ARTIGOS 1º 2º E 6º E § 2º DO ARTIGO 8º DA LEI Nº 3	U O FUND
	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO (FUNERPOL)	LEI N. 4.193, DE	DÁ NOVA REDACÃO AOS ARTIGOS 1º E 6º DA LEI Nº 3.694 DE 16 DE DEZEMBR	OS, DÁ NO
	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO (FUNERPOL)	LEI N. 3.694, DE	CRIA O ELUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO POLICIAL – FUNERPOL – E DÁ	CIAS. (Rev
	ELUNDO ESPECIAL DE SEGURANCA PÚBLICA (E	LEI N. 7.012, DE	INSTITUI O ELUNDO ESPECIAL DE SEGURANCA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAG	
	ELUNDO ESPECIAL DE SEGURANCA PÚBLICA (E	DECRETO N. 11.225 DE	DÁ NOVA REDACÃO AO CAPUT E § 1º DO ART. 7º DA LEI ESTADUAL Nº 7.012 D	DE 2008, C
	GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DE SEGUI	DECRETO N. 20.786 DE	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DE S	A ESTADUA
	GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DE SEGUI	DECRETO N. 3.566 DE	DISPÕE SOBRE A REORGANIZAÇÃO DO GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA D	ICA – GGI
	GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR (INTERNO)	DECRETO N. 1.806 DE	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR. (pelo Decreto n. 4.126 de 8.4.2009.)	
	GABINETE MILITAR (REGIMENTO INTERNO)	DECRETO N. 31.762 DE	DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DO GABINETE MILITAR	
	GARANTE PRIORIDADE DE VACINAÇÃO DA CO	LEI Nº 8.537	GARANTE PRIORIDADE DE VACINAÇÃO DA COVID-19 AOS GENITORES TUTOE	ENOSCI
	GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO (AMTLE	LEI N. 6.635, DE	REALISTA VENCIMENTO BASE DOS SERVIDORES DO QUADRO DE PESSOAL	DER JUDI
	GRATIFICAÇÃO (ENSINO E INSTRUÇÃO)	LEI N. 5.036, DE	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS AS GRATIFICAÇÕES D	RUÇÃO. (F

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI O DIA 19 DE MAIO COMO O DIA NACIONAL DO FÍSICO	LEI N. 14.769, DE 5.12.2023	INSTITUI O DIA 19 DE MAIO COMO O DIA NACIONAL DO FÍSICO	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA DOCEIRA	LEI N. 14.749, DE 5.12.2023	INSTITUI O DIA NACIONAL DA DOCEIRA	
	INCLUI A "SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO E COMBATE AO RELACIONAMENTO VIOLENTO"	LEI N. 9.152, DE 19.1.2024	INCLUI A "SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO E COMBATE AO RELACIONAMENTO VIOLENTO"	NDÁRIO O
	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DIA 19 DE MAIO	LEI N. 8.546, DE 4.1.2022	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DIA 19 DE MAIO	
	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DIA 19 DE MAIO	LEI N. 8.569, DE 4.1.2022	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DIA 19 DE MAIO	TURA AL
	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DIA 19 DE MAIO	LEI N. 8.584, DE 19.1.2022	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DIA 19 DE MAIO	ADRIHEIR
	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DIA 19 DE MAIO	LEI N. 8.570, DE 4.1.2022	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DIA 19 DE MAIO	SGAE.
	INCLUI OS PROFISSIONAIS FISIOTERAPEUTA E TERAPEUTA OCUPACIONAL NA REDE ESTADUAL DE ENSINO	LEI N. 14.231, DE 11.7.2023	INCLUI OS PROFISSIONAIS FISIOTERAPEUTA E TERAPEUTA OCUPACIONAL NA REDE ESTADUAL DE ENSINO	ÚDE DA F
	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, QUE "INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO DE ALAGOAS"	LEI N. 11.705, DE 19.6.2008	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, QUE "INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO DE ALAGOAS"	Nº 9.294,
	INSTITUI 2021 A POLÍTICA ESTADUAL ANTIDROGAS NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 8.461, DE 23.6.2021	INSTITUI 2021 A POLÍTICA ESTADUAL ANTIDROGAS NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	DÁ OUTRA
	INSTITUI A AÇÃO DE PROMOÇÃO DA CULTURA OCEÂNICA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO	LEI N. 8.974, DE 20.9.2023	INSTITUI A AÇÃO DE PROMOÇÃO DA CULTURA OCEÂNICA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO	AS DE ENS
	INSTITUI A "CAMPAINHA ALUNO CONSCIENTE" DA REDE ESTADUAL DE ENSINO	LEI N. 8.370, DE 12.1.2021	INSTITUI A "CAMPAINHA ALUNO CONSCIENTE" DA REDE ESTADUAL DE ENSINO	
	INSTITUI A CAMPANHA NACIONAL DE PREVENÇÃO DA EXPOSIÇÃO INDEVIDA	LEI N. 14.539, DE 31.3.2023	INSTITUI A CAMPANHA NACIONAL DE PREVENÇÃO DA EXPOSIÇÃO INDEVIDA	
	INSTITUI A CAMPANHA "PET SANGUE BOM" NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 8.972, DE 20.9.2023	INSTITUI A CAMPANHA "PET SANGUE BOM" NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	ROVIDÊN
	INSTITUI A COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE	DECRETO N. 11.440, DE 11.4.2021	INSTITUI A COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE	
	INSTITUI A CULTURA DE AMBIENTE SAUDÁVEL E QUALIDADE DE VIDA NAS ESCOLAS	LEI N. 8.403, DE 14.4.2021	INSTITUI A CULTURA DE AMBIENTE SAUDÁVEL E QUALIDADE DE VIDA NAS ESCOLAS	ADUAL DE
	INSTITUI A ESTRATÉGIA FEDERAL DE INCENTIVO AO USO DE BIOMASSA E BIOMÉDICA	DECRETO N. 11.003, DE 11.4.2021	INSTITUI A ESTRATÉGIA FEDERAL DE INCENTIVO AO USO DE BIOMASSA E BIOMÉDICA	
	INSTITUI A ESTRATÉGIA NACIONAL DE EMPREENDEDORISMO FEMININO - BRASIL	DECRETO N. 10.988, DE 10.9.2023	INSTITUI A ESTRATÉGIA NACIONAL DE EMPREENDEDORISMO FEMININO - BRASIL	COMITÊ D
	INSTITUI A ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	DECRETO N. 11.822, DE 11.8.2023	INSTITUI A ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	
	INSTITUI A FORÇA PENAL NACIONAL - EPN NO ÂMBITO DA SECRETARIA NACIONAL DE PENAS	PORTARIA M. 13.445, DE 24.5.2017	INSTITUI A FORÇA PENAL NACIONAL - EPN NO ÂMBITO DA SECRETARIA NACIONAL DE PENAS	PENAS.
	INSTITUI A LEI DE MIGRAÇÃO - ESTATUTO DO ESTRANGEIRO	LEI N. 14.597, DE 14.6.2023	INSTITUI A LEI DE MIGRAÇÃO - ESTATUTO DO ESTRANGEIRO	
	INSTITUI A LEI GERAL DO ESPORTE	LEI N. 7, DE 14.6.2023	INSTITUI A LEI GERAL DO ESPORTE	
	INSTITUI A LEI ORGÂNICA DA ADVOCACIA GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS E DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ	LEI N. 7, DE 14.6.2023	INSTITUI A LEI ORGÂNICA DA ADVOCACIA GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS E DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ	CORRELAT
	INSTITUI A LEI ORGÂNICA NACIONAL DAS POLÍCIAS CIVIS	LEI N. 14.735, DE 14.6.2023	INSTITUI A LEI ORGÂNICA NACIONAL DAS POLÍCIAS CIVIS	DE FUNC
	INSTITUI A LEI ORGÂNICA NACIONAL DAS POLÍCIAS MILITARES E DOS CORPOS	LEI N. 14.751, DE 14.6.2023	INSTITUI A LEI ORGÂNICA NACIONAL DAS POLÍCIAS MILITARES E DOS CORPOS	BITÓRIOS
	INSTITUI A MEDALHA DO MÉRITO DA REPÚBLICA MARECHAL DEODORO DA FONSECA	LEI N. 6.417, DE 7.11.2003	INSTITUI A MEDALHA DO MÉRITO DA REPÚBLICA MARECHAL DEODORO DA FONSECA	S PROVID

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI A MEDALHA DO MÉRITO DA REPÚBLICA	LEI Nº 6.417	INSTITUI A MEDALHA DO MÉRITO DA REPÚBLICA MARECHAL DEODORO DA F	S PROVID
	INSTITUI A MEIA-ENTRADA PARA PROFESSOR	LEI N. 8.145, 19.8.2019	INSTITUI A MEIA-ENTRADA PARA PROFESSORES DA REDE PÚBLICA E PRIVAD	PROVISÃO
	INSTITUI A PLATAFORMA ÚNICA DO ESTADO DE	LEI N. 9.720, 7.11.2025	INSTITUI A PLATAFORMA ÚNICA DO ESTADO DE ALAGOAS DENOMINADA ALA	DISPÕE S
	INSTITUI A POLÍTICA DE AÇÕES DE SAÚDE ME	LEI N. 9.215, 15.4.2024	INSTITUI A POLÍTICA DE AÇÕES DE SAÚDE MENTAL PARA OS INTEGRANTES D	INÍCIA MILIT
	INSTITUI A POLÍTICA DE ATENÇÃO INTEGRAL	LEI N. 8.531, DE	INSTITUI A POLÍTICA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER NO ESTAD	À OUTRAS
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE APOIO AO	LEI N. 10.041, DE	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE APOIO AO PRIMEIRO ESTÁGIO – PAPE NO	O DE ALAG
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO	LEI N. 8.702, 6.7.2022	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO ESPECÍFICA PARA A POPULAÇÃO	PÚBLICA ON
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE DIAGNÓST	LEI N. 8.336, 5.11.2020	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DA SÍNDRO	NA REDE
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE FORNECIM	LEI N. 8.603, 22.2.2022	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS E EX	ORES DE I
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE MEIO AMB	LEI N. 9.312, 15.7.2024	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE ALAGOAS	VIDÊNCIAS
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇ	LEI N. 8.373, 12.1.2021	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO AO CÂNCER RUCAL NO ESTA	
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇ	LEI N. 8.698, 27.6.2022	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO DETECÇÃO PRECOCE E INÍC	DO CÂNC
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEC	LEI N. 9.746, DE	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA CO	DÉFICIT I
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEC	LEI N. 10.055, DE	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E ATENÇÃO INTEGRAL ÀS CRI	ESCENTES
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE SAÚDE ME	LEI N. 8.971, 20.9.2023	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE SAÚDE MENTAL NA REDE PÚBLICA E PRIV	ESTADO D
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL PARA A POPL	LEI N. 9.058, DE	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL PARA A POPULAÇÃO IMIGRANTE DISPÕE SO	IMPROB
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL “VINÍ JR” DE C	LEI N. 9.767, DE	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL “VINÍ JR” DE COMBATE A INTÉRIA RACIAL E A	ADOSEMA
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ABASTECI	DECRETO N. 11.820 DE	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR E DISPÕE S	ONAL DE A
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊN	LEI N. 14.914, 3.7.2024	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES)	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO	LEI N. 14.819, 16.1.2024	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NAS COMUNIDA	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE BUSCA DE	LEI N. 13.812, 16.3.2019	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE BUSCA DE PESSOAS DESAPARECIDAS CE	ORONAE DE
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE CONSCIE	LEI N. 14.722, 8.11.2023	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO E INCETIVO À DOAC	E DE ÓRG
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE DADOS E I	LEI N. 14.232, DE	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE DADOS E INEORMAÇÕES RELACIONADAS	A AS MULH
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAC	LEI N. 14.533, 11.1.2023	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DIGITAL E ALTERA AS LEIS Nº	LEI DE TAL
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EXPORTA	DECRETO N. 9.607 DE	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE PRODUT	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZA	LEI N. 15.139, 23.5.2025	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO DO LUTO MATERNO E PAR	ESPÓRIE

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE PREVENÇÃO	LEI N. 14.758, DE 16.1.2024	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE PREVENÇÃO E CONTROLE DO CÂNCER NO	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE PREVENÇÃO E CONTROLE DO CÂNCER NO
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA	LEI N. 12.764, DE 8.5.2023	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA	LEI N. 14.572, DE 8.5.2023	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE TRABALHO	LEI N. 14.821, DE 16.1.2024	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE TRABALHO DIGNO E CIDADANIA PARA A POPULAÇÃO DE FORTALECIMENTO	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE TRABALHO DIGNO E CIDADANIA PARA A POPULAÇÃO DE FORTALECIMENTO
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL PARA RECUPERAÇÃO	DECRETO N. 11.079, DE 18.1.2021	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL PARA RECUPERAÇÃO DAS APRENDIZAGENS	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL PARA RECUPERAÇÃO DAS APRENDIZAGENS
	INSTITUI A POLÍTICA PÚBLICA DE FORTALECIMENTO	LEI N. 8.375, DE 18.1.2021	INSTITUI A POLÍTICA PÚBLICA DE FORTALECIMENTO DAS OLIVADORIAS PÚBLICAS	INSTITUI A POLÍTICA PÚBLICA DE FORTALECIMENTO DAS OLIVADORIAS PÚBLICAS
	INSTITUI AS DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL	LEI N. 12.587, DE 11.07.2025	INSTITUI AS DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA: REGRAS	INSTITUI AS DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA: REGRAS
	INSTITUI A SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO DO	LEI N. 9.711, DE 7.11.2025	INSTITUI A SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO DO TRANSTORNO DO DESENVOLVIMENTO (TDL)	INSTITUI A SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO DO TRANSTORNO DO DESENVOLVIMENTO (TDL)
	INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DA	LEI N. 9.714, DE 7.11.2025	INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DA ACESSIBILIDADE	INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DA ACESSIBILIDADE
	INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DE COMBATE	LEI N. 8.808, DE 13.1.2023	INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DE COMBATE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL	INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DE COMBATE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL
	INSTITUI A "SEMANA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	LEI N. 8.696, DE 27.6.2022	INSTITUI A "SEMANA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E ORIENTAÇÃO	INSTITUI A "SEMANA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E ORIENTAÇÃO
	INSTITUI A SEMANA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO	LEI N. 14.543, DE 3.4.2023	INSTITUI A SEMANA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A DEPRESSÃO	INSTITUI A SEMANA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A DEPRESSÃO
	INSTITUI A SEMANA NACIONAL DO USO CONSCIENTE	LEI N. 14.549, DE 13.4.2023	INSTITUI A SEMANA NACIONAL DO USO CONSCIENTE DA ÁGUA	INSTITUI A SEMANA NACIONAL DO USO CONSCIENTE DA ÁGUA
	INSTITUI AS UNIDADES REGIONAIS DE SANEAMENTO	LEI N. 8.358, DE 3.12.2020	INSTITUI AS UNIDADES REGIONAIS DE SANEAMENTO BÁSICO NO ESTADO DE ALAGOAS	INSTITUI AS UNIDADES REGIONAIS DE SANEAMENTO BÁSICO NO ESTADO DE ALAGOAS
	INSTITUI A TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIA	RESOLUÇÃO N. 10.005, DE 13.3.2013	INSTITUI A TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS	INSTITUI A TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS
	INSTITUI E DEFINI AS DIRETRIZES PARA A POLÍTICA	LEI N. 10.005, DE 13.3.2013	INSTITUI E DEFINI AS DIRETRIZES PARA A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO	INSTITUI E DEFINI AS DIRETRIZES PARA A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO
	INSTITUI GRATIFICAÇÃO AOS INTEGRANTES DA	LEI N. 7.451, DE 13.3.2013	INSTITUI GRATIFICAÇÃO AOS INTEGRANTES DA ASSESSORIA MILITAR DO TRIBUNAL	INSTITUI GRATIFICAÇÃO AOS INTEGRANTES DA ASSESSORIA MILITAR DO TRIBUNAL
	INSTITUI GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL	DECRETO N. 11.514, DE 12.1.2024	INSTITUI GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL PARA A ELABORAÇÃO DE	INSTITUI GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL PARA A ELABORAÇÃO DE
	INSTITUI MEDIDAS DE PROTEÇÃO À CRIANÇA	LEI N. 14.811, DE 12.1.2024	INSTITUI MEDIDAS DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE CONTRA A	INSTITUI MEDIDAS DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE CONTRA A
	INSTITUI MEDIDAS PARA O COMBATE À OBESIDADE	LEI N. 9.696, DE 6.1.2005	INSTITUI MEDIDAS PARA O COMBATE À OBESIDADE INFANTIL EM ESCOLAS PÚBLICAS	INSTITUI MEDIDAS PARA O COMBATE À OBESIDADE INFANTIL EM ESCOLAS PÚBLICAS
	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERGIAMENTO	DECRETO N. 69.529, DE 6.1.2005	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERGIAMENTO DA EMERGÊNCIA DE	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERGIAMENTO DA EMERGÊNCIA DE
	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERGIAMENTO	DECRETO N. 69.527, DE 6.1.2005	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERGIAMENTO DA EMERGÊNCIA DE	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERGIAMENTO DA EMERGÊNCIA DE
	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERGIAMENTO	DECRETO N. 69.502, DE 6.1.2005	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERGIAMENTO DA EMERGÊNCIA DE	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERGIAMENTO DA EMERGÊNCIA DE
	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR E NO CORPO DE	LEI N. 6.568, DE 6.1.2005	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR E NO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR E NO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO
	INSTITUI NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO	LEI N. 8.338, DE 5.11.2020	INSTITUI NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS - ME	INSTITUI NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS - ME
	INSTITUI NO ÂMBITO ESTADUAL A CAMPANHA	5.11.2020	INSTITUI NO ÂMBITO ESTADUAL A CAMPANHA "MAIO LILÁS", COM O OBJETIVO	INSTITUI NO ÂMBITO ESTADUAL A CAMPANHA "MAIO LILÁS", COM O OBJETIVO

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS A POLÍTICA	LEI N. 8.592, 22.2.2022	INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS A POLÍTICA ESTADUAL DE INCENTIVO AO	À OUTRAS
	INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS O "DIA ES	LEI N. 8.653, 13.4.2022	INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS O "DIA ESTADUAL DO PROTETOR DOS AN	S PROVIDE
	INSTITUI NORMAS GERAIS SOBRE DESPORTO	LEI N. 9.615, 24.3.1998	INSTITUI NORMAS GERAIS SOBRE DESPORTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	INSTITUI NORMAS PARA LICITAÇÕES E CONTR	LEI N. 8.666, 21.6.1993	INSTITUI NORMAS PARA LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	PROVIDEN
	INSTITUI NORMAS PROTETIVAS E DIREITO À I	LEI N. 8.581, 19.1.2022	INSTITUI NORMAS PROTETIVAS E DIREITO À INFORMAÇÃO AOS CONSUMIDORES	SOCIAÇÃO
	INSTITUI O AUXÍLIO GÁS DOS BRASILEIROS: E	LEI N. 14.237, DE	INSTITUI O AUXÍLIO GÁS DOS BRASILEIROS: E ALTERA A LEI Nº 10.336 DE 19.1	
	INSTITUI O BENEFÍCIO EXTRAORDINÁRIO ÀS F	LEI N. 14.342, 18.5.2022	INSTITUI O BENEFÍCIO EXTRAORDINÁRIO ÀS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PR	BRASIL, DE
	INSTITUI OBRIGATORIEDADE DA INCLUSÃO DE	LEI N. 8.303, 25.8.2020	INSTITUI OBRIGATORIEDADE DA INCLUSÃO DE FUNCIONÁRIOS OU SERVIDORES	ARA O AT
	INSTITUI O CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO PARA	LEI N. 8.254, DE	INSTITUI O CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO	S, E DÁ O
	INSTITUI O CÓDIGO ALAGOANO DE PROTEÇÃO	LEI N. 9.716, DE	INSTITUI O CÓDIGO ALAGOANO DE PROTEÇÃO À PESSOA COM TRANSTORNOS	ISTA – TEA
		LEI N. 8.039, 6.9.2018		
	INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO ESTADO	LEI N. 5.077, 12.6.1989	INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS	DOUSUÁRI
	INSTITUI O CONSELHO DELIBERATIVO DO SIS	DECRETO N. 95.602 DE	INSTITUI O CONSELHO DELIBERATIVO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DO	DECODEJ
	INSTITUI O CONSELHO NACIONAL DOS	DECRETO N. 8.750 DE	INSTITUI O CONSELHO NACIONAL DOS POVOS E COMUNIDADES	
	INSTITUI O DIA 13 DE MARÇO COMO O DIA NA	LEI N. 14.324, 12.4.2022	INSTITUI O DIA 13 DE MARÇO COMO O DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA A ENF	VIAMENCO
	INSTITUI O DIA 7 DE MARÇO O DIA DA TECNO	LEI N. 8.684, 14.6.2022	INSTITUI O DIA 7 DE MARÇO O DIA DA TECNOLOGIA ALAGOANA E DÁ OUTRAS	
	INSTITUI O DIA DA VALORIZAÇÃO DA MULHER	LEI N. 8.322, DE	INSTITUI O DIA DA VALORIZAÇÃO DA MULHER ADVOGADA NO CALENDÁRIO O	E ALAGO
	INSTITUI O DIA DO POLICIAL LEGISLATIVO	LEI N. 14.262, DE	INSTITUI O DIA DO POLICIAL LEGISLATIVO	
	INSTITUI O DIA DO BELPELÉ	LEI N. 14.909, 1.7.2024	INSTITUI O DIA DO BELPELÉ	
	INSTITUI O DIA DOS POVOS INDÍGENAS E REV	LEI N. 14.402, 8.7.2022	INSTITUI O DIA DOS POVOS INDÍGENAS E REVOGA O DECRETO-LEI Nº 5.540 D	
	INSTITUI O DIA DO TRANSPORTADOR INTERM	LEI N. 8.706, 6.7.2022	INSTITUI O DIA DO TRANSPORTADOR INTERMUNICIPAL NO ÂMBITO DO ESTAD	
	INSTITUI O "DIA DO VETERANO POLICIAL MILIT	LEI N. 8.276, 13.7.2020	INSTITUI O "DIA DO VETERANO POLICIAL MILITAR" NA POLÍCIA MILITAR DO ES	E DÁ OUT
	INSTITUI O DIA ESTADUAL DO ATIRADOR	LEI N. 8.752, 8.11.2022	INSTITUI O DIA ESTADUAL DO ATIRADOR DESPORTIVO	
	INSTITUI O "DIA ESTADUAL DO LUTO PELAS VÍ	LEI N. 8.939, 14.8.2023	INSTITUI O "DIA ESTADUAL DO LUTO PELAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA CONSCIENTIZAÇ	LEI N. 14.916, 5.7.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DA CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A DERMATITE ATÓPICA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO LEG	LEI N. 14.798, 5.1.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO LEGISLATIVA	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	LEI N. 14.139, 16.4.2021	INSTITUI O DIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA MULHER EMPREENDEDORA	LEI N. 14.545, 4.4.2023	INSTITUI O DIA NACIONAL DA MULHER EMPREENDEDORA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA PESSOA COM VISÃO MONOCULAR	LEI N. 14.622, 17.7.2023	INSTITUI O DIA NACIONAL DA PESSOA COM VISÃO MONOCULAR	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA SAÚDE ÚNICA	LEI N. 14.792, 5.1.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DA SAÚDE ÚNICA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DE COMBATE À TORTURA	LEI N. 14.797, 5.1.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DE COMBATE À TORTURA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A FISSURA LABIAL	LEI N. 14.404, 11.7.2022	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A FISSURA LABIAL	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A PATERNIDADE RESPONSÁVEL	LEI N. 14.623, 17.7.2023	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A PATERNIDADE RESPONSÁVEL	COMEMOR
	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE AS DOENÇAS CRÔNICAS	LEI N. 14.915, 5.7.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE AS DOENÇAS CRÔNICAS	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	LEI N. 15.382, 9.04.2026	INSTITUI O DIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	INAS INDÍ
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO ESPÍRITISMO	LEI N. 14.354, 30.5.2022	INSTITUI O DIA NACIONAL DO ESPÍRITISMO	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO FLUNK	LEI N. 14.940, 30.7.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DO FLUNK	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO HEMATOLOGISTA E DO HEMOTERAPEUTA	LEI N. 14.919, 5.7.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DO HEMATOLOGISTA E DO HEMOTERAPEUTA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO POLICIAL PENAL	LEI N. 14.908, 1.7.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DO POLICIAL PENAL	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO PROFISSIONAL DE LOGÍSTICA	LEI N. 14.329, 4.5.2022	INSTITUI O DIA NACIONAL DO PROFISSIONAL DE LOGÍSTICA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DOS AGENTES DE TRÂNSITO	LEI N. 14.594, 2.6.2023	INSTITUI O DIA NACIONAL DOS AGENTES DE TRÂNSITO	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO SANEAMENTO	LEI N. 14.140, 19.4.2021	INSTITUI O DIA NACIONAL DO SANEAMENTO	
	INSTITUI O DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DE DEFESA	PORTARIA Nº 12.288, 20.7.2010	INSTITUI O DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DE DEFESA	
	INSTITUI O ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL	LEI N. 12.852, 5.8.2013	INSTITUI O ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL - ALTERA AS LEIS Nºs 7.716 DE 13.04.1995	13.04.1995
	INSTITUI O ESTATUTO DA JUVENTUDE E DISPOE SOBRE OS DIREITOS DOS JOVENS	LEI N. 14.238, 14.1.2009	INSTITUI O ESTATUTO DA JUVENTUDE E DISPOE SOBRE OS DIREITOS DOS JOVENS	SOE SIREN
	INSTITUI O ESTATUTO DA PESSOA COM CÂNCER	LEI N. 11.904, 14.1.2009	INSTITUI O ESTATUTO DA PESSOA COM CÂNCER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	INSTITUI O ESTATUTO DE MUSEUS	LEI N. 15.378, 6.04.2026	INSTITUI O ESTATUTO DE MUSEUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	INSTITUI O ESTATUTO DOS DIREITOS DO PACIENTE	LEI N. 15.378, 6.04.2026	INSTITUI O ESTATUTO DOS DIREITOS DO PACIENTE	
	INSTITUI O ESTATUTO NACIONAL DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENA PORTE	LEI Nº 14.149, 10.689 DE	INSTITUI O ESTATUTO NACIONAL DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENA PORTE	RA DISPOS
	INSTITUI O FORMULÁRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE RISCO A SER APLICADO EM CASOS DE VIOLÊNCIA	DECRETO N. 11.485 DE	INSTITUI O FORMULÁRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE RISCO A SER APLICADO EM CASOS DE VIOLÊNCIA	DE VIOLÊ
	INSTITUI O GRUPO DE APOIO A DESASTRES NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	DECRETO N. 11.485 DE	INSTITUI O GRUPO DE APOIO A DESASTRES NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	REGIONAL
	INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL COM A FINALIDADE DE ELABORAR O PLANO NACIONAL DE AÇÃO	DECRETO N. 11.485 DE	INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL COM A FINALIDADE DE ELABORAR O PLANO NACIONAL DE AÇÃO	IA DOÍO

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO SOBRE A AVALIAÇÃO BIOPSSICOSSOCIAL LIN	DECRETO N. 11.487, DE	INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO SOBRE A AVALIAÇÃO BIOPSSICOSSOCIAL LIN	CIA NO Â
	INSTITUI O MARCO LEGAL DAS STARTUPS E DO EMPREENDEDORISMO INOVA	LEI N. 15.358, DE	INSTITUI O MARCO LEGAL DAS STARTUPS E DO EMPREENDEDORISMO INOVA	ENTRADA
	INSTITUI O MARCO LEGAL DO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO NO BRASIL (LEI RAUL	LEI N. 14.328, DE 20.4.2022	INSTITUI O MARCO LEGAL DO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO NO BRASIL	N); TIPIFIC
	INSTITUI O MÊS DE JULHO COMO MÊS NACIONAL DO COMBATE AO CÂNCER E	LEI N. 9.7033, DE 7.11.2025	INSTITUI O MÊS DE JULHO COMO MÊS NACIONAL DO COMBATE AO CÂNCER E	ÇO. Inst
	INSTITUI O MÊS MARCO ROXO DEDICADO À REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE CONS	LEI N. 14.802, DE	INSTITUI O MÊS MARCO ROXO DEDICADO À REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE CONS	E EPILEPS
	INSTITUI O MODELO DE GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL DO	DECRETO N. 10.906, DE	INSTITUI O MODELO DE GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL DO	, E DÁ OUT
	INSTITUI O PLANO NACIONAL DE ENERENTAMENTO AO FEMINICÍDIO	DECRETO N. 10.991, DE	INSTITUI O PLANO NACIONAL DE ENERENTAMENTO AO FEMINICÍDIO	ZANTES E
	INSTITUI O PLANO PLURIANUAL DA UNIÃO PARA O PERÍODO DE 2024 A 2027	LEI N. 14.802, DE	INSTITUI O PLANO PLURIANUAL DA UNIÃO PARA O PERÍODO DE 2024 A 2027	
	INSTITUI O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO ESTADO DE ALAGOAS E DISPON	LEI N. 6.971, DE 5.8.2008	INSTITUI O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO ESTADO DE ALAGOAS E DISPON	ABADO DO
	INSTITUI O PROGRAMA ALAGOANO DE ENERGIA RURAL RENOVÁVEL E DÁ OI	LEI N. 9.472, DE 20.1.2025	INSTITUI O PROGRAMA ALAGOANO DE ENERGIA RURAL RENOVÁVEL E DÁ OI	S.
	INSTITUI O PROGRAMA ALUXÍLIO BRASIL E O PROGRAMA ALIMENTA BRASIL	LEI N. 14.284, DE	INSTITUI O PROGRAMA ALUXÍLIO BRASIL E O PROGRAMA ALIMENTA BRASIL	
	INSTITUI O PROGRAMA BOLSA ESCOLA 10 NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGO	LEI N. 8.551, DE	INSTITUI O PROGRAMA BOLSA ESCOLA 10 NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGO	ROVIDÊNC
	INSTITUI O PROGRAMA CARTÃO GÁS COMO MEDIDA DE ENERENTAMENTO DA	LEI N. 8.591, DE 22.2.2022	INSTITUI O PROGRAMA CARTÃO GÁS COMO MEDIDA DE ENERENTAMENTO DA	SOVIDA
	INSTITUI O PROGRAMA CRIANÇA ALAGOANA – CRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊN	LEI N. 10.045, DE	INSTITUI O PROGRAMA CRIANÇA ALAGOANA – CRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊN	
	INSTITUI O PROGRAMA CRIANÇA ALAGOANA – CRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊN	LEI N. 7.965, DE 9.1.2018	INSTITUI O PROGRAMA CRIANÇA ALAGOANA – CRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊN	
	INSTITUI O PROGRAMA DE CONCESSÕES E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS I	LEI N. 8.232, DE 10.1.2020	INSTITUI O PROGRAMA DE CONCESSÕES E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS I	OAS – PP
	INSTITUI O PROGRAMA DE COOPERAÇÃO E O CÓD	LEI N. 8.397, DE 19.3.2021	INSTITUI O PROGRAMA DE COOPERAÇÃO E O CÓD	DE COMÊN
	INSTITUI O PROGRAMA DE PREVENÇÃO E ENERENTAMENTO AO ASSÉDIO SE	LEI N. 14.540, DE 3.4.2023	INSTITUI O PROGRAMA DE PREVENÇÃO E ENERENTAMENTO AO ASSÉDIO SE	NEÇÃO CON
	INSTITUI O PROGRAMA DE PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE MENSTRUAL	LEI N. 14.214, DE 6.10.2021	INSTITUI O PROGRAMA DE PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE MENSTRUAL	ÁSICA DE
	INSTITUI O PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO DENTÁRIA PARA MULHERES VÍTI	LEI N. 15.116, DE 2.4.2025	INSTITUI O PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO DENTÁRIA PARA MULHERES VÍTI	DO MÉTOD
	INSTITUI O PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL E ALTERA A LEI Nº 11.7	LEI N. 14.640, DE 31.7.2023	INSTITUI O PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL E ALTERA A LEI Nº 11.7	LEI Nº 13.4
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL BANCO DE RAÇÃO E UTENSÍLIOS PARA AN	LEI N. 8.973, DE 20.9.2023	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL BANCO DE RAÇÃO E UTENSÍLIOS PARA AN	O ESTADO
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE ACOMPANHAMENTO PRÉ NATAL E PÓS	LEI N. 8.988, DE 26.9.2023	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE ACOMPANHAMENTO PRÉ NATAL E PÓS	ÂNCIA DE
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE EQUITERAPIA COMO MÉTODO TERAPI	LEI N. 8.968, DE 20.9.2023	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE EQUITERAPIA COMO MÉTODO TERAPI	ÇÃO DE RE
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE ESTÍMULO AO EMPREENDEDORISMO D	LEI N. 10.042, DE	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE ESTÍMULO AO EMPREENDEDORISMO D	DÁ OUTRA

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL INTITULADO	LEI N. 9.057, DE	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL INTITULADO "MULHERES NA CULTURA ALA	AS PROVI
	INSTITUI O PROGRAMA INTERNET BRASIL - E A	LEI N. 14.351, DE 25.5.2022	INSTITUI O PROGRAMA INTERNET BRASIL - E ALTERA AS LEIS Nºs 4.117 DE 27	ASIL, LIRON
	INSTITUI O PROGRAMA MÃES DO BRASIL	DECRETO N. 10.987 DE	INSTITUI O PROGRAMA MÃES DO BRASIL	
	INSTITUI O PROGRAMA MAIS PROFESSORES	DECRETO N. 12.358 DE	INSTITUI O PROGRAMA MAIS PROFESSORES PARA O BRASIL - MAIS PROEFS	
	INSTITUI O PROGRAMA MARIA DA PENHA VAL	LEI N. 8.372, DE 12.1.2021	INSTITUI O PROGRAMA MARIA DA PENHA VAL À ESCOLA VISANDO SENSIBILIZ	ERE DMO
	INSTITUI O PROGRAMA MULHER VIVER SEM V	DECRETO N. 11.431 DE	INSTITUI O PROGRAMA MULHER VIVER SEM VIOLÊNCIA	
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE VERDE	DECRETO N. 10.846 DE	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE CRESCIMENTO VERDE	
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE ENEREN	DECRETO N. 10.701 DE	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE ENERENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONT	OLESCENT
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROCE	DECRETO N. 11.946 DE	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROCESSO ELETRÔNICO	
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROMO	DECRETO N. 11.106 DE	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DO	SOCIA PR
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROTE	DECRETO N. 12.439 DE	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E MANEJO POPULACIONAL	ATOS E O
		LEI N. 11.530, DE		
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE VACINA	LEI N. 14.886, DE 11.6.2024	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE VACINAÇÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS	AS PROVI
	INSTITUI O PROGRAMA PESCADOR LEGAL	LEI N. 8.316, DE 22.9.2020	INSTITUI O PROGRAMA PESCADOR LEGAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	INSTITUI O PROGRAMA RONDA DO BAIRRO	DECRETO N. 57.008 DE	INSTITUI O PROGRAMA RONDA NO BAIRRO PARA AS AÇÕES REALIZADAS PEI	STADO DE
	INSTITUI O PROGRAMA SALTO AZUL NO CALE	LEI N. 9.712, DE 7.11.2025	INSTITUI O PROGRAMA SALTO AZUL NO CALENDÁRIO ANUAL DE EVENTOS DO	AS.
	INSTITUI O PROGRAMA SEU VOTO IMPORTA	RESOLUÇÃO	INSTITUI O PROGRAMA SEU VOTO IMPORTA E ESTABELECE DIRETRIZES E PE	GARANTIR
	INSTITUI O PROGRAMA SUPLEMENTAR DE AL	LEI N. 8.687, DE 21.6.2022	INSTITUI O PROGRAMA SUPLEMENTAR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NAS UNID	DA REDE F
	INSTITUI O PROJETO "CELULAR SEGURO	PORTARIA M	INSTITUI O PROJETO "CELULAR SEGURO" NO ÂMBITO DO MINISTE	EGURANÇ
	INSTITUI O REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SER	LEI N. 5.247, DE 26.7.1991	INSTITUI O REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DO E	AS AUT
	INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTR	PORTARIA N	INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTROS INTEGRADOS DE SEGURAM	DE DAS
	INSTITUI O REGULAMENTO DE INSTRUÇÃO P	DECRETO N. 4.125 DE	INSTITUI O REGULAMENTO DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL DA PROCURADOR	O, E DÁ O
	INSTITUI O "SELO FLOR DE LÓTUS" NO ÂMBITO	LEI N. 9.174, DE 19.3.2024	INSTITUI O "SELO FLOR DE LÓTUS" NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS E D	NCIAS - CO
	INSTITUI O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COM	LEI N. 9.612, DE 19.2.1998	INSTITUI O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA E DÁ OUTRAS PROVID	
	INSTITUI O SISTEMA DE ARQUIVOS DO DE ALAGOAS	LEI N. 6.236, DE 6.6.2001	INSTITUI O SISTEMA DE ARQUIVOS DO ESTADO DE ALAGOAS	
	INSTITUI O SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORM	DECRETO N. 58.688 DE	INSTITUI O SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES - SEI COMO SISTEMA OF	INSTITUCIO

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI O SISTEMA ESTADUAL DE GESTÃO DE PASSAGENS - SGP NO ÂMBITO DO GOV. DO ES	DECRETO N. 4.136 DE	INSTITUI O SISTEMA ESTADUAL DE GESTÃO DE PASSAGENS - SGP NO ÂMBITO DO GOV. DO ES	
	INSTITUI O SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS - SI	LEI N. 11.343, 23.8.2006	INSTITUI O SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS - SI	
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CIVIL VOLUNTÁRIO	LEI N. 14.370, 15.6.2022	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CIVIL VOLUNTÁRIO	
	INTERCEPTAÇÃO DE COMUNICAÇÕES TELEFÔNICAS E DE DADOS	LEI N. 9.296, 24.7.1996	REGULAMENTA O INCISO XII, PARTE FINAL, DO ART. 5º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	
	ISENÇÃO PAGAMENTO TAXAS EMISSÃO SEGUROS	LEI N. 8.390, 10.3.2021	DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE EMISSÃO DA SEGUROS	
	UTILIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS	LEI N. 9.099, 26.9.1995	DISPÕE SOBRE OS UTILIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS E DÁ OUTRAS P	
	UTILIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DA	LEI N. 10.259, 12.7.2001	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DOS UTILIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS	
	LANÇAMENTO DA NOVA VERSÃO DA PLATAFORMA 190 ALAGOAS	NP Nº 423884	LANÇAMENTO DA NOVA VERSÃO DA PLATAFORMA 190 ALAGOAS	
	LEI DA ACESSIBILIDADE	LEI N. 10.098, DE	ESTABELECE NORMAS GERAIS E CRITÉRIOS BÁSICOS PARA A PROMOÇÃO D	
	LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAIS	DECRETO N. 1.368, 19.1.1968	LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAIS	
	LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO	LEI Nº 12.527, 18.11.2012	LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO - REGULA O ACESSO A INFORMAÇÕES PREV	
	LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	LEI N. 14.133, 1.4.2021	LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	
	LEI DE PROMOÇÃO - CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS	LEI N. 6.514, 23.9.2004	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS	
	LEI DE PROMOÇÃO - CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS	LEI N. 6.544, DE	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS	
	LEI DO SERVIÇO MILITAR	LEI N. 4.375, 17.8.1964	LEI DO SERVIÇO MILITAR	
	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD	LEI N. 13.709, 14.8.2018	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD	
	LEI MARIA DA PENHA - CRIA MECANISMOS PARA COIBIR A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	LEI N. 11.340, 7.8.2006	LEI MARIA DA PENHA - CRIA MECANISMOS PARA COIBIR A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	
	LICENÇA PARA O DESEMPENHO DE MANDATO	LEI N. 7.203, DE	ASSEGURA LICENÇA AOS POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES QU	
	LICITAÇÃO (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS) - REGULA O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	DECRETO N. 29.342 DE	REGULAMENTA O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PREVISTO NO ART. 15	
	LIMITES DE VELOCIDADE PARA FINS DE ENQUADRAMENTOS INSERACIONAIS E DE	LEI N. 11.334, 25.7.2006	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 218 DA LEI Nº 9.503 DE 23.09.1997 QUE INSTITUI	
	LUTO OFICIAL	DECRETO N. 43.948 DE	DECRETA LUTO OFICIAL EM VIRTUDE DO FALLECIMENTO DOS MILITARES DO E	
	MANUAL DE APLICABILIDADE DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD	MANUAL LGPD	MANUAL DE APLICABILIDADE DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD	
	MANUAL DE CAMPANHA 2021 - TREINAMENTO FÍSICO MILITAR - EXÉRCITO BRASILEIRO	MANUAL DE CAMPANHA	MANUAL DE CAMPANHA 2021 - TREINAMENTO FÍSICO MILITAR - EXÉRCITO BR	
	MANUAL DE INSPEÇÕES, REVISTAS E DESEMPENHO DE MANDATO	PORTARIA Nº 22-6	APROVA O MANUAL DE CAMPANHA C 22-6 - INSPEÇÕES, REVISTAS E DESEMP	
	MANUAL DE ORDEM UNIDA	PORTARIA Nº 10-375	APROVA O MANUAL DE CAMPANHA E 70-MC-10 308 - ORDEM UNIDA - 4ª EDI	
	MANUAL DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO - 2021	MANUAL LGPD	MANUAL DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO - 2021	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	MATRIZ CURRICULAR NACIONAL 2014	MATRIZ CURRICULAR	MATRIZ CURRICULAR NACIONAL 2014 - PARA AÇÕES FORMATIVAS DOS PRO	
	MEDALHA (ALTERA DENOMINAÇÃO)	LEI N. 6.416, 7.11.2003	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 1º DA LEI Nº 3.982 DE 29 DE NOVEMBRO DE 1978	DE SEGU
	MEDALHA (INSTITUI)	LEI N. 5.145, 5.7.1990	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS A "MEDALHA DO MÉR	OMINAÇÃO
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 15.360 DE	OUTORGA A MEDALHA DO MÉRITO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR "	OLICIAL M
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 9.054 DE	OUTORGA A CIVIS E MILITARES A MEDALHA DO MÉRITO BOMBEIRO MILITAR	ES".
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 49.938 DE	OUTORGA A MEDALHA DO MÉRITO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR ZIME	
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 24.605 DE	OUTORGA A MEDALHA DO MÉRITO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR ZIME	AUTORID
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 6.579 DE	OUTORGA A "MEDALHA DO MÉRITO POLICIAL "	AUTORID
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 47.005 DE	RETIEICA DECRETO QUE MENCIONA	
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 41.430 DE	OUTORGA A MEDALHA DO MÉRITO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR ZIME	AUTORID
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 43.936 DE	OUTORGA A CIVIS E MILITARES A MEDALHA DO MÉRITO DA DEEESA CIVIL ES	
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 45.245 DE	OUTORGA A CIVIS E MILITARES A MEDALHA DO MÉRITO BOMBEIRO MILITAR	
	MEDALHAS E CONSELHO PERMANENTE DE (INSTITUI)	LEI N. 6.804, 14.2.2007	INSTITUI NO ÂMBITO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS - PMAL M	ELHO PER
	MEDIDAS DE CONTINGENCIAMENTO E RACION	DECRETO N. 69.705 DE	ESTABELECE MEDIDAS DE CONTINGENCIAMENTO E RACIONALIZAÇÃO DE GA	O ESTADO
	MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERG	LEI N. 13.979, 6.2.2020	DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SA	PORTÂNC
	MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERG	DECRETO N. 69.501 DE	DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SA	PORTÂNC
	MEIA-ENTRADA EM EVENTOS (DOADORES DE	LEI N. 7.810, 30.8.2016	INSTITUI PARA DOADORES DE SANGUE DO ESTADO DE ALAGOAS MEIA-ENTE	CULTURAI
	MODELO DE GESTÃO (ADMINISTRAÇÃO PÚBLI	LEI DELEGADA	INSTITUI O MODELO DE GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL DO	E DÁ OUT
	MODELO DE GESTÃO (ADMINISTRAÇÃO PÚBLI	LEI DELEGADA	DEEINE AS ÁREAS OS MEIOS E AS FORMAS DE ATUAÇÃO DO PODER EXECUT	ALAGOAS
	MODELO DE GESTÃO (ADMINISTRAÇÃO PÚBLI	LEI DELEGADA	DEEINE AS ÁREAS OS MEIOS E AS FORMAS DE ATUAÇÃO DO PODER EXECUT	ALAGOAS
	MOVIMENTAÇÃO (OFICIAIS E PRACAS)	DECRETO N. 37.372 DE	ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 7º 8º 9º e 25 DO REGULAMENTO PARA MO	ICIAIS E P
	NORMAS APLICÁVEIS AOS SERVIDORES PÚBLI	LEI N. 9.527, DE	ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS Nºs 8.112 DE 11.12.1990 8.460 DE 17.09.1997	54, E DÁ C
	NORMAS ESPECIAIS PARA AS COMPRAS AS C	LEI N. 12.598, 21.3.2012	ESTABELECE NORMAS ESPECIAIS PARA AS COMPRAS AS CONTRATAÇÕES E	TO DE PR
	NORMAS PARA AS ELEIÇÕES	LEI N. 9.504, 30.9.1997	ESTABELECE NORMAS PARA AS ELEIÇÕES	
	NOVO VALOR DE MULTAS	LEI N. 13.281, 4.5.2016	ALTERA A LEI Nº 9.503 DE 23.09.1997 CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO E A	07.2015 - P
	INSTITUI A COMISSÃO GESTORA DO SISTEMA	DECRETO N. 11.831 DE	INSTITUI A COMISSÃO GESTORA DO SISTEMA INTEGRADO DE COMÉRCIO EXT	

Secção de Informática

PROVIDÊNCIAS
CONTRA
CONTRA A
AS, DE EXCE
SIRLACAS
R DA POL
JUAL DE 2
DE 2016.
6, § 1º, DA
GABRILO
AGOAS, A
QUANTO A
LEI Nº 4.3
STÓRICO, A
O-LEI Nº 5
S DE PA
ÃO DA PRO
DAS, E DÁ
DÊNCIAS.
PARA FIM
ATENDEME
REGISTRO
UPERIOR
SEDENES
DOSTA

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	PORTARIA Nº 482 - DE 27 DE AGOSTO DE 2020	PORTARIA Nº 482 - DE 27 DE AGOSTO DE 2020	PORTARIA Nº 482 - DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADRONIZAÇÃO DA DREZ	
	PORTARIA Nº 554 - MEC - DISPÕE SOBRE A EMISSÃO E O REGISTRO DE DIPLOMA DE GRADUAÇÃO POR	PORTARIA Nº 554 - MEC - DISPÕE SOBRE A EMISSÃO E O REGISTRO DE DIPLOMA DE GRADUAÇÃO POR	PORTARIA Nº 554 - MEC - DISPÕE SOBRE A EMISSÃO E O REGISTRO DE DIPLOMA DE GRADUAÇÃO POR	S INSTITU
	PORTARIA/SEMLIDH Nº 02/2024 - RESOLUÇÃO	RESOLUÇÃO	PORTARIA/SEMLIDH Nº 02/2024 - RESOLUÇÃO Nº 001/2024 - SEMIDH - DESIGN	SADOSON
	POSSIBILITAR A CONCILIAÇÃO NÃO PRESENCIAL	LEI Nº 13.994, DE 13.495, DE 13.104, 9.3.2015	ALTERA A LEI Nº 9.099, 26.09.1995, PARA POSSIBILITAR A CONCILIAÇÃO NÃO PRESENCIAL	ITO DOS J
	POSSIBILITAR AO PROPRIETÁRIO CADASTRADE	LEI Nº 13.104, 9.3.2015	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO)	RESSAM)
	PREVER O FEMINICÍDIO COMO CIRCUNSTÂNCIA	LEI Nº 4.868, DE 4.994, 7.6.1988	ALTERA O ART. 121 DO DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 07.12.1940 (CÓDIGO PENAL)	EMINICÍDIO
	PREVIDÊNCIA	LEI Nº 4.994, 7.6.1988	DÁ NOVA REDAÇÃO À DISPOSITIVOS QUE MENCIONA DA LEI Nº 4.517, DE 30 DE MAIO DE 1984	plicada em
	PREVIDÊNCIA	LEI Nº 5.009, 7.7.1988	ALTERA O ART. 46 DA LEI Nº 4.517, DE 30 DE MAIO DE 1984, E DÁ OUTRAS PROVISÓRIAS	da em 8.6.1
	PREVIDÊNCIA	LEI Nº 5.819, 1.3.1996	INTRODUZ O § 4º NO ART. 45 DA LEI Nº 4.517, DE 30 DE MAIO DE 1984 (Publicar	ogada pela
	PREVIDÊNCIA (ALTERA O PERCENTUAL DA CONTRIBUIÇÃO MENSAL DESTINADA AO CUSTEIO	LEI Nº 6.674, 4.1.2006	ALTERA O PERCENTUAL DA CONTRIBUIÇÃO MENSAL DESTINADA AO CUSTEIO	E ASSISTEN
	PREVIDÊNCIA (AUTORIZA PARCELAMENTO DE	LEI Nº 4.517, 30.5.1984	AUTORIZA OS PODERES DO ESTADO, O TRIBUNAL DE CONTAS E O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	ARQUIAS E
	PREVIDÊNCIA (COMITÊ GESTOR DO FUNDO PÚBLICO DE PREVIDÊNCIA)	LEI Nº 6.584, 29.3.2005	CRIA O COMITÊ GESTOR DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS	IVIDÊNCI
	PREVIDÊNCIA (CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO QUE DISCIPLINA O REGIME DE PREVIDÊNCIA E AS	LEI Nº 6.585, 29.3.2005	CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO QUE DISCIPLINA O REGIME DE PREVIDÊNCIA E AS	RVIDORES
	PREVIDÊNCIA (CRIA O IPASEAL SAÚDE E EXTENSÃO)	LEI Nº 4.789, 19.6.1986	CRIA O INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO	EAL SAÚDE
	PREVIDÊNCIA (DEFINE O GESTOR DO RPPS)	LEI Nº 6.288, 28.3.2002	DEFINE O GESTOR DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	DO DE AL
	PREVIDÊNCIA (EXCLUSÃO DAS CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS AO IPASEAL)	LEI Nº 7.114, 5.11.2009	DISPÕE SOBRE A EXCLUSÃO DAS CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS AO IPASEAL	INATIVOS
	PREVIDÊNCIA (INSTITUI O RPPS)	LEI Nº 7.751, 9.10.2015	INSTITUI O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	GOAS E DÁ
	PREVIDÊNCIA (REESTRUTURAÇÃO DO RPPS)	DECRETO Nº 68.852, DE 10.1.2020	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	ADO DE A
	PREVIDÊNCIA (REESTRUTURA UNIDADE GESTORA ÚNICA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA)		REESTRUTURA A UNIDADE GESTORA ÚNICA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	SERVIDOR
	PREVIDÊNCIA SOCIAL - TRANSIÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL		DISPÕE SOBRE A REGRA DE TRANSIÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL	ESTADO D
	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09/2022	RECOMENDA	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09/2022 00000794-2 - RECOMENDAÇÃO Nº 01/2022	MEMBRI
	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09/2026	RECOMENDA	RESOLVE RECOMENDAR AO COMANDO DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS, NO	ROQUE TOR
	PROÍBE A FABRICAÇÃO, A POSSE, A COMERCIALIZAÇÃO E O USO DE LINHAS	LEI Nº 8.577, 19.1.2022	PROÍBE A FABRICAÇÃO, A POSSE, A COMERCIALIZAÇÃO E O USO DE LINHAS	PROFESSOR
	PROÍBE A UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS PARA DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL	LEI Nº 10.011, DE 10.1.2020	PROÍBE A UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS PARA DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL	ESTADO DE
	PROÍBE O INGRESSO OU PERMANÊNCIA DE PESSOAS UTILIZANDO CAPACETE	LEI Nº 8.159, 25.9.2019	PROÍBE O INGRESSO OU PERMANÊNCIA DE PESSOAS UTILIZANDO CAPACETE	ENDOSOR
	PROÍBE QUE AS EMPRESAS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA	LEI Nº 8.233, 10.1.2020	PROÍBE QUE AS EMPRESAS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA	ONASIDA

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	PROIBIÇÃO DE ANIMAIS EM EXIBIÇÕES CIRCENSES	DECRETO N. 10.513, DE 10.11.2010	REGULAMENTA A LEI Nº 7.173, DE 7 DE JULHO DE 2010, QUE DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE ANIMAIS EM EXIBIÇÕES CIRCENSES	O O ESTAD
	PROIBIÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS EM EXIBIÇÕES CIRCENSES	LEI N. 7.173, DE 7.7.2010	LEI Nº 7.173, DE 7.7.2010, QUE DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE ANIMAIS EM EXIBIÇÕES CIRCENSES	TRES, DO
	PROIBIR A COMERCIALIZAÇÃO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS	PORTARIA Nº 1.000, DE 10.11.2010	PROIBIR A COMERCIALIZAÇÃO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS EM TODO O ESTADO DO PARANÁ	NOTA Nº 288
	PROIBIR AOS PROPRIETÁRIOS DE HOTÉIS, BARES, RESTAURANTES E SIMILARES	PORTARIA Nº 1.000, DE 10.11.2010	PROIBIR AOS PROPRIETÁRIOS DE HOTÉIS, BARES, RESTAURANTES E SIMILARES	DIÁRIO DE
	PROMOÇÃO (CAROS E SOLDADOS)	LEI N. 6.211, DE 19.4.2001	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS CAROS E SOLDADOS	STIÇA E SE
	PROMOÇÃO - CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS CAROS E SOLDADOS	LEI N. 8.184, DE 19.4.2001	ALTERA A LEI Nº 6.544, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS CAROS E SOLDADOS	ATIVA DA
	PROMOÇÃO (OFICIAIS)	LEI N. 6.232, DE 19.4.2001	ATRIBUI NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 20 DA LEI Nº 4.345, DE 07 DE MAIO DE 1964	OS MASTO
	PROMOÇÃO (OFICIAIS)	LEI N. 4.345, DE 7.5.1982	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS OFICIAIS	LÍCIA MILI
	PROMOÇÃO (OFICIAIS E PRACAS)	LEI N. 7.656, DE 10.9.2014	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS OFICIAIS E PRACAS	TIVA DA P
	PROMOÇÃO (PRIMEIRO LUGAR DO CEO)	LEI N. 5.881, DE 19.4.2001	ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 1º DA LEI Nº 4.837, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1986	
	PROMOÇÃO (PRIMEIRO LUGAR DO CEO)	LEI N. 4.837, DE 12.12.1986	DISPÕE SOBRE O ACESSO AO PRIMEIRO POSTO NA HIERARQUIA POLICIAL MILITAR	O ART. 32
	PROMOÇÃO (QUADRO ESPECIAL PECULIAR)	LEI N. 6.120, DE 19.4.2001	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O QUADRO ESPECIAL PECULIAR	R NO CORP
	PROMULGA A CONVENÇÃO SOBRE O CRIME CIBERNÉTICO	DECRETO N. 11.491, DE 10.11.2010	PROMULGA A CONVENÇÃO SOBRE O CRIME CIBERNÉTICO, FIRMADA PELA REPÚBLICA DE PARANÁ	VA DO BR
	PROMULGA AS EMENDAS AOS ANEXOS DA CONVENÇÃO INTERNACIONAL PARA A PROSECUÇÃO DO CRIME CIBERNÉTICO	DECRETO N. 10.984, DE 10.11.2010	PROMULGA AS EMENDAS AOS ANEXOS DA CONVENÇÃO INTERNACIONAL PARA A PROSECUÇÃO DO CRIME CIBERNÉTICO	TEÓLOGO
	PROPAGANDA ELEITORAL	RESOLUÇÃO Nº 14.920, DE 14.9.2023	DISPÕE SOBRE PROPAGANDA ELEITORAL, UTILIZAÇÃO E GERACÃO DO HORÁRIO	INDUTAS
	PROPÕE ALTERAÇÃO NA LEI Nº 7.858, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2013	LEI N. 8.960, DE 14.9.2023	PROPÕE ALTERAÇÃO NA LEI Nº 7.858, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2013	DEZEMBRO
	PRORROGA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO EXTRAORDINÁRIO DESTINADO ÀS	DECRETO N. 10.919, DE 10.11.2010	PRORROGA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO EXTRAORDINÁRIO DESTINADO ÀS	ARIAS DO
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	DECRETO N. 70.066, DE 10.11.2010	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	ÚDE PÚBL
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	DECRETO N. 69.624, DE 10.11.2010	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	ÚDE PÚBL
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	DECRETO N. 69.577, DE 10.11.2010	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	ÚDE PÚBL
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	DECRETO N. 69.700, DE 10.11.2010	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	ÚDE PÚBL
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	DECRETO N. 69.935, DE 10.11.2010	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	ÚDE PÚBL
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	DECRETO N. 69.844, DE 10.11.2010	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA O ENERENTAMENTO DA	SAÚDE PÚ
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	DECRETO N. 69.722, DE 10.11.2010	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	ÚDE PÚBL
	PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ATENDIMENTO ÀS	PORTARIA Nº 1.000, DE 10.11.2010	PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ATENDIMENTO ÀS	PLACOMÉ

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	QUADRO DE PESSOAL (QOA - QOE)	LEI N. 6.333, 22.7.2002	ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 1º, 6º E 7º E REVOGA O ART. 8º DA LEI ESTADUAL Nº 6.333, DE 22 DE JULHO DE 2002.	5 DE DEZE
	QUADRO ORGANIZACIONAL	DECRETO N. 1.406, DE 19.12.2002	APROVA OS QUADROS DE ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ.	
	QUADRO ORGANIZACIONAL	DECRETO N. 4.222, DE 19.12.2002	MODIFICA OS QUADROS DE ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ.	IVADOS PR
	RACIONALIZA ATOS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS	LEI N. 13.726, 8.10.2018	RACIONALIZA ATOS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DOS PODERES DO ESTADO DO PARANÁ.	OS, LIO DE
	REALISTA VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PROVENTOS	LEI N. 4.125, 26.3.1980	REALISTA VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PROVENTOS DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARANÁ.	
	REALISTA VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PROVENTOS	LEI N. 4.214, 5.12.1980	REALISTA VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PROVENTOS DOS SERVIDORES DO TERCERÃO DO ESTADO DO PARANÁ.	
	REALISTE DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS	LEI N. 7.474, 22.5.2013	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARANÁ.	S E MILITA
	RECOMENDAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS	RECOMENDAÇÃO N. 1, 10.10.2018	RECOMENDAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS DO ESTADO DO PARANÁ.	RECOMEND
	RECONHECE A BÍBLIA SAGRADA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL	LEI N. 8.976, 20.9.2023	RECONHECE A BÍBLIA SAGRADA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DO ESTADO DO PARANÁ.	ADO DE A
	RECONHECE O FORRÓ COMO MANIFESTAÇÃO DA CULTURA NACIONAL	LEI N. 14.720, 7.11.2023	RECONHECE O FORRÓ COMO MANIFESTAÇÃO DA CULTURA NACIONAL DO ESTADO DO PARANÁ.	
	REESTRUTURA A UNIDADE GESTORA ÚNICA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	LEI N. 7.751, 19.4.2004	REESTRUTURA A UNIDADE GESTORA ÚNICA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO PARANÁ.	SERVIDOR
	REESTRUTURA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES	LEI N. 3.398, 13.9.1974	REESTRUTURA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARANÁ.	ALAGOAS
	REGÊNCIA DE CLASSE	LEI N. 6.654, DE 19.4.2004	ACRESCE PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 5º DA LEI Nº 6.469, DE 19 DE ABRIL DE 2004.	OBRE O E
	REGÊNCIA DE CLASSE	LEI N. 6.469, 19.4.2004	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DE REGÊNCIA DE CLASSE NOS DEPARTAMENTOS DE ENSINO DO ESTADO DO PARANÁ.	OS DE ENS
	REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	LEI COMPLEMENTAR N. 1, 10.10.2018	INSTITUI O REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO ÂMBITO DO ESTADO DO PARANÁ.	IXA O LIM
	REGULAMENTA A COLOCAÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS	LEI N. 8.545, DE 19.4.2004	REGULAMENTA A COLOCAÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS EM TODAS AS OBRAS DO ESTADO DO PARANÁ.	ZADAS NO
	REGULAMENTA A COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS	LEI N. 11.265, 3.1.2006	REGULAMENTA A COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS PARA LACTENTES E CRIANÇAS DO ESTADO DO PARANÁ.	CONDIÇÃO
	REGULAMENTA A COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	DECRETO Nº 4.550, 27.12.2002	ALTERA O DECRETO Nº 4.550, DE 27.12.2002, QUE REGULAMENTA A COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DO PARANÁ.	GIÁ ELÉTR
	REGULAMENTA A COMPOSIÇÃO BÁSICA E FUNCIONAMENTO DAS CÂMARAS TUBERIAIS	PORTARIA Nº 1, 10.10.2018	REGULAMENTA A COMPOSIÇÃO BÁSICA E FUNCIONAMENTO DAS CÂMARAS TUBERIAIS DO ESTADO DO PARANÁ.	PM.
	REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AO SERVIDOR MILITAR DO ESTADO	DECRETO N. 4.077, DE 19.12.2002	REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AO SERVIDOR MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ.	À OUTRAS
	REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS	DECRETO N. 4.076, DE 19.12.2002	REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO DO PARANÁ.	TIVO E DÁ
	REGULAMENTA A CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E DE TELECOMUNICAÇÃO	DECRETO N. 7.174, DE 19.12.2002	REGULAMENTA A CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E DE TELECOMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ.	ADMINISTR
	REGULAMENTA A LEI 6.971, DE 5 DE AGOSTO DE 2008	DECRETO N. 4.049, DE 19.12.2002	REGULAMENTA A LEI 6.971, DE 5 DE AGOSTO DE 2008, QUE INSTITUI O PORTA-RECEBOS DO ESTADO DO PARANÁ.	AS CONSP
	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.335, DE 3 DE ABRIL DE 2012	DECRETO N. 25.212, DE 10.10.2023	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.335, DE 3 DE ABRIL DE 2012, QUE ESTABELECE A POLÍTICA DE ACESSO ÀS INFORMAÇÕES DO ESTADO DO PARANÁ.	AS A SCA
	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 8.551, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021	DECRETO N. 76.651, DE 10.10.2023	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 8.551, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO DE BOLSISTAS DO ESTADO DO PARANÁ.	AMA BOLS
	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 8.875, DE 16 DE JUNHO DE 2023	DECRETO N. 95.600, DE 10.10.2023	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 8.875, DE 16 DE JUNHO DE 2023, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO DE BOLSISTAS DO ESTADO DO PARANÁ.	À CAPAC

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	REGULAMENTA A LEI N.º 10.826 DE 22.12.2003	DECRETO N.º 9.847 DE	REGULAMENTA A LEI N.º 10.826 DE 22.12.2003 PARA DISPOR SOBRE A AQUISIÇÃO DE REGISTROS	O REGISTRO
	REGULAMENTA A LEI N.º 10.826 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003	DECRETO N.º 11.615 DE	REGULAMENTA A LEI N.º 10.826 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003 PARA ESTABELECER OS	DECRETO N.º
	REGULAMENTA A LEI N.º 11.530 DE 24.10.2007	DECRETO N.º 11.436 DE	REGULAMENTA A LEI N.º 11.530 DE 24.10.2007 PARA ESTABELECER OS EIXOS	AÚBEXCO
	REGULAMENTA A LEI N.º 12.846 DE 01.08.2013	DECRETO N.º 11.129 DE	REGULAMENTA A LEI N.º 12.846 DE 01.08.2013 QUE DISPÕE SOBRE A RESPOSTA	DESTATSV
	REGULAMENTA A LEI N.º 12.965 DE 23 DE ABRIL DE 2014	DECRETO N.º 8.771 DE	REGULAMENTA A LEI N.º 12.965 DE 23 DE ABRIL DE 2014 PARA TRATAR DAS	AS DEBIDESE
	REGULAMENTA A LEI N.º 13.060 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014	DECRETO N.º 12.341 DE	REGULAMENTA A LEI N.º 13.060 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014 PARA DISCIPLINAR	DEFEIMOSF
	REGULAMENTA A LEI N.º 13.954 DE 16.12.2019	DECRETO N.º 11.002 DE	REGULAMENTA A LEI N.º 13.954 DE 16.12.2019 E A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 22	PARADIS
	REGULAMENTA A LEI N.º 14.214 DE 06.10.2021	DECRETO N.º 10.989 DE	REGULAMENTA A LEI N.º 14.214 DE 06.10.2021 QUE INSTITUI O PROGRAMA DE	MOÇÃO DA
	REGULAMENTA A LEI N.º 4.345 DE 07.05.1982	DECRETO N.º 5.169 DE	REGULAMENTA A LEI N.º 4.345 DE 07.05.1982 QUE DISPÕE SOBRE AS PROMOÇÕES	DA ATIVA
	REGULAMENTA A LEI N.º 6.417 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2003	DECRETO N.º	REGULAMENTA A LEI N.º 6.417 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2003 QUE INSTITUI	EM DA DUR
	REGULAMENTA A LEI N.º 9.786 DE 08.02.1999	DECRETO N.º 3.182 DE	REGULAMENTA A LEI N.º 9.786 DE 08.02.1999 QUE DISPÕE SOBRE O ENSINO	LEIRO E D
	REGULAMENTA A LEI N.º 9.998 DE 17.08.2000	DECRETO N.º 11.004 DE	REGULAMENTA A LEI N.º 9.998 DE 17.08.2000 QUE INSTITUI O FUNDO DE UNIV	SERVIÇOS
	REGULAMENTA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.162 DE 14.02.2023	DECRETO N.º 11.439 DE	REGULAMENTA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.162 DE 14.02.2023 QUE DISPÕE S	A MINHA C
	REGULAMENTA A MODALIDADE DE LICITAÇÃO DENOMINADA PREGÃO E SUA	DECRETO N.º 1.424 DE	REGULAMENTA A MODALIDADE DE LICITAÇÃO DENOMINADA PREGÃO E SUA	BRMAÇÃO
	REGULAMENTA A PROFISSÃO DE TAXISTA: ALTERA A LEI Nº 6.094 DE 30 DE A	LEI N.º 12.468 DE	REGULAMENTA A PROFISSÃO DE TAXISTA: ALTERA A LEI Nº 6.094 DE 30 DE A	À OUTRAS
	REGULAMENTA A REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS EM SAÚDE A QUE DEVEM SE SU	DECRETO N.º 101.743 DE	REGULAMENTA A REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS EM SAÚDE A QUE DEVEM SE SU	DESEMPA
	REGULAMENTA AS LEIS NOS 10.048 DE 8 DE NOVEMBRO DE 2000 QUE DÁ P	DECRETO N.º 5.296 DE	REGULAMENTA AS LEIS NOS 10.048 DE 8 DE NOVEMBRO DE 2000 QUE DÁ P	DEZEMBRO
	REGULAMENTA CARACTERÍSTICAS PARA A CONCESSÃO DATAS DE CONCES	DECRETO N.º 5.163 DE	REGULAMENTA CARACTERÍSTICAS PARA A CONCESSÃO DATAS DE CONCES	PARA PSIC
	REGULAMENTA NO ÂMBITO DA UNIÃO A LEI Nº 13.675 DE 11.06.2018 PARA E	DECRETO N.º 9.489 DE	REGULAMENTA NO ÂMBITO DA UNIÃO A LEI Nº 13.675 DE 11.06.2018 PARA E	MAS ESTE
	REGULAMENTA NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL A LEI FEDER	DECRETO N.º 48.326 DE	REGULAMENTA NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL A LEI FEDER	ÇÃO GOM
	REGULAMENTA O § 1º DO ART. 7º DA LEI Nº 9.613 DE 03.03.1998 PARA ESTAB	DECRETO N.º 11.008 DE	REGULAMENTA O § 1º DO ART. 7º DA LEI Nº 9.613 DE 03.03.1998 PARA ESTAB	CODEBA
	REGULAMENTA O § 5º DO ART. 198 DA CONSTITUIÇÃO DISPÕE SOBRE O APP	LEI N.º 11.350, 5.10.2006	REGULAMENTA O § 5º DO ART. 198 DA CONSTITUIÇÃO DISPÕE SOBRE O APP	ASSOCIA
	REGULAMENTA O DECRETO Nº 12.341 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024 E ESTAB	PORTARIA Nº	REGULAMENTA O DECRETO Nº 12.341 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024 E ESTAB	SOBRE PÓ
	REGULAMENTA O DISPOSTO NA LEI Nº 12.815 DE 05.06.2013 E AS DEMAIS DIS	DECRETO Nº	REGULAMENTA O DISPOSTO NA LEI Nº 12.815 DE 05.06.2013 E AS DEMAIS DIS	QUE REGU
	REGULAMENTA O EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA DA FUNDAÇÃO NACIONA	DECRETO N.º 12.373 DE	REGULAMENTA O EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA DA FUNDAÇÃO NACIONA	ENAS.
	REGULAMENTA O FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE	DECRETO N.º 4.127 DE	REGULAMENTA O FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE	P, DE QUE

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	REGULAMENTA O PLANO DE BENEFÍCIOS DO	DECRETO Nº	REGULAMENTA O PLANO DE BENEFÍCIOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E	ERVIDORE
	REGULAMENTA O PLANO DE CUSTEIO DO AL	DECRETO N. 6.444 DE	REGULAMENTA O PLANO DE CUSTEIO DO AL PREVIDÊNCIA E DÁ OUTRAS PR	
	REGULAMENTA O PLANO DE CUSTEIO DO REG	DECRETO N. 57.140 DE	REGULAMENTA O PLANO DE CUSTEIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	O DE ALAG
	REGULAMENTA O PROCEDIMENTO DE RESSA	DECRETO N. 10.990 DE	REGULAMENTA O PROCEDIMENTO DE RESSARCIMENTO À UNIÃO DE RECURS	DE 09.08.
	REGULAMENTA O PROGRAMA ALIMENTA BRAS	DECRETO N. 10.880 DE	REGULAMENTA O PROGRAMA ALIMENTA BRASIL INSTITUÍDO PELO A MEDIDA P	21.
	REGULAMENTA O PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL	DECRETO Nº	REGULAMENTA O PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL INSTITUÍDO PELO A MEDIDA PR	E 2023, E D
	REGULAMENTA O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	DECRETO N. 12.064 DE	REGULAMENTA O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA INSTITUÍDO PELO A LEI Nº 14.601	PROAIS DE
	REGULAMENTA O PROGRAMA NACIONAL DE	DECRETO Nº	REGULAMENTA O PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À AQUISIÇÃO DE HABITAÇ	AL DIRETA
	REGULAMENTA O REALISTE DE PREÇOS NOS	DECRETO N. 1.054 DE	REGULAMENTA O REALISTE DE PREÇOS NOS CONTRATOS DA ADMINISTRAÇ	SIDPOM (F
	REGULAMENTA O SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO	DECRETO N. 35.718 DE	REGULAMENTA O SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO POLICIAL MILITAR E DÁ OUTR	RESSO NO
	REGULAMENTA OS PERCENTUAIS DE RESERVA	PORTARIA S	REGULAMENTA OS PERCENTUAIS DE RESERVA DE VAGAS PARA O PROCESS	LITAR E DO
	REGULAMENTO DE PROMOÇÃO DOS OFICIAIS	DECRETO N. 2.356 DE	APROVA O REGULAMENTO DE PROMOÇÃO DOS OFICIAIS E GRADUADOS DA	ADO PELO
	REGULAMENTO DE UNIFORMES DA POLÍCIA MIL	DECRETO Nº	ALTERA O REGULAMENTO DE UNIFORMES DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO D	O DE ALAG
	REGULAMENTO DE UNIFORMES DO RONDA NO BAIRRO	DECRETO N. 57.262 DE	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DE UNIFORMES DO PROGRAMA RONDA NO	
	REGULAMENTO DISCIPLINAR DA POLÍCIA MILI	DECRETO Nº	REGULAMENTO DISCIPLINAR DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS -	
	REGULA O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO Â	LEI N. 6.161, 26.6.2000	REGULA O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚ	
	RELATIVIZA O REQUISITO DO TEMPO MÍNIMO	LEI N. 8.609, 22.2.2022	RELATIVIZA O REQUISITO DO TEMPO MÍNIMO DE SERVIÇO MILITAR PARA FINS	OSINERAT
	REORGANIZA AS POLÍCIAS MILITARES E OS C	DECRETO-LE	REORGANIZA AS POLÍCIAS MILITARES E OS CORPOS DE BOMBEIROS MILITAE	OS TERRI
	REORGANIZA O REGIME PRÓPRIO DE PREVID	LEI COMPLEMEN	REORGANIZA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORE	ADO DE A
	RESPONSABILIDADE FISCAL	LEI COMPLEMEN	ESTABELECE NORMAS DE FINANÇAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A RESPON	ÃO FISCAL
	RESTRICÇÃO DE HORÁRIO	LEI N. 6.926, 12.5.2008	ALTERA O ART. 7º DA LEI Nº 6.821 DE 13 DE JULHO DE 2007 QUE AUTORIZA A	ÁRIO DE F
	RESTRICÇÃO DE HORÁRIO	LEI N. 6.821, 13.7.2007	AUTORIZA A RESTRICÇÃO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIN	E DE COME
	REVOGA A LEI ESTADUAL Nº 8.955 DE 4 DE SE	LEI N. 9.047, 8.11.2023	REVOGA A LEI ESTADUAL Nº 8.955 DE 4 DE SETEMBRO DE 2023 QUE DISPÕE	ÇÃO ONCA
	REVOGAÇÃO DE LEIS	LEI N. 8.325, 5.11.2020	REVOGA A LEI ESTADUAL Nº 5.616 DE 26 DE ABRIL DE 1994 A LEI ESTADUAL	GOSTO DE
	REVOGA O DECRETO Nº 10.004 DE 05.09.2019	DECRETO N. 11.611 DE	REVOGA O DECRETO Nº 10.004 DE 05.09.2019 QUE INSTITUI O PROGRAMA N	AS CÍVICO
	RODOVIÁRIO (ORDENAMENTO DAS FAIXAS DE	LEI N. 6.651, DE	DISPÕE SOBRE O ORDENAMENTO DO USO DO SOLO NAS FAIXAS DE DOMÍNIO	ADUAIS E

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL (INTERNO)	DECRETO N. 5.483, DE	DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL	
	SEGURANÇA DAS AUTORIDADES REPRESENTATIVAS	DECRETO N. 37.611, DE	DETERMINA O RETORNO DOS POLICIAIS MILITARES À CORPORACÃO E ADOTA AS DISPOSIÇÕES	
	SEGURANÇA INDIVIDUALIZADA DE AUTORIDADES	DECRETO N. 23.617, DE	ALTERA O ART. 1º DO DECRETO ESTADUAL Nº 8.700, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1992	
	SEGURANÇA INDIVIDUALIZADA DE AUTORIDADES	DECRETO N. 8.700, DE	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SEGURANÇA INDIVIDUALIZADA ÀS AUTORIDADES	
	SEGURANÇA PESSOAL (EX-GOVERNADORES)	LEI N. 6.063, DE	DISPÕE SOBRE A PRESTACÃO DE SEGURANÇA A EX-GOVERNADORES DO ESTADO	
	SERVICO AUXILIAR VOLUNTÁRIO (SOLDADO E	LEI N. 6.451, DE 7.1.2004	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS A PRESTACÃO VOLUNTÁRIA	
	SERVICO DE EMERGÊNCIA (RESSARCIMENTO)	DECRETO N. 25.649, DE	INSTITUI GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO INTERDISCIPLINAR PARA O FIM DE	
	SERVICO DE EMERGÊNCIA (RESSARCIMENTO)	LEI N. 7.389, DE 26.7.2012	DISPÕE SOBRE O RESSARCIMENTO AO ESTADO VIA COBRANÇA NA FATURA	
	SERVICO DE IDENTIFICACÃO POLICIAL MILITAR	LEI N. 5.445, DE 18.1.1993	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS O SERVICO DE IDENTIFICACÃO	
	SISTEMA DE ENSINO POLICIAL MILITAR	LEI N. 5.884, DE 2.12.1996	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI INSTITUIDORA DO SISTEMA DE ENSINO POLICIAL MILITAR	
	SISTEMA DE ENSINO POLICIAL MILITAR	LEI N. 5.332, DE 10.4.1992	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS O SISTEMA DE ENSINO	
	SISTEMA DE ENSINO POLICIAL MILITAR	LEI N. 5.712, DE 1.7.1995	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 5.332, DE 10 DE ABRIL DE 1992 E ADOTA OUTRAS	
	SISTEMA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL	LEI N. 6.171, DE 31.7.2000	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL E	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA PERCENTUAL)	LEI N. 5.151, DE 18.9.1990	FIXA NOVO PERCENTUAL DA GRATIFICACÃO DE HABILITACÃO POLICIAL MILITAR	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SOLDOS E VENCIMENTOS)	LEI N. 5.130, DE 19.4.1990	ALTERA ADITA E REVOGA DISPOSIÇÕES DAS LEIS NºS 3.421, DE 20 DE DEZEMBRO	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SOLDOS E VENCIMENTOS)	LEI N. 5.207, DE 7.3.1991	ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 5.130, DE 19 DE ABRIL DE 1990 E ADOTA OUTRAS	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SUBSÍDIO)	LEI N. 7.580, DE 7.2.2014	FIXA OS SUBSÍDIOS DOS MILITARES INTEGRANTES DA POLÍCIA MILITAR E DO	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SUBSÍDIO)	LEI N. 8.238, DE 10.1.2020	DISPÕE SOBRE A FIXACÃO DOS SUBSÍDIOS DOS MILITARES INTEGRANTES DA	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SUBSÍDIO)	LEI N. 6.715, DE 4.4.2006	FIXA OS SUBSÍDIOS DA CARREIRA DOS MILITARES ESTADUAIS INTEGRANTES	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SUBSÍDIO)	LEI N. 6.698, DE 27.3.2006	FIXA O SUBSÍDIO DA CARREIRA DOS MILITARES ESTADUAIS INTEGRANTES DA	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SUBSÍDIO)	LEI N. 6.824, DE 13.7.2007	DISPÕE SOBRE A FIXACÃO DOS SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES DA CARREIRA	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA VENCIMENTOS)	LEI N. 4.956, DE	FIXA OS VENCIMENTOS DOS CARGOS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA VENCIMENTOS)	LEI N. 5.680, DE 8.2.1995	FIXA OS VENCIMENTOS DOS CARGOS DE PROCURADOR-GERAL DO ESTADO	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REAJUSTA GRATIFICACÃO)	LEI N. 5.152, DE 18.9.1990	REAJUSTA O VALOR DOS VENCIMENTOS, GRATIFICACÕES E SOLDOS DOS SERVIDORES	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REAJUSTA GRATIFICACÃO)	LEI N. 5.138, DE 29.5.1990	REAJUSTA O VALOR DOS VENCIMENTOS, GRATIFICACÕES E SOLDOS DOS SERVIDORES	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REAJUSTA PROVENTOS)	LEI N. 5.624, DE 26.5.1994	REAJUSTA OS VENCIMENTOS, SOLDOS E PROVENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REALISTA SUBS	LEI N. 6.591, 8.4.2005	REALISTA O SUBSÍDIO DA CARREIRA DOS MILITARES ESTADUAIS INTEGRAN	TAR DO ES
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REALISTE DOS	LEI N. 7.253, 22.6.2011	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVID	S E MILIT
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REALISTE SOLD	LEI N. 5.162, DE	REALISTA O VALOR DOS VENCIMENTOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES CIVIS	TIVO E DO
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REVISÃO GERAL	LEI N. 7.727, 8.9.2015	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS F	BLICOS D
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (SOLDO SUBSÍDIO	LEI N. 6.385, 23.7.2003	FIXA O SOLDO DE CORONEL PM. ESTABELECE O SISTEMA REMUNERATÓRIO	DIO PARA
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (SUBSÍDIO DEFIN	LEI N. 6.456, 20.1.2004	FIXA O SUBSÍDIO DOS MEMBROS DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMB	STADO DE
	SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO ESTADO DE A	DECRETO N. 69.541 DE	DECLARA A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO ESTADO DE ALAGOAS E INTENSIF	RA ENFRE
	SOBRE OS CRIMES DE ABUSO DE	LEI N. 13.869, 5.9.2019	DISPÕE SOBRE OS CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE. ALTERA A LEI Nº 7.96	RO DE 19
	SUBSTITUIÇÃO DAS AULAS PRESENCIAIS POR	PORTARIA N. 1	DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DAS AULAS PRESENCIAIS POR AULAS EM M	ANTO DUR
	TAXA (FISCALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE SERVI	LEI N. 6.009, 23.4.1998	INSTITUI A TAXA DE FISCALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E	ÊNCIAS.
	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (INSTALAÇÃO	LEI N. 7.131, 2.12.2009	DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE TECNOLOGIA DE FILTRAGEM DE CONTEÚD	RES LIGA
	TORNA OBRIGATÓRIA A IDENTIFICAÇÃO DE C	LEI N. 7.522, DE	TORNA OBRIGATÓRIA A IDENTIFICAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO	AGEM LO
	TORNA OBRIGATÓRIA A PRESERVAÇÃO DO S	LEI N. 14.289, 3.1.2022	TORNA OBRIGATÓRIA A PRESERVAÇÃO DO SIGILO SOBRE A CONDIÇÃO DE P	MINISTÉ
	TORNA OBRIGATÓRIA A REALIZAÇÃO DE EXAM	LEI N. 15.094, DE	TORNA OBRIGATÓRIA A REALIZAÇÃO DE EXAME CLÍNICO DESTINADO A IDENT	CAISOS
	TORNA OBRIGATÓRIO O USO NAS RODOVIAS	LEI N. 13.290, 23.5.2016	TORNA OBRIGATÓRIO O USO NAS RODOVIAS DE FAROL BAIXO ACESO DURAN	TRAS PRO
	TORNAR GRATUITA A EMISSÃO DE CARTEIRA	LEI N. 12.687, 18.7.2012	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 7.116 DE 29.08.1983 PARA TORNAR GRATUIT	RTEIRA DE
	TRAMITAÇÃO DE PROCESSO PARA REALIZA	DECRETO N. 15.877 DE	INSTITUI O REGULAMENTO PARA TRAMITAÇÃO DE PROCESSO PARA REALIZA	PÚBLICO
	TRANSCRIÇÃO DE ATOS DO DIÁRIO OFICIAL N	PORTARIA N. 1	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE DISPONIBILIZAÇÃO DE MEIO DE PAC	O BANCÁ
	TRANSCRIÇÃO DE ATOS DO DIÁRIO OFICIAL N	MENSAGEM	VETO PARCIAL DO PROJETO DE LEI Nº 1995/2026 QUE "ALTERA A LEI ES	19 DE MAI
	TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTO - MINISTÉRIO	MP Nº 133846	TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTO - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBL	MINISTÉ
	TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTOS - RECURSO	OFÍCIO Nº 42	TRANSCRIÇÃO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO - ILICITUDE DA	VISITAS S
	TRANSCRIÇÃO DE OFÍCIO - OFÍCIO CONJUNTO	MP Nº 357526	TRANSCRIÇÃO DE OFÍCIO - OFÍCIO CONJUNTO Nº 48 - 2025 - RECOMENDAÇÃO	O UNIFORM
	TRANSEORMA A ATUAL COMPANHIA DE POLÍ	LEI N. 6.050, 2.7.1998	TRANSEORMA A ATUAL COMPANHIA DE POLÍCIA FEMININA INDEPENDENTE E	POÇÃO AB
	TRANSEORMA CARGOS DE JUIZ DE DIREITO C	LEI N. 8.550, DE	TRANSEORMA CARGOS DE JUIZ DE DIREITO COM ATRIBUIÇÕES DE AUXILIAR	ÇÃO DE
	TRANSEORMA CARGOS NO ÂMBITO DO PODE	LEI N. 15.352, DE	TRANSEORMA CARGOS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL. ALTER	OS DESSE
	TRATA DE DIVULGAÇÃO DO ANO DE FABRICA	LEI N. 8.608, 22.2.2022	TRATA DE DIVULGAÇÃO DO ANO DE FABRICAÇÃO DOS VEÍCULOS QUE FAZEM	BANCO INT

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	UNIFORME (CONTROLE DA VENDA)	LEI N. 7.108, 8.10.2009	DISPÕE SOBRE O CONTROLE DA VENDA DE FARDAS E QUALQUER TIPO DE V	NO DISTINT
	UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO	LEI Nº 6.414	UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO DE FISIOTERAPIA DE ALAGO	
	UTILIDADE PÚBLICA (RECONHECIMENTO)	LEI N. 6.481, 31.5.2004	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DOS OFICIAIS MILITARES	SOMAL E A
	UTILIDADE PÚBLICA (RECONHECIMENTO)	LEI N. 5.750, DE	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A "ASSOCIAÇÃO DOS CABOS E SOLDADO	R E CORP
	UTILIDADE PÚBLICA (RECONHECIMENTO)	LEI N. 5.880, DE	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DOS SUBT	ITOS DA P
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA Nº	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 01 - GUARDA DE HO	
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA Nº	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 02 - PASSAGEM DE C	
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA Nº	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 03 - HONRAS DE REC	A DE AUT
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA Nº	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 04 - GUARDA BANDE	
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA Nº	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 06 - ESCOLTA DE HC	ALA
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA Nº	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 07 - PRÁTICA DE CER	OLO
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA Nº	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 09 - HONRAS E ÍNER	
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA Nº	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 10 - VALORES DEVE	RES.
	VALIDADE NACIONAL AS CARTEIRAS DE	LEI N. 7.116, 29.8.1983	ASSEGURA VALIDADE NACIONAL AS CARTEIRAS DE IDENTIDADE REGULA SU	OUTRAS PR
	VEDA A NOMEAÇÃO PARA OS CARGOS EM CO	LEI N. 8.135, 7.8.2019	VEDA A NOMEAÇÃO PARA OS CARGOS EM COMISSÃO DE LIVRE NOMEAÇÃO	PESSOAS
	VENDA E DO CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓL	LEI Nº 8.113	DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO E A REGULAMENTAÇÃO DA VENDA E DO CO	ALCOÓLIC
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (APREH	DECRETO N. 17.760 DE	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.313 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011 DISP	SSÃO DE
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (APREH	LEI N. 7.398, 3.8.2012	ALTERA O § 5º DO ART. 1º DA LEI Nº 7.313 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011 QUE	ONCESSÃO
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (APREH	LEI N. 7.550, DE	ALTERA O ANEXO I DA LEI ESTADUAL Nº 7.313 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011	A CONCE
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (DIÁRIA	LEI N. 6.274, 5.10.2001	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 35 DA LEI Nº 3.421 DE 20 DE DEZEMBRO DE 197	EI N.º 5.402
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (PAGAM	LEI N. 7.335, 3.4.2012	ESTABELECE CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO DE HORA TRABALHADA AOS INS	ACITAÇÃO
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (SERVI	LEI N. 7.581, 7.2.2014	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SERVIÇO VOLUNTÁRIO REMUNERADO NA POL	ORPO DE
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (VERBA	DECRETO N. 30.018 DE	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VERBA DE ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORE	TADO DE A
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (VERBA	DECRETO N. 30.019 DE	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VERBA PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORME AC	TARES DO
	VISA POSSIBILITAR A JUNÇÃO DE MATRÍCULAS	LEI N. 8.328, DE	VISA POSSIBILITAR A JUNÇÃO DE MATRÍCULAS DE PROFESSORES ESTADUAIS	VIDÊNCIA